

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO**

**Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade
Linha de Pesquisa: Psicanálise e Civilização.**

RENAN MARTIMIANO VIEIRA

**A TORTURA COMO TRAUMA INDIVIDUAL E SOCIAL: VIVÊNCIAS DO PERÍODO
DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)**

**MARINGÁ
2014**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO

Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade
Linha de Pesquisa: Psicanálise e Civilização.

A TORTURA COMO TRAUMA INDIVIDUAL E SOCIAL: VIVÊNCIAS DO PERÍODO
DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como critério parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto

MARINGÁ
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá-PR., Brasil)

V658t Vieira, Renan Martimiano
A tortura como trauma individual e social:
vivências do período da ditadura civil-militar (1964-1985)
/ Renan Martimiano Vieira. -- Maringá, 2014.
112 f.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

1. Trauma. 2. Tortura. 3. Ditadura - Regime civil-militar (1964-1985) - Brasil 4. Narrativas testemunhais. 5. Teoria da Sedução Generalizada. I. Mello Neto, Gustavo Ramos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 21.ed.150.1957

FOLHA DE APROVAÇÃO

RENAN MARTIMIANO VIEIRA

A tortura como trauma individual e social: vivências do período da ditadura civil-militar (1964-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profª. Dra. Viviana Carola Velasco Martinez
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. José Sterza Justo
Universidade Estadual Paulista

Suplentes:

Prof. Dr. Marco Antônio Rotta Teixeira
DPI/Universidade Estadual de Maringá

Profª. Dra. Mariele Rodrigues Correa
Universidade Estadual Paulista

Aprovada em: 05 de dezembro de 2014
Local da defesa: Bloco 10, sala 10

Dedico este trabalho à minha avó, que nos deixou durante o desenvolvimento da pesquisa, e para todos aqueles que sofreram e sofrem devido ao período de ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, João Carlos Vieira e Nilda Martimiano Lisboa, meu irmão, Rodrigo Martimiano Vieira, e familiares pelo apoio e suporte recebidos durante minha jornada pela vida.

A minha companheira de jornada, Mariane Zanella Ferreira, pela ajuda, pela paciência, pelo carinho, pelo amparo, amor e cumplicidade que fizeram com que a caminhada fosse mais amena (e por ser minha revisora não oficial).

A meu orientador, Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto, por ter confiado em minha capacidade e trabalho para realização desta pesquisa, pela sabedoria transmitida durante nossas conversas e aulas no mestrado, pelas orientações e ensinamentos acerca da psicanálise, que contribuíram e muito para o desenvolvimento da pesquisa e para o meu crescimento pessoal.

A Profa. Dra. Viviana Carola Velasco Martinez, pela atenção e dedicação aos membros do Laboratório, pelos apontamentos e sugestões durante a qualificação e no desenvolvimento da pesquisa.

A Profa. Dra. Bárbara de Souza Conte, por ter aceitado o convite para contribuir com o desenvolvimento de nossa pesquisa, pela disposição e dedicação disponibilizadas durante a qualificação e pelas sugestões e direcionamentos transmitidos.

Ao Prof. Dr. José Sterza Justo, por ter aceitado participar da banca de defesa.

Ao Prof. Dr. Marco Antônio Rotta Teixeira, ao Prof. Dr. Fernando César Bezerra de Andrade e a Profa. Dra. Mariele Rodrigues Correa por aceitarem participar da banca de defesa como suplentes.

Aos professores do programa de pós-graduação em Psicologia – PPI/UEM, pelos ensinamentos prestados durante as aulas ministradas. Em especial, agradeço a Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco, com quem tive oportunidade de trabalhar no “Projeto Memória”, ao Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik, ao Prof. Dr. Paulo José da Costa, a Prof. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci e a Prof. Dra. Nilza Sanches Tessaro Leonardo.

Aos funcionários do PPI, que contribuem para o crescimento do programa, em especial a secretária Tânia Regina Gasparelo pela paciência, disponibilidade, atenção e carinho para com os discentes e docentes.

Aos companheiros de jornada no mestrado por dividirem um pouco de seus conhecimentos e pesquisas com todos. Agradeço, principalmente, aos membros do

Laboratório, em especial Telry Shodyi Nakamura, Fúlvio César Casemiro, que compartilharam da experiência e dos percalços que envolvem uma pós-graduação.

Aos meus amigos, que me incentivaram e me ajudaram a percorrer esta caminhada de maneira mais sutil.

*Quando secar o rio de minha infância
secará toda dor.*

*Quando os regatos límpidos de meu ser secarem
minh'alma perderá sua força.*

*Buscarei, então, pastagens distantes
- lá onde o ódio não tem teto para repousar.*

Ali erguerei uma tenda junto aos bosques.

*Todas as tardes me deitarei na relva
e nos dias silenciosos farei minha oração.*

Meu eterno canto de amor:

*expressão pura de minha mais profunda
angústia.*

*Nos dias primaveris, colherei flores
para meu jardim da saudade.*

*Assim, externarei a lembrança de um passado
sombrio.*

(Tito de Alencar Lima)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar o trauma de pessoas torturadas – no contexto da ditadura civil-militar brasileira - a partir de narrativas autobiográficas escritas por elas, após o momento da vivência traumática. Utilizamos enquanto enfoque teórico a psicanálise, com especificidade os conceitos da Teoria da Sedução Generalizada (TSG), de Jean Laplanche. Elencamos dois livros como materiais de análise: *Retrato Calado*, de Luiz Roberto Salinas Fortes, e *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares, cuja análise geral teve como inspiração a tese de Fernandes (2008). Partimos da proposta teórica da TSG acerca do trauma originário, que tem como premissa a constituição do psiquismo enquanto algo essencialmente traumático. (Laplanche, 1987/1992). As análises das narrativas buscam responder aos seguintes questionamentos: Quais elementos presentes no que Laplanche denomina Situação Antropológica Fundamental (SAF), que diz respeito ao encontro do adulto com a criança recém-chegada ao mundo, podem nos ajudar a compreender melhor o trauma de tortura? Quais seriam as características da mensagem presentes na situação de tortura e quais consequências elas poderiam gerar? De que forma a escrita das narrativas de testemunho poderia contribuir na elaboração do trauma? Temos como hipótese inicial que a situação de tortura reatualiza elementos característicos da SAF com a peculiaridade de que, nos casos de tortura, as mensagens emitidas são, em sua maioria, vivenciadas enquanto intromissão por parte de seu receptor, devido à característica violenta da situação. Estas mensagens se relacionam com a noção de inconsciente encravado, que corresponde à instância psíquica depositária das mensagens que não passaram pelo crivo da tradução justamente pelo fato de terem sido intrometidas com violência. Outra hipótese que expomos aqui é a de que as narrativas de testemunho, escritas ou contadas por sobreviventes de tortura, podem dar início às primeiras traduções destas mensagens intrometidas. O escrever ou falar compreenderia, então, o processo de temporalização ou elaboração das vivências traumáticas de tortura. A partir de nossa pesquisa pudemos tecer algumas considerações acerca do trauma de tortura no que tange o seu caráter sexual e disruptivo; a impotência da vítima frente ao trauma e a situação de tortura e; propomos um mecanismo que pode auxiliar na elaboração do trauma, que seria o movimento interno de auto-interrogação empreendido pelo sujeito.

Palavras chave: Trauma; tortura; ditadura civil-militar brasileira; narrativas testemunhais; Teoria da Sedução Generalizada.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate trauma in tortured individuals – in the context of the military dictatorship in Brazil – using autobiographical narratives by victims after having experienced the trauma. Psychoanalysis is our theoretical, specifically the General Theory of Seduction (GTS). Two were the works we selected as material for our analyses: *Retrato Calado*, by Luiz Roberto Salinas Fortes and *Memórias do Esquecimento* by Flávio Tavares, the general analysis was inspired in Fernandes thesis (2008). Our starting point is the theoretical proposition of the GTS regarding the original trauma that treats the constitution of psyche as an essentially traumatic event (Laplanche, 1987/1992). The narrative analyses seek to answer the following questions: Among the elements present in what Laplanche called Fundamental Anthropological Situation (FAS) regarding the encounter of the adult and the newborn child, what could benefit our understanding on the trauma caused by torture? What would be the characteristics of the message present in torture and the possible consequences? How could the written testimonial narratives benefit trauma elaboration? Our initial hypothesis is that torture renews FAS characteristic elements but featuring sender's messages that are mostly experienced as the receiver's intrusion, which results from a particularly violent scenario. These messages relate to the notion of unconscious jammed, which is the depository psychic instance of the messages that have not passed through the filter of translation precisely because they have been meddling with violence. Another hypothesis that we expose here is that the narratives of testimony, written or told by torture survivors, may start the first translations of these intrusive messages. Our research enabled us to make a few considerations on trauma caused by torture regarding its sexual, disruptive nature; the victim's impotence facing the trauma and the torture scenario; finally, we propose a mechanism to benefit trauma elaboration consisting in an inner attitude of self-interrogation by the victim.

Key words: Trauma; torture; military dictatorship in Brazil; testimonial narratives; General Theory of Seduction.

SUMÁRIO

1.O PERÍODO DO TERROR NO BRASIL : “O DIA QUE DUROU 21 ANOS”. .10	
1.1 Delimitação da pesquisa e seus porquês	17
1.2 Aspectos metodológicos da pesquisa.....	20
2. TRAUMA, SEDUÇÃO E PSICANÁLISE	24
2.1. O que entendemos enquanto trauma psíquico.....	24
2.2. Trauma originário, sedução e TSG	30
2.2.1. Duas categorias de mensagens e suas implicações	34
2.2.2. A TSG e seus desdobramentos possíveis: o trauma e sua relação com o pulsional desligado	37
3. A TORTURA E SEUS ASPECTOS SUBJETIVOS, SOCIAIS E TRANSGERACIONAIS	44
3.1. A tortura e suas marcas no corpo, na memória e no viver	45
3.2. A tortura enquanto trauma social	51
3.3. O trauma de tortura e seu aspecto transgeracional.....	53
3.4. Contribuições da TSG para o entendimento do trauma de tortura em seus aspectos sociais e transgeracionais.....	57
4. NARRATIVAS DO INDIZÍVEL: TESTEMUNHOS DO TRAUMÁTICO	59
4.1. Literatura de testemunho, psicanálise e a função da escrita.....	59
4.2. Vestígios do trauma: a tortura em <i>Retrato Calado</i>	63
4.3. A persistência do traumático na memória: <i>Mémoires do Esquecimento</i>	76
5. NUANCES DA TORTURA: O DISRUPTIVO, A PASSIVIDADE E A TRADUÇÃO	87
5.1. O sexual da tortura e seu aspecto disruptivo	87
5.2. Impotência e passividade frente ao trauma	93
5.3. Interrogar-se para traduzir: a filosofia do trauma	98
6. PARA CONCLUIR: O QUE A TSG TEM A DIZER SOBRE O TRAUMA DE TORTURA?	102
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

1. O PERÍODO DO TERROR NO BRASIL: “O DIA QUE DUROU 21 ANOS”¹

O objetivo desta pesquisa é investigar o trauma de pessoas que foram torturadas – no contexto da ditadura civil-militar brasileira - a partir de narrativas autobiográficas escritas por elas, após a vivência traumática. Elencamos dois livros como materiais de análise: *Retrato Calado*, de Luiz Roberto Salinas Fortes, e *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares, cuja análise geral teve como inspiração a tese de Fernandes (2008). Utilizamos enquanto enfoque teórico a psicanálise, com especificidade os conceitos da Teoria da Sedução Generalizada – TSG – de Jean Laplanche.

Este trabalho está inserido em um projeto “guarda-chuva”, realizado em conjunto com o Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Civilização (LEPPSIC), coordenado pelos professores Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto e Viviana Carola Velasco Martinez, tendo como temática atual de pesquisa o estudo do trauma e da neurose traumática depois de Freud. O tema da presente pesquisa corresponde a um dos subtemas pré-estabelecidos pela pesquisa maior.

Inicialmente, apresentaremos uma breve contextualização do cenário sócio-político vigente no período de ditadura civil-militar brasileiro, pois, por se tratar de uma pesquisa em psicanálise, consideramos importante tal contextualização, visando a uma melhor compreensão das formas de subjetivação e ideologias presentes neste período.

Segundo Capiberibe (2012), o golpe de Estado de 1964 foi planejado durante muito tempo, desde a década de 50, quando Getúlio Vargas era presidente e João Goulart um de seus ministros. Desde este período, os partidos ditos de direita, liderados por Carlos Lacerda (UDN - União Democrática Nacional) e por uma ala das forças armadas, já vislumbravam uma oportunidade de tomada de poder. A forte pressão sofrida por Vargas durante seu governo, ao menos aparentemente, culminou em seu suicídio. Em 1955, Café Filho assume a presidência e, em seguida, há a convocação de novas eleições presidenciais, que tem como resultado a eleição de Juscelino Kubitschek para presidente e de João Goulart, Jango, como era chamado, para vice.

O governo de JK, iniciado em 1956, foi marcado por tumultos e desentendimentos com alas das forças armadas crentes de que o então presidente fosse apoiado por comunistas. Houve algumas revoltas contra o governo e articulações para uma tentativa de golpe, porém JK conseguiu terminar seu mandato. Em 1960, novas eleições foram realizadas, resultando na

¹ “O dia que durou 21 anos” tem como referência o documentário, de mesmo nome, dirigido por Camilo Tavares e com a participação de seu pai, Flávio Tavares. Este foi lançado no ano de 2013 e aborda os bastidores do golpe militar no Brasil, assim como o contexto político e econômico da época.

eleição de Jânio Quadros para presidente, e Jango, novamente, para vice. Jânio fazia parte da coligação aliada à UDN, porém não concordava com a linha tomada pela coligação e acabou sofrendo um golpe político, articulado por Carlos Lacerda. (Capiberibe, 2012).

Na tarde de 25 de agosto [1961], Jânio Quadros, para espanto de toda a nação, anuncia sua renúncia, que foi prontamente aceita pelo Congresso Nacional. Com a renúncia, Lacerda e os militares aliados pressionam o Congresso Nacional a não dar posse ao vice-presidente, João Goulart, cuja fama de “esquerdista” agravou-se após Jânio tê-lo enviado em missão comercial e diplomática à China, onde se encontrava no momento da renúncia de Jânio. (Capiberibe, 2012, s.p.).

O cenário mundial geopolítico deste período estava marcado pela Guerra Fria, ou seja, havia uma luta por hegemonia entre o mundo capitalista, liderado pelos EUA, e o mundo socialista, liderado pela URSS. Outro fator importante ocorrido neste período foi a revolução cubana, em 1959, que inaugurou um regime comunista no Ocidente. A revolução ocorrida em Cuba fez com que os EUA iniciassem um processo de combate ao comunismo na América Latina, sendo que o Brasil foi um dos seus primeiros alvos. (Azevedo, 2012).

Temos, então, um cenário político propício para o golpe civil-militar. Em 1963, “os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em conluio com chefes militares, iniciam o processo de desestabilização do governo Jango, contando com o apoio das elites e da imprensa.” (Capiberibe, 2012, s.p.). O estopim para o golpe foi um discurso realizado por Jango no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, no qual o presidente defendeu as reformas de base, prometendo mudanças nas esferas econômicas, agrárias e educacionais no Brasil. (Tavares, 2013).

Alas conservadoras compostas pelo empresariado, pelas elites e por grande parte da igreja católica promoveram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo milhares de pessoas nas ruas de São Paulo, com o intuito de demonstrar a insatisfação de boa parte da sociedade em relação ao planejamento do governo João Goulart. Era o apoio que os militares precisavam para que o golpe fosse realizado. (Tavares, 2013).

No dia 31 de março, tropas do exército de São Paulo e de Minas Gerais, contrárias ao governo, deslocaram-se para a capital com o intuito de retirar à força o então presidente João Goulart. O exército recebeu apoio de grupos de elites, da classe média, algumas alas da igreja católica e apoio estratégico e material dos EUA. Quando informado da situação, Jango partiu para o sul do Brasil acompanhado de sua cúpula, buscando abrigo junto a Leonel Brizola,

então governador do Rio Grande do Sul. Posteriormente, o ex-presidente se exilou no Uruguai. Em um primeiro momento, assumiu a presidência o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, para em seguida tomar posse o General Humberto de Alencar Castello Branco, sendo que de 1964 a 1985 o Brasil foi governado por militares. (Tavares, 2013).

De acordo com Azevedo (2012), com o regime autoritário instaurado no Brasil, o governo buscou ajustar a economia brasileira a partir do modelo capitalista norte-americano, abrindo o mercado brasileiro ao capital internacional. Ideologicamente, o regime implantado pela ditadura civil-militar se pautou na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que se estabeleceu como uma ferramenta de sustentação do poder nas ditaduras implantadas no Cone Sul. Essa “ideologia entendia o mundo como um espaço de disputa incessante entre Estados e Nações, em busca de poder, ou seja, em um estado de guerra permanente.” (Azevedo, 2012, p. 39).

O autor salienta que, com o aparato ideológico empregado com a DSN, estava declarada guerra aos opositores do regime, principalmente aos militantes de esquerda. Nesse sentido, ou se era contra ou a favor do regime, não existia neutralidade política. A monopolização da mídia e as campanhas publicitárias como: “Brasil: ame-o ou deixe-o”, demonstravam a estratégia de controle da classe média por parte dos militares. “A estratégia total subdivide-se em estratégias econômicas, políticas, psicossociais e militares. Nesse último aspecto a DSN contempla, inclusive, o sacrifício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, em nome da segurança nacional.” (Azevedo, 2012, p.40).

Guiado pela DSN, o governo militar colocou em marcha um sistema interligado de redes de informação, cuja agência central era o Serviço Nacional de Informações (SNI). O aparelho central de informações se articulava com vários outros órgãos, criados nesse período, que visavam à coleta de informações, à censura, à repressão e à prisão de opositores contrários ao regime. Eram subdivididos em três seções: informações estratégicas; segurança interna e operações especiais. (Azevedo, 2012).

Dentre os principais órgãos de repressão podemos citar: o Centro de Informação do Exército (CIE), os Centros de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações da Aeronáutica (CEA), o Destacamento de Operações e Informações (DOI), o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), os Departamentos de Ordem Política e Social (DEOPS), além das Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Cabe citar, ainda, a criação, em 1969, da Operação Bandeirantes (OBAN), que tinha por incumbência “coordenar as

atividades das diversas organizações policiais e militares de segurança interna e facilitar na coleta rápida de informações.” (Azevedo, 2012, p.51).

Há registros de que em todos estes órgãos houve os mais variados tipos de violações dos direitos humanos, sendo que o principal método utilizado para extorquir informações eram as práticas de tortura.

A prática da tortura se disseminou nos órgãos de repressão como método de obtenção de informações para todas as pessoas suspeitas de qualquer relação com os chamados “subversivos”. Vários membros de instituições governamentais foram à Inglaterra e aos Estados Unidos para aprender a (sem deixar muitas marcas) causar desespero e dores insuportáveis em presos. Estes “especialistas” colaboraram para a instalação de verdadeiros centros de torturas dentro de algumas dependências dos órgãos repressivos, em casas e sítios clandestinos mantidos pelo governo ou por empresários. (Tamas, 2004, p. 642).

Estas práticas são descritas nos depoimentos de vítimas de tortura, que registraram suas experiências em autobiografias, como no livro *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político* (1998), de Ildeu Manso Vieira. Também há registros coletados e divulgados em sites e livros como, por exemplo, o site *Documentos Revelados*²; o livro *Torturas e Torturados* (1996), de Márcio Moreira Alves; os livros e relatórios do projeto *Brasil: Nunca mais*³ (1985), organizado por Dom Evaristo Arns; e a dissertação de mestrado *As marcas da Tortura engendrada pela ditadura militar brasileira* (2009), de Camila Pimentel Freire, que entrevistou pacientes do Projeto Clínico Grupal/Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro.

A partir do levantamento acima, podemos evidenciar que dentre os métodos de tortura mais utilizados na ditadura civil-militar brasileira está o pau de arara, no qual os torturadores atravessavam uma barra de ferro entre os punhos amarrados e as dobras dos joelhos da vítima e o penduravam entre duas mesas, cerca de 20 a 30 centímetros do solo. Suspensa no pau de arara por várias horas, a vítima sofria eletrochoques, afogamentos e espancamentos.

Os eletrochoques consistiam em colocar um fio elétrico no polegar e outro no dedo do pé, os quais eram ligados a uma “caixinha” com manivela que conforme era girada transmitia

² Disponível em: www.documentosrevelados.com.br

³ O projeto *Brasil: nunca mais* também disponibiliza depoimentos no seu sítio na internet: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>

uma corrente elétrica. Os fios também eram introduzidos em outras partes do corpo, principalmente nas partes genitais, no ânus, na boca e próximo aos olhos que, por serem regiões sensíveis, ocasionavam muita dor às vítimas.

A cadeira do dragão, também citada nos depoimentos, é feita de zinco e assemelha-se a uma cadeira elétrica. Este instrumento é ligado a uma corrente elétrica e a vítima, amarrada nua, recebe descargas elétricas por todo o corpo, causando dores terríveis.

Foi relatado o uso de substâncias químicas, como o pentotal sódico (soro da verdade) que fazia com que a vítima ficasse em estado de sonolência, suscetível às inquirições do torturador. O éter também era utilizado, sendo “aplicado em doses variáveis, sob a forma de injeção intradérmica. Os seus efeitos são, além de dores terríveis e desmaios prolongados, um sofrimento permanente que impossibilitava o torturado de caminhar, provocando necroses irreversíveis das partes afetadas.” (Freire, 2009, p. 129).

Era comum o uso de palmatórias nas partes genitais e espancamentos dos mais variados, como, por exemplo, o “telefone” no qual o “torturador, com as palmas das mãos em posição côncava, aplica violento golpe, atingindo ambos os ouvidos da vítima a um só tempo.” (Vieira, 1998, p. 271). Devido a estes “telefones”, muitas vítimas tinham seus tímpanos rompidos e perdiam a audição.

Utilizavam, ainda, os mais variados tipos de afogamento. Geralmente, a vítima era encapuzada e, com a cabeça para trás, os torturadores jogavam água em sua face. Outro tipo comum de afogamento consistia em enfiar a cabeça da vítima em um balde ou tanque, geralmente com água suja e/ou excrementos, até que a vítima perdesse o fôlego.

Há muitos relatos de estupros cometidos pelos torturadores, principalmente em mulheres. Outro método, muito utilizado, foi denominado de “geladeira”, no qual as vítimas eram colocadas nuas em uma pequena cela por vários dias e eram submetidas a variações de temperaturas do extremo frio ao extremo calor.

Além das torturas físicas, que também deixam marcas psicológicas, havia as torturas estritamente psicológicas. São exemplos desta prática: assistir um amigo ou parente ser torturado, ameaças de morte, simulações de fuzilamento, etc.

Pois bem, a importância de estudarmos o tema da tortura no período da ditadura civil-militar brasileira nos parece algo de um valor quase evidente, pois, especificamente no Brasil, a ditadura civil-militar durou 21 anos e foi um período essencialmente traumático, marcado por uma forte censura em todos os âmbitos da vida em sociedade. No âmbito político, como vimos anteriormente, aqueles que eram contra o regime civil-militar eram perseguidos, tendo

que viver em clandestinidade, pois os que eram encontrados eram presos e torturados, muitas vezes até assassinados.

Sabemos, ainda, que os regimes ditatoriais não se estabeleceram somente no Brasil, mas em vários países do mundo e principalmente na América Latina, nos chamados países do Cone Sul. Dentre estes países encontram-se a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. Apesar das peculiaridades de cada regime, todos eles seguiam os mesmos princípios de segurança nacional, que envolviam as perseguições políticas e a negligência dos direitos humanos promulgados em 1948. De acordo com Viñar, Viñar e Blejer (1992), “a tortura representou o papel da peça mestra no sistema de governo das ditaduras. Ela foi um meio privilegiado de manutenção do poder.” (p. 134).

O saldo estimado das ditaduras do Cone Sul é o seguinte: No Brasil, 50 mil pessoas foram presas, 20 mil pessoas torturadas e 356 mortos e desaparecidos; no Uruguai, houve 166 desaparecidos, 131 mortos, 51 mil detidos e 12 bebês sequestrados; no Paraguai, cerca de 2 mil mortos e desaparecidos e 1 milhão de exilados; no Chile, houve 1.185 desaparecidos, 2.011 mortos e 42.486 presos políticos somente em 1976; a Argentina teve 30 mil mortos e desaparecidos e 230 crianças sequestradas.

A partir destes dados obtidos no livro *Direito à memória e à verdade: história de meninos e meninas marcados pela ditadura*, publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) em 2009, podemos ter uma noção da amplitude e da quantidade de pessoas, possivelmente traumatizadas, que foram vítimas dos regimes militares. Tal informação nos mostra também a relevância de desenvolvermos pesquisas voltadas ao estudo desta temática, pois tais estudos ajudam a divulgar o passado recente de nosso país, que não pode ser apagado, mas, também, auxiliam no processo de temporalização, no sentido laplancheano, isto é, de tradução/elaboração através de elementos temporais, como narrativas, por exemplo.

Tornou-se comum, nos países que passaram por regimes ditatoriais, a instauração de comissões especiais que visam resgatar a verdade e o passado histórico vivenciados neste período. No Brasil, este processo se iniciou somente em 2007, com um projeto do governo Lula denominado *Direito à Memória e à Verdade*, que resultou em uma série de livros que registram parte da história deste passado vexativo da república brasileira. Fato é que houve muitas tentativas de recontar essa história, antes de 2007, porém, essas iniciativas partiram, sobretudo, de familiares e das próprias vítimas do regime ditatorial, ou seja, o Estado até então não havia tomado as rédeas das investigações. Podemos citar o *Projeto Brasil Nunca*

Mais e o grupo *Tortura Nunca Mais* como pioneiros na tentativa de resgate da história brasileira do período de ditadura civil-militar.

Finalmente, no governo de Dilma Rousseff, foi criada a *Comissão Nacional da Verdade* no Brasil, regulamentada pela lei 12528/2011, e instituída em 16 de maio de 2012. O objetivo da comissão é o de apurar as graves violações dos Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (período contemplado pela anistia⁴), e tem por finalidade efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. De acordo com o período investigado pela comissão, percebemos que ela não está relacionada somente ao período de ditadura civil-militar, 1964-1985, mas visa restituir a verdade esquecida ao longo de quase 50 anos de história do Brasil. Importante salientar, ainda, que estas comissões surgem como medidas de reparação, sentenciadas pela Corte Interamericana, como combate à violação dos direitos humanos.

A prática de tortura não pode ser considerada como algo que ocorreu somente no período de ditadura civil-militar. Esta prática esteve presente praticamente durante toda a constituição do Brasil enquanto república democrática, e até hoje se faz presente em nosso cotidiano, podendo ser presenciada em muitos lugares e instituições, embora sempre às escondidas, para respeitar os direitos humanos. Tal situação pode ser presenciada nos presídios e nas favelas brasileiras, como demonstra o exemplo, bastante realista, apresentado pelo filme *Tropa de Elite* (2007), no qual policiais do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) invadem favelas à procura do chefe do tráfico e, para encontrá-lo, utilizam a tortura para coletar informações acerca de seu paradeiro.

De acordo com Seligmann-Silva (2012), “a lei da força, que dominou abertamente no período ditatorial e voltava-se então abertamente contra os opositores do regime, foi legitimada. Assim, continuou-se a torturar neste país com a mesma liberdade e chancela tácita dos governantes.” (p. 65). Porém, de acordo com o autor, as vítimas de agora estão concentradas nas camadas marginalizadas da sociedade, enquanto o restante da população faz vista grossa a esse tipo de situação, corroborando a tese de que a violência do passado perpetua a violência do presente.

⁴ Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos. (Brasil, 1988, s.p.).

1.1. Delimitação da pesquisa e seus porquês.

Kehl (2010) considera que o esquecimento dos crimes de tortura ocasionam histórias inacabadas que trazem graves consequências para a sociedade. Fala-se, então, da naturalização da violência enquanto um sintoma social. Como dito anteriormente, sabemos que a tortura ainda é empregada em nosso país, o que mostra que este sintoma está longe de ser elaborado. “Para a psicanálise, o esquecimento que produz sintoma não é da mesma ordem de uma perda circunstancial da memória pré-consciente: é da ordem do recalque.” (Kehl, 2010, 124).

Diz ainda essa autora:

É possível afirmar que todo agrupamento social padece, de alguma forma, dos efeitos de sua própria inconsciência. São “inconscientes”, em uma sociedade, tanto as passagens de sua história relegadas ao esquecimento – por efeito de proibições explícitas ou de jogos de conveniência não declarados – quanto as demandas silenciadas de minorias cujos anseios não encontram meios de se expressar. (Kehl, 2010, p.124).

Diferente do que propõe Kehl (2010), acreditamos que estas histórias de violência e violações ainda não foram traduzidas – talvez tenham tido alguma tradução rígida – e sua consequente temporalização, portanto, ainda não se encontram recalçadas, pois o recalque, segundo Laplanche (1987/1992), pressupõe uma primeira tradução que deixa restos não traduzidos e estes últimos se depositam dando origem ao recalcado (objetos fonte). De acordo com Conte⁵, a violência da tortura evidencia a falha do recalque, àquilo não traduzido, o cindido. O esquecimento é impossibilitado, pois o que está atuando é a compulsão a repetição. Conte⁶ pontua ainda que “a sociedade não esqueceu, pois não foi retraduzido. Há um silenciamento que não é esquecimento, mas sim uma cisão/ocultação (ao modelo de um fetiche) que tapa e obtura o que ocorreu.”

Parece, pois, que a sociedade, as famílias das vítimas e os próprios vitimados têm ainda algo a traduzir, a decifrar, digamos, em relação a essa história recente do Brasil. Aqui, pois, a TSG nos parece de grande valia, não somente porque é a linha de trabalho de nosso

⁵Comunicação pessoal, Agosto 26, 2014

⁶Comunicação pessoal, Agosto 26, 2014

grupo de pesquisa, mas também porque é uma teoria baseada na ideia de trauma, assim como tem como um de seus principais conceitos a ideia de tradução.

Para Laplanche (2003), somos considerados hermenutas natos, ou seja, estamos desde nossa constituição impulsionados a este movimento de tradução, destradição e retradição de mensagens enigmáticas advindas do outro, estas últimas são consideradas essencialmente traumáticas. O autor (1987/1993) descreve que a função da análise seria, de modo simplificado, um processo a partir do qual algumas traduções realizadas pelo paciente são desfeitas (destradição), para que, em um segundo momento, ocorram novas traduções (retradição) melhor integradas ao psiquismo.

Para a TSG, os elementos apresentados por nosso meio cultural, como esquemas narrativos, histórias e mitos, exercem uma função de ajudantes de tradução para nós. (Martens, 2007). Compreendemos que, com a instauração da *Comissão Nacional da Verdade*, há a possibilidade destes elementos, necessários para a elaboração dos traumas individuais e sociais, serem fornecidos. Esta comissão está percorrendo o país buscando ouvir os familiares e vítimas diretas da ditadura. Isto ocorre a partir de audiências públicas que podem ser acompanhadas inclusive pela internet. Podemos supor que estamos presenciando, então, este processo de destradições e retradições que envolve toda uma nação.

A escolha de nosso tema de estudo se deu a partir das repercussões desta comissão, o que, supomos, propiciou um caráter atual e significativo para a pesquisa. Em uma primeira análise de sua proposta⁷, percebemos a necessidade de reescrever e narrar o passado histórico de nosso país - passado recente, repleto de violações dos direitos humanos - dando a ele um novo significado, diferente do significado dado pela história oficial. Dentre as violações podemos evidenciar as perseguições políticas contra opositores do regime, prisões, assassinatos, desaparecimentos e a tortura, sendo que a última destas violações é a que nós escolhemos enquanto objeto de análise. Como anteriormente dito, nossa proposta visa compreender o trauma de tortura a partir dos pressupostos da TSG, para tanto, discutimos e analisamos os relatos e narrativas de pessoas que sofreram tortura, no período de ditadura civil-militar brasileiro.

A partir de uma breve revisão da literatura, pudemos perceber que a tortura, no período de ditadura civil-militar, assim como suas implicações para o psiquismo não são consideradas temáticas novas nos estudos psicanalíticos. Em nosso levantamento encontramos pesquisas que enfatizam as sequelas psicológicas da tortura em suas vítimas; a necessidade de

⁷ Informações obtidas no site oficial da *Comissão Nacional da Verdade*: <http://www.cnv.gov.br/>

reparação destas; a questão da identificação ou do sadismo dos torturadores; a transgeracionalidade do trauma decorrente da tortura, etc. Nossa proposta percorre algumas destas questões, porém, como dito anteriormente, nossas análises decorrem de estudos acerca da TSG, sendo esta a nossa contribuição.

A TSG, segundo seu fundador, Jean Laplanche (2007), está baseada em três pontos principais, a saber: a presença da sexualidade infantil, do inconsciente essencialmente sexual e do conteúdo recalçado. Estes elementos estão presentes e são evidenciados no que o autor denomina de Situação Antropológica Fundamental – SAF –, que compreende a confrontação de um adulto com um *infans*. Para o autor, este (des)encontro característico é marcado pela presença do inconsciente sexual (compreendendo a sexualidade infantil) por parte do adulto e pela sua ausência no que concerne à criança, devido a essa assimetria, este momento é essencialmente traumático para a criança.

Tal diálogo inicialmente se passa através do plano do apego (autoconservação), ou seja, nos cuidados despendidos do adulto para a criança. Durante esta interação, Laplanche (1987/1992) propõe que o registro do apego encontra-se comprometido por elementos do inconsciente sexual do adulto. Desta forma, ao cuidar da criança, o adulto lhe envia mensagens que veiculam o sexual, estas são enigmáticas, pois fogem a compreensão tanto do adulto quanto da criança, por se encontrarem no plano do inconsciente. Laplanche (1987/1992) propõe que as mensagens enigmáticas enviadas pelo adulto remetem ao seu próprio inconsciente sexual infantil, despertado no contato com o infante.

A criança é investida por estas mensagens enigmáticas, mas em um primeiro momento não se encontra em condições psíquicas e fisiológicas para lidar com elas, assim, estas são excessivas para o infante. As mensagens permanecem estocadas, por um período de tempo, para que, em seguida, o sujeito busque traduzi-las a sua maneira. “É preciso, evidentemente, que ele tenha os meios para isso. Uma grande parte deles lhe é fornecida pelo ambiente externo, quer dizer, por tudo o que o universo veicula de ideias, de mitos, dos mais diversos esquemas de compreensão.” (Laplanche, 2007, p. 11).

A proposta teórica da TSG, desta forma, tem como premissa a constituição do psiquismo enquanto algo essencialmente traumático, compreendendo o que Laplanche (1987/1992) denomina de trauma originário. Essa constituição só pode ser estabelecida a partir do outro humano, este outro que nos seduz de forma traumática, pois nos envia mensagens que veiculam o sexual excessivo, mas, também, fornece-nos elementos para lidarmos com essa sedução. Este papel exercido pelo adulto é denominado por Bleichmar (1993/1994) de duplo comutador.

Dito isso, para melhor situarmo-nos em nosso estudo, elaboramos algumas questões que o norteiam e que servem de suporte para nossa pesquisa. Estas questões podem ser colocadas assim: quais elementos presentes na Situação Antropológica Fundamental poderiam nos ajudar a compreender melhor o trauma de tortura? Quais seriam as características da mensagem presentes na situação de tortura e quais consequências elas poderiam gerar? De que forma a escrita das narrativas de testemunho poderia contribuir na elaboração do trauma?

Supomos, pois, que a situação de tortura reatualiza elementos semelhantes à vivência da SAF. Porém, nos casos de tortura, as mensagens emitidas seriam, em sua maioria, vivenciadas enquanto intromissão por parte de seu receptor, devido à característica violenta da situação. Estas mensagens se relacionam com a noção de inconsciente encravado, que corresponde à instância psíquica depositária das mensagens que não passaram pelo crivo da tradução justamente pelo fato de terem sido intrometidas com violência.

Outra hipótese que expomos aqui é a de que as narrativas de testemunho, escritas ou contadas por sobreviventes de tortura, podem dar início às primeiras traduções destas mensagens intrometidas. O escrever ou falar envolveria, então, o processo de temporalização ou elaboração das vivências traumáticas de tortura.

Apresentadas nossas hipóteses, temos que nossa pesquisa centra-se no estudo do conceito de trauma psíquico a partir dos pressupostos teóricos da TSG. Para melhor compreendermos nosso objeto de análise, investigamos a especificidade da tortura enquanto trauma que engloba aspectos subjetivos, sociais e transgeracionais e, por fim, analisamos as situações traumáticas de tortura utilizando-nos de narrativas de testemunho de ex-militantes contrários ao regime civil-militar. Importante salientar que consideramos que para o sujeito, os aspectos sociais e transgeracionais são também subjetivos, pois é na sua vivência de mundo que ele os apreende.

1.2. Aspectos metodológicos da pesquisa

O levantamento bibliográfico utilizado em nossa revisão teórica acerca da temática se baseou em textos publicados em periódicos, anais e sites. Neste levantamento, recorreremos a fontes eletrônicas como Scielo, Portal da Capes e o *PsycInfo*, obtendo material com os descritores “tortura”, “torturados”, “psicanálise” e “trauma”. Utilizamos também dados e referências bibliográficas obtidas a partir da pesquisa mais ampla na qual nossa pesquisa está inserida.

Para compormos nosso material de análise, recorreremos à leitura de livros de cunho narrativo-testemunhais escritos por ex-militantes contrários ao regime civil-militar. Ao todo, foram lidos seis livros autobiográficos, a saber: *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político* (1998), de Ildeu Manso Vieira; *Ousar lutar – Memórias da guerrilha que vivi* (2007), de José Roberto Resende; *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajos; *Tempo de Ameaça* (1978), de Rodolfo Konder; *Retrato Calado* (1988), de Luiz Roberto Salinas Fortes; *Memórias do esquecimento* (2005), de Flávio Tavares. Após a leitura destes livros, elencamos, enquanto instrumentos de análise e interpretação, aqueles que possuíam uma maior quantidade e qualidade de conteúdos possivelmente analisáveis, ou seja, tomamos para a análise aqueles livros que nos suscitaram uma maior quantidade de associações livres e interpretações. Assim, os dois últimos livros, escritos por Luiz Roberto Salinas Fortes e por Flávio Tavares, foram elencados como nossos principais materiais de análise. Trabalhamos com estas narrativas no plano do singular, como manifestação de cada pessoa, mas buscamos algumas relações entre a construção e estruturação de ambos os livros.

Cabe aqui, dizermos que durante o desenvolvimento de nossa pesquisa encontramos uma tese denominada *A escrita da dor: testemunhos da ditadura militar*, de autoria de Fernandes (2008), na qual o autor desenvolveu uma análise dos mesmos livros trabalhados por nós. Assim, nosso quarto capítulo que aborda as análises gerais dos livros teve como inspiração a proposta de Fernandes (2008), da qual resgatamos alguns pontos e buscamos avançar no sentido de propor novas interpretações e análise.

Tomamos estes livros enquanto narrativas literárias ou autobiográficas a partir das quais realizamos uma “leitura flutuante”, de acordo com a proposta de Green (1971/1994). Este tipo de leitura “não é uma leitura negligente – muito pelo contrário. Está atenta a tudo o que pode enganar a expectativa do leitor.” (Green, 1971/1994, p. 16). Ela se aproxima das modalidades específicas da escuta psicanalítica. Para o autor, tanto o texto literário quanto o sonho possuem um aspecto comum: ambos são apresentados após uma elaboração secundária. Desta maneira, o texto literário se aproxima do terreno da fantasia, sendo que em ambos, há uma condensação entre os processos primários e secundários. Os processos secundários atuam na moldagem dos processos primários configurando desta forma o texto final.

O trabalho final é um trabalho já transformado (ligado), que percorreu todas as vicissitudes que a criação literária exige. Porém, “a fantasia, assim como o texto, mesmo quando tenta assumir características da secundariedade, deixa, vez por outra, vestígios dos processos primários sobre os quais ele se fundamenta, pelo próprio fato de ser uma forma de ficção, governada pelo desejo.” (Green, 1971/1994, p.17). O autor afirma que quando nos

deparamos com qualquer texto literário, estes, a partir destes vestígios, revelam-nos suas características que se aproximam do funcionamento inconsciente, fazendo emergir, então, uma ideia e um afeto. A ideia nos remete a um enigma e o afeto pode ser evidenciado pela sedução que determinado texto nos apresenta. Resumidamente, de acordo com Green (1971/1994), “o analista reage ao texto como a uma produção do inconsciente.” (p. 18).

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa se inserem no que se denomina psicanálise extramuros, que utiliza-se dos métodos advindos da própria clínica psicanalítica. Porém, estes são adaptados para que possamos realizar uma leitura analítica de determinada vivência. Desta maneira, é possível ampliar o escopo de análise partindo do individual para o social, buscando uma compreensão mais geral do tema de estudo. Para Rosa (2004), tais pesquisas: “envolvem uma prática psicanalítica que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, e não estritamente ligado à situação do tratamento psicanalítico.” (p. 331).

Laplanche (1987/1992) discorre acerca da psicanálise extramuros pontuando sobre a importância de atentarmos para as condições de domínio e de técnicas que devem ser sempre bem definidos ao utilizarmos esta modalidade de pesquisa.

Nesse movimento de se-dirigir-para-fora da psicanálise, distingo dois aspectos, dois movimentos, ou um duplo aspecto de um mesmo movimento: com certeza o aspecto interpretativo, teórico, inclusive especulativo, mas também um aspecto real [...]. Por aspecto real entendo que a psicanálise, não apenas como pensamento e como doutrina, nas obras de psicanálise dita extramuros, mas como modo de ser, invade o cultural. A psicanálise é um imenso movimento cultural e, neste sentido, é o conjunto da psicanálise que se dirige para fora-dos-muros. (Laplanche, 1987/1992, p. 12).

O conjunto da psicanálise que se dirige para fora dos muros compreende o método psicanalítico que está calcado na interpretação, na produção de uma teoria e na concepção de um sujeito detentor do inconsciente e são estes fatores que levamos em consideração na elaboração de nossa pesquisa.

Quanto à organização da pesquisa, os capítulos estão dispostos da seguinte maneira: No primeiro capítulo, percorremos o caminho do trauma psíquico a partir da psicanálise, mais especificamente no que se refere aos desdobramentos teóricos da TSG. Em seguida, no segundo capítulo, a partir de uma revisão teórica, discorreremos sobre as pesquisas que a psicanálise e a psicologia vêm desenvolvendo para a compreensão das práticas de tortura. No terceiro capítulo, abordamos a noção da literatura de testemunho e suas relações com a

psicanálise, ressaltando a função da escrita e suas aproximações com a noção de trauma psíquico e, em seguida, apresentamos uma análise geral de cada obra elencada, seguindo o método psicanalítico. No quarto capítulo, a partir da análise de pontos específicos das narrativas de testemunho, organizados em três categorias, buscamos evidenciar os aspectos comuns que envolvem o traumático da tortura. Para finalizar, apresentamos nossas considerações finais retomando nossas hipóteses iniciais e apresentando o que podemos desenvolver a partir delas.

2. TRAUMA, SEDUÇÃO E PSICANÁLISE.

A vivência de Morte irrompera e invadira o seu ser da forma a mais inesperada. Um trauma. Uma incapacidade de conter a vivência. Uma defesa contra ela: “não quero pensar, pensar me leva à Morte”. Um esquizo. Um esquecimento. Joana não conseguindo ultrapassar sua identificação com o Um ficando sua prisioneira. (Naffah-Neto, 1985, p. 256-257).

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os pressupostos teóricos que servirão de alicerce para nossa análise. Desta forma, discorreremos, primeiramente, acerca do conceito de trauma em psicanálise, abordando, principalmente, as noções freudianas e laplancheanas acerca do tema, mas também convocando outros autores que versam sobre a temática e que podem colaborar com o desenvolvimento do estudo.

Em seguida, realizamos um estudo específico de conceitos advindos da TSG, que podem balizar as hipóteses anteriormente elencadas nesta pesquisa. Apresentamos, assim, conceitos norteadores da TSG, tais como: a SAF; as mensagens enigmáticas (implantadas e intrometidas); o *après coup*; as três acepções da palavra inconsciente proposta por Laplanche: inconsciente sexual, encravado e mito-simbólico; bem como a noção de assistentes / ajudantes de tradução e a teoria tradutiva proposta pelo autor (tradução – destradição – retradição).

2.1. O que entendemos enquanto trauma psíquico.

Iniciemos nossa imersão no terreno do trauma resgatando a origem da palavra que, de acordo com Uchitel (2011), etimologicamente é de origem grega e pode significar perfurar ou ferida. O termo trauma foi comumente utilizado nas práticas médicas e se relacionava com a noção de choque violento que provocaria forte impacto. Em relação à vítima, devido a seu despreparo se encontraria inapta a absorver este impacto o que lhe ocasionaria uma grave perturbação. “A psicanálise translada ao plano psíquico os três atributos presentes na acepção médica: o choque violento, a efração e as consequências sobre o conjunto da organização.” (p. 27).

De acordo com Uchitel (2011) a noção de trauma psíquico, em psicanálise, é abordada por Freud em diferentes períodos e, em cada momento, pode-se registrar uma compreensão diferente acerca do conceito. Podemos conceber um primeiro período, no qual a preocupação de Freud em relação ao trauma está muito relacionada com a noção de susto e sobressalto, entendendo tais ocorrências enquanto eventos potencialmente traumáticos. Deste modo, o trauma é entendido como “toda impressão ou vivência que provoque afetos penosos de medo, susto, angústia, vergonha ou dor psíquica que o sistema nervoso tem dificuldade de resolver”. (Uchitel, 2011, p. 33). O indivíduo busca, então, expelir da consciência estas impressões ou representações penosas, na tentativa de esquecer o acontecimento traumático.

Segundo Uchitel (2011), nestes primeiros desenvolvimentos teóricos de Freud, em conjunto com Breuer, “consolida-se, em um primeiro momento, o método catártico, que combina por meio da hipnose – e logo da sugestão – a recuperação da lembrança do acontecimento traumático com a ab-reação dos afetos ligados a ela.” (p. 33). Há aqui uma diferenciação entre histeria e histeria traumática.

Podemos localizar a primeira concepção propriamente freudiana do trauma na teoria sobre a patogênese da histeria, elaborada em seus primeiros escritos, tanto os não oficiais como o Projeto de uma psicologia e as cartas a Fliess, quanto os oficiais, dos quais os mais importantes são: “Hereditariedade e etiologia das neuroses”, “Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa” e “A etiologia da histeria”, todos eles de 1896. (Melo & Ribeiro, 2006, s.p.).

Compreendemos que o trauma, neste momento, é entendido enquanto resultado de uma sedução sexual externa, sendo enquadrado na etiologia das neuroses. Freud (1895/1996), a partir de seus estudos acerca da histeria, desenvolve uma teoria que considerava que as “histéricas sofrem de reminiscências”, e que estas lembranças são, sobretudo, advindas de atividades sexuais passivas vivenciadas no período da tenra infância. O trauma psíquico é visto, então, enquanto um trauma essencialmente sexual.

Freud (1896/1996), também discorre acerca do trauma na *Carta 52* e, neste momento da articulação teórica, está procurando compreender melhor os mecanismos da memória primitiva. O conteúdo traumático estaria relacionado às marcas perceptivas que não poderiam ser representadas e nem registradas no aparelho psíquico, sendo que estas marcas se originariam de estímulos externos absorvidos a partir do sistema perceptivo, algo relacionado ao corporal e que não teve a possibilidade de se representar psiquicamente.

Posteriormente, Freud apresenta a noção de *a posteriori* (*après-coup*) do trauma, situando-o em dois tempos. O autor afirma que em um primeiro momento há um atentado sexual contra o infante, que não pode ser considerado traumático em si, pois a criança se encontra em um período pré-sexual de desenvolvimento e não possui capacidade de realizar qualquer tipo de simbolização ou elaboração. Em um segundo momento, quando a criança se torna adolescente e adquire a maturidade sexual, por vezes algum acontecimento do cotidiano pode desencadear conexões com lembranças do atentado sexual sofrido na infância. Estas conexões podem gerar reações sintomáticas comuns nos casos de histeria, pois agora a vivência infantil pode ser significada enquanto algo sexual, ocasionando uma excitação. Esta última será vivenciada enquanto excesso, pois não corresponde a vivência atual, mas sim a vivência do abuso infantil, desta forma a ressignificação que o sujeito empreende faz com que as lembranças sexuais infantis não sejam mais compatíveis com as representações aceitas pelo ego, ego atual. Desta forma, esta excitação pode desencadear angústia, impulsionando o sujeito a lançar mão de mecanismos de defesa como o recalçamento, que evita que tais representações permaneçam conscientes. (Melo & Ribeiro, 2006).

Temos, então, dois momentos ou duas cenas que se sobrepõem na lógica psíquica do acontecimento traumático, sendo que o “trauma não se localiza na vida adulta, mas no reviver *a posteriori* a intensidade que evoca a primeira cena [...] a primeira cena oferece a força traumática, enquanto a segunda, a condição traumatizante.” (Uchitel, 2011, p.34).

Assim, de acordo com Uchitel (2011):

... a histeria nasce não mais por um acontecimento traumático externo, mas pela repressão de uma representação sexual intolerável e, portanto, traumática, perdurando a representação de forma menos intensa quando seu afeto é utilizado para uma enervação somática. Colocar o afeto no corpo é a possibilidade de senti-lo menos psíquico. O corpo oferece-se como canal pra liberar algo que, para o psiquismo, é difícil conter. (p. 38).

Chegamos, então, ao momento teórico da psicanálise, em que Freud (1897/1996) anuncia o abandono de sua “neurótica” na célebre carta a Fliess de nº 69. Neste ponto, o desenvolvimento da psicanálise gira em torno de considerações nas quais os traumatismos serão explicados a partir da via interna da fantasia, ou seja, os conflitos psíquicos que podem gerar sintomas serão vistos como produzidos a partir dos fantasmas inconscientes. Podemos compreender este momento enquanto um período de latência da teoria do trauma.

Compreendemos que, após 1920, com a publicação do texto *Além do princípio do prazer*, ocorre uma reviravolta em toda teoria pulsional com alterações também nos planos dinâmico e econômico, fundando o que chamamos de segunda tópica. Neste período, o estudo do trauma é retomado e explicado por Freud (1920/2010) a partir de um excesso pulsional que romperia com o para-excitações. Estamos entrando no campo da neurose traumática proposta por Freud (1920/2010), que em sua essência engloba a noção de compulsão a repetição e dos sonhos repetitivos e angustiantes. Neste momento, Freud estava imerso em um ambiente totalmente afetado pelos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial. Como consequência deste período, várias pesquisas foram realizadas a respeito da neurose de guerra, que acometeu parte da população que participou ativamente dessas experiências.

Após a publicação de 1920, o modelo do trauma advindo da teoria da sedução e sua ação patogênica não são abandonados totalmente, mas se tornam enfraquecidos. “O novo modelo da etiologia das neuroses toma a sexualidade infantil, com seu desenvolvimento e seus pontos de fixação, como fator essencial na determinação dos sintomas.” (Melo & Ribeiro, 2006, s.p.).

Freud, em *Além do princípio do prazer* (1920/2010), discute a o trauma psíquico como produto de excitações externas que rompem a proteção (para-excitações) e perturbam o gerenciamento de energia do organismo. Desta forma, o organismo lançará mão de mecanismos de defesa, pois há uma invasão imprevista destes estímulos e o mecanismo do princípio de prazer é sobrepujado. O organismo, então, buscará ligar psicologicamente essa grande quantidade de estímulos visando uma descarga ou eliminação destes conteúdos adversos.

Segundo Freud (1920/2010):

O desprazer específico da dor física resulta, provavelmente, de que a barreira contra estímulos foi rompida numa área limitada. Desse lugar na periferia, então, afluem para o aparelho psíquico excitações contínuas, que normalmente podiam vir apenas do interior do aparelho. E como podemos esperar que a psique reaja a essa irrupção? De todos os lados é convocada energia de investimento, a fim de criar, em torno do local da irrupção, investimentos de energia correspondentemente elevados. Produz-se um enorme “contrainvestimento”, em favor do qual todos os demais sistemas psíquicos empobrecem, de modo que há uma extensa paralisação ou redução do funcionamento psíquico restante. (p. 141).

Tal paralisação busca explicar o modo de funcionamento do trauma que age enquanto um corpo estranho não passível de elaboração, ficando paralisado temporal e psiquicamente, sendo reativado a partir dos sonhos traumáticos que se repetem incessantemente. “Tais sonhos buscam lidar retrospectivamente com o estímulo, mediante o desenvolvimento da angústia, cuja omissão tornara-se a causa da neurose traumática.” (Freud, 1920/2010, p. 144). Neste momento, os sintomas presentes nestes casos eram explicados por Freud como fixação no momento do acidente traumático. De acordo com Rudge (2003):

Este passará a ser reeditado nos sonhos, e ressurgir em ataques histeriformes que transportam repetidamente o sujeito para a situação do trauma, como se fosse impossível superá-la. Às vezes o sintoma é o reviver quase alucinatório do trauma, hoje chamado de *flashback*. (p. 106).

Freud (1920/2010) ainda vai propor que quando há um trauma físico, este pode atuar enquanto uma forma de apaziguamento do trauma psicológico, inviabilizando, assim, o surgimento de uma neurose traumática. De acordo com o autor, isto se dá porque a “violência mecânica do trauma liberaria o *quantum* de excitação sexual que, devido à falta de preparação para a angústia, tem efeito traumático, mas o simultâneo ferimento físico, ao solicitar um sobreinvestimento narcísico do órgão ofendido, ligaria o excesso de excitação.” (Freud, 1920/2010, p. 145).

Neste contexto, Freud (1920/2010) apresenta a hipótese da pulsão de morte. É a partir desta noção que o autor vai discorrer acerca dos fenômenos que não têm relação com o princípio de prazer e que estariam relacionados a um mecanismo mais primitivo, como a compulsão a repetição e os sonhos traumáticos. As pulsões de morte atuariam como uma forma de descarga das tensões psíquicas e, a partir disso, conduziriam o organismo a um retorno à inércia, ou seja, o organismo se livraria de toda e qualquer quantidade de excitação. Sabemos que o conceito de pulsão de morte foi alvo de inúmeras críticas por parte dos teóricos da psicanálise, porém esta noção ainda reverbera e, em nossa opinião, ainda possui muitos pontos positivos a serem trabalhados.

Esta nova proposta da teoria das pulsões apresentada por Freud (1920/2010) traz em seu cerne algumas considerações importantes. Temos que o sonho traumático repete-se como uma tentativa de domínio, por parte do organismo, do afluxo excessivo e inesperado de excitação, advindo do trauma. Isto decorre de uma tentativa de preservação da vida (pulsões de vida), porém, por trás desta repetição há, também, uma força (pulsões de morte) que atua a

favor da redução completa das tensões, com o intuito de reconduzir o ser vivo a um estado inorgânico. “Podemos pensar então que, nas neuroses traumáticas, o elemento pulsional se sobrepõe à excitação desencadeada pelo trauma não para facilitar sua elaboração, sua redução, mas para torna-las uma tarefa impossível.” (Melo & Ribeiro, 2006, s.p.).

Podemos ainda, de acordo com Mello Neto (2012), discernir outra fase, em Freud, na qual o trauma pode ser explicado:

É verdade que o trauma, em *Inibição, sintoma e angústia* (Freud, 1926/1990), é visto como estando na raiz de todas as neuroses, contudo não diretamente, mas como resultante da angústia frente à situação de excesso vivida no nascimento e que estaria sempre ameaçando na forma de angústia sinal. Essa ameaça mobilizaria as defesas e em alguns casos isso resultaria em sintomas. A ameaça que está aí de forma geral diz respeito à castração, isto é, à tudo que tem a ver com perda, inclusive a perda ou ameaça de perda do membro sexual. (2012, p. 7).

Percebemos, então, toda uma reviravolta em torno do conceito de trauma na teoria freudiana, o que, também, denota a importância do conceito na própria construção e no desenvolvimento da psicanálise atual. Embora consideremos que a noção de trauma foi sempre a mesma desde os anos de 1890, o que se modificou foi o contexto no qual ela vem sendo utilizada. De acordo com Melo e Ribeiro (2006), se compararmos a primeira noção do trauma em Freud, aquela da teoria da sedução, ao modelo apresentado em 1920, podemos conceber que o trauma sexual seria substituído pela pulsão de morte. Desta maneira, o primeiro modelo compreende um despreparo do organismo ante o ataque sexual por parte do outro, já o segundo modelo compreende um despreparo psíquico frente ao ataque da pulsão. Temos, então, que no trauma de sedução é a lembrança da vivência que, quando significada em um segundo momento, torna-se sexual, ocasionando o traumático. No segundo modelo, o traumático é a própria pulsão.

Além das teorias freudianas acerca do trauma psíquico, apresentaremos também, de forma resumida, a teoria elaborada por Sandor Ferenczi, discípulo de Freud, que retomou a discussão acerca do trauma sexual em psicanálise e fez desenvolvimentos importantes, que atualmente estão sendo utilizados em estudos psicanalíticos.

Ferenczi (1933/1992), em seu artigo *Confusão de língua entre os adultos e as crianças*, retoma a noção de trauma sexual externo, compreendendo que há uma diferença entre a linguagem da criança, que segundo ele é atravessada pela ternura, e a linguagem do

adulto, atravessada pela paixão. O autor compreende que adultos com algum perfil psicopatológico podem confundir as fantasias lúdicas da criança (pautadas pela via da ternura) e interpretá-las enquanto um desejo sexual, respondendo a elas com o abuso sexual. Desta maneira, estes adultos “confundem as brincadeiras das crianças com os desejos de uma pessoa que já atingiu a maturidade sexual, e se deixam levar a atos sexuais sem pensar nas consequências.” (p.351).

Uma das consequências dessa vivência de abuso, de acordo com Ferenczi (1933/1992), pode ser uma identificação da criança com o agressor. Isso ocorreria devido à situação de medo intenso vivenciada pela criança e sua incapacidade de conter o agressor física e psicologicamente, mas, também, pela ambivalência vivenciada pela criança de amor e ódio em relação ao agressor. “Mas a mudança significativa, provocada no espírito da criança pela identificação ansiosa com o parceiro adulto, é a introjeção do sentimento de culpa do adulto: a brincadeira até então anódina aparece agora como um ato que merece punição.” (p. 352). A criança se sente ao mesmo tempo inocente e culpada.

Mello e Herzog (2009) afirmam que:

Ferenczi (1933/1992) se refere ao ato violento sexual *strictu sensu*. Contudo, entendemos que o abuso ocorre quando o objeto significativo não cumpre a sua função de acolhimento. Por esse viés, a confusão se dá na medida em que o adulto desrespeita o ritmo da maturação infantil, ou seja, quando as necessidades psíquicas e físicas próprias da criança não são reconhecidas pelo adulto. (p. 70).

A teoria de Ferenczi acerca do trauma, principalmente o texto *Confusão de língua entre os adultos e as crianças*, serve-nos de elo para introduzirmos a proposta laplancheana sobre o trauma, pois, de acordo com Laplanche (1987/1992), este artigo pode ser considerado “uma espécie de prefácio à teoria da sedução generalizada.” (p. 127). Pois bem, vamos agora ao estudo da TSG.

2.2. Trauma originário, sedução e TSG.

Laplanche (1987/1992), ao apresentar o que ele chama de sedução precoce na teoria freudiana, aponta que Freud deixa de entender a sedução precoce pelas vias da sexualidade em geral. Segundo o autor, Freud se limita a compreender o despertar da sexualidade apenas

nos órgãos genitais estimulados e deixa de lado o conjunto da erogeneidade corporal, em particular o que se refere à estimulação oral e anal. Outro ponto importante, desconsiderado por Freud, é a dimensão do inconsciente da mãe que estimula a criança.

Laplanche (1970/1985), então, retoma a noção de apoio apresentada por Freud e busca fazer novos desdobramentos. De acordo com o autor a noção de apoio – *étayage* – proposta por Freud, supõe que o desenvolvimento psicosssexual se apoia em um mecanismo de conservação da vida, ou seja, a criança, ao entrar em contato com o seio materno, primeiramente, busca saciar a sua necessidade de alimento, mas em um segundo momento é iniciado o desenvolvimento de sua sexualidade, pois, paralelamente à alimentação há uma excitação dos lábios e da língua através do mamilo e do leite morno. Para Laplanche (1970/1985) a teoria do apoio ilustra o que ele chama de “sedução originária” (essencialmente traumática) que inicia o movimento de recalque originário, ou seja, a cisão do psiquismo, a partir das primeiras tentativas de tradução.

Laplanche (1993/1997), conjuntamente com Pontalis, retomou o conceito de apoio em psicanálise realocando-o enquanto algo que só pode ser compreendido no seio da teoria da sedução, ou seja, é a sedução do adulto em relação à criança que vai se destacar sobre a autoconservação, evidenciando o seu caráter sexual. Temos então que é a sedução que coloca em movimento o psiquismo, a partir do outro, e não a autoconservação que se clivaria a partir de um movimento endógeno.

A proposta de Laplanche (1987/1992), de modo geral, é fazer trabalhar os pontos fortes da teoria da sedução de Freud, retomando as discussões acerca do binômio atividade-passividade, presentes na situação entre a criança e o adulto. Laplanche (1987/1992) concorda com a proposta de Ferenczi, anteriormente citada, e propõe novos desenvolvimentos. Segundo Laplanche (1987/1992), esta situação caracteriza-se como o confronto da criança com o mundo adulto, e este confronto é permeado por “mensagens no sentido mais amplo do termo (linguísticas ou simplesmente languageiras: pré ou paralinguísticas), que interrogam a criança antes que ela as compreenda e às quais deve dar sentido e resposta, o que é uma só e mesma coisa.” (1987/1992, p. 133). Porém, o autor adverte que o que Ferenczi denomina linguagem da paixão (linguagem do adulto) só é traumática porque transmite um sentido ignorado pelo próprio adulto. Ainda segundo Laplanche, o que ocorre não é simplesmente uma confusão de línguas, como propõe Ferenczi, mas sim “uma inadequação das linguagens, inadequação da criança ao adulto, mas também e primordialmente, inadequação do adulto em relação ao objeto-fonte que age nele mesmo.” (1987/1992, p. 138-139).

Para o autor:

Dirigir-se a alguém que não possui um sistema de interpretação em comum, principalmente de modo extra-verbal, esta é a função das mensagens do adulto, desses significantes, os quais afirmo que são, simultânea e indissociavelmente, enigmáticos e sexuais: pelo fato de que não são transparentes para os próprios adultos, pois estão comprometidos pela relação do adulto com seu próprio inconsciente, pelas fantasias sexuais inconscientes mobilizadas nele em sua relação com a criança. (Laplanche, 1987/1992, p. 39).

Estes pressupostos, citados anteriormente, servem como base para o desenvolvimento da TSG por Laplanche. O autor considera a situação originária como o (des)encontro entre a criança e o mundo adulto. O termo sedução originária comporta esta “situação fundamental em que o adulto propõe à criança significantes não verbais assim como verbais, inclusive comportamentais, impregnados de significações sexuais inconscientes.” (Laplanche, 1987/1992, p. 134). Para o autor, o seio pode ser compreendido enquanto um significante enigmático, pois a mãe quando amamenta o filho também tem a sua sexualidade despertada, causando interferências na relação com a criança no sentido da transmissão de mensagens. “Os cuidados ‘maternos’ ou o ataque ‘paterno’ só são sedutores porque não são transparentes, mas opacos, veiculando o enigmático.” (Laplanche, 1987/1992, p. 137).

Enquanto que, num diálogo normal (verbal ou não-verbal), existe um código comum e não há necessidade de tradução (ou que, então, esta é instantânea), na comunicação original, a mensagem adulta não pode ser captada em sua totalidade contraditória. Nela se misturam, por exemplo, no modelo típico da amamentação, amor e ódio, acalmia e excitação, leite e seio, seio "continente" e seio excitado sexualmente, etc. (Laplanche, 2003, p. 407).

Esta situação primordial entre criança e adulto, Laplanche (1987/1992) denomina de SAF, pois é ela que nos constitui enquanto seres humanos, ou seja, faz parte do nosso vir a ser no mundo. É algo que nos é intrínseco, tornamo-nos humanos por e a partir do outro que nos funda. Porém, esta SAF é, também, essencialmente traumática devido à assimetria e ao excesso de energia, advinda das mensagens enigmáticas com que a criança tem que lidar. A assimetria advém, sobretudo, das diferenças no desenvolvimento psíquico da criança, ainda sem inconsciente, e do adulto com o inconsciente já constituído.

A SAF pressupõe, ainda, uma relação de atividade-passividade, a posição ativa compreende a situação do adulto que envia mensagens enigmáticas à criança, que por sua vez, encontra-se em uma situação de passividade, enquanto receptora destas mensagens excessivas. Neste momento, a criança, segundo Laplanche (1981/1992), encontra-se como apenas uma certa presença no mundo, vivenciada através e, sobretudo, dos órgãos do sentido. É somente em um segundo momento, *après-coup*, que o infante busca lidar com este excesso com as ferramentas que possui e com aquilo que lhe é fornecido pelo meio cultural e familiar. As mensagens enquanto enigmas iniciam o infans no processo de temporalização, exigindo da criança um movimento autoteorizante para iniciar suas primeiras traduções, a partir das quais se dá o início do recalçamento originário. Logo, a sedução, essencialmente traumática, surge enquanto motor para os primeiros recalçamentos, o que determina a cisão do psiquismo entre consciente e inconsciente.

Nas palavras de Laplanche:

A criança diante dele [do adulto] faz apelo ao infantil nele. A relação originária se estabelece, devido a isto, num duplo registro: uma relação vital, aberta, recíproca, que podemos perfeitamente dizer interativa, e uma relação onde está implicado o sexual, onde a interação não ocorre mais, pois a balança é desigual. No ser humano [...] há um sedutor e um seduzido, um desviador e um desviado. (1987/1992, p. 111).

Assim, as mensagens enigmáticas, por serem excessivas para a criança, são traumáticas, veiculando um excesso que pode ser excesso da falta e não somente da presença. Porém, são essas mesmas mensagens, enquanto enigmas, que fazem com que sejamos, segundo Laplanche (1987/1992), hermeneutas natos. De acordo com o autor, somos invadidos pela necessidade de traduzir tais enigmas, de dominá-los, iniciando assim o desenvolvimento de uma “pulsão interpretativa” que nos acompanhará pelo resto de nossas vidas. Mas, o autor pondera que as crianças, em suas primeiras tentativas de tradução destas mensagens, não conseguem traduzi-las e elaborá-las em sua totalidade, ficando restos não traduzidos que darão origem ao recalçado, isto é, a tópica freudiana, e tais restos são denominados por Laplanche de “objetos-fonte” da pulsão (1987/1992).

Laplanche (1992/1996) enfatiza a prioridade do outro enquanto fator constitutivo do psiquismo humano. Deste modo, o autor aponta que o “estrangeiro” interno (o inconsciente) é sustentado pelo “estrangeiro” externo (o outro) e o “estrangeiro” externo é sustentado a partir da relação enigmática com seu próprio “estrangeiro” interno. O autor discorre acerca da

máxima freudiana que diz: Lá onde Isso era, o ego deve advir e propõe que: “Lá onde havia isso, haverá para sempre o outro” (Laplanche, 1992/1996, p. 43), apontando que o estrangeiro em nós, o sexual em nós, advém sempre do outro que nos constitui.

2.2.1. Duas categorias de mensagens e suas implicações

A SAF, evidentemente, situa-se no centro dos desenvolvimentos teóricos da TSG. Segundo Laplanche (1992/1996), em um primeiro momento desta relação, vista como originária, o adulto fornece significantes, a partir de mensagens implantadas ou intrometidas no psiquismo, que ficam fixados, sobretudo na superfície do aparelho psíquico, porém, neste momento, o receptor destas mensagens ainda não possui uma instância inconsciente diferenciada. Estes significantes, segundo Laplanche (1992/1996), fixam-se na “derme psicofisiológica” (p. 106) e é com estes significantes, recebidos passivamente, que o sujeito terá que lidar em suas primeiras tentativas de tradução, sempre imperfeitas, deixando restos que formam o recalcado originário (objetos-fonte).

Cabe, ainda, de acordo com Laplanche (1992/1996), diferenciarmos duas categorias ou classes de mensagens: as mensagens implantadas e as mensagens intrometidas.

A implantação é um processo comum, cotidiano, normal ou neurótico. Ao lado deste, como sua variação violenta, é preciso dar lugar a intromissão. Enquanto que a implantação permite ao indivíduo uma resposta ativa, com seu duplo processo de tradução-recalque, é preciso conceber um processo que dificulte esta resposta, curto-circuita as diferenciações das instâncias em via de formação, e coloca no interior um elemento rebelde a toda metabolização. (Laplanche, 1992/1996, p. 106).

O autor considera que o processo de implantação das mensagens se dá na superfície do corpo – psicofisiológico – como um todo, sobretudo, a partir dos processos perceptivos. Já a intromissão está relacionada com a analidade e a oralidade e tem como característica o fator violência. (Laplanche, 1992/1996). Maldonado e Cardoso (2009), citando Reis (2004), afirmam que a memória traumática, decorrente tanto da implantação quanto da intromissão, seria registrada enquanto signos de percepção ou impressões sensíveis – pode-se pensar no que Laplanche (1987/1992) considera como indícios de registros mnêmicos – e que se trataria

de uma memória ligada ao corpo, considerando, também, as manifestações corporais da compulsão a repetição.

Cardoso (2011) assinala que se pensarmos na neurose traumática ou no trauma atual, relacionados ao mecanismo de compulsão a repetição - que trabalha no sentido de manter a vivência sempre presente, impossibilitando-a de se tornar passado - podemos conceber que é devido à violência do traumático que estas impressões não são possíveis de serem historicizadas pelas vítimas, que, por sua vez, só conseguem encontrar respostas a partir de *acting-outs*, em razão da presentificação das vivências. Aliada às consequências anteriores há, ainda, a impossibilidade de recalçamento destes conteúdos, pois o não historicizar compreende a não interiorização das vivências. Fala-se, então, da formação de um corpo estranho que permanece imune ao processo de tradução e destruição.

De acordo com Laplanche, no texto *Três acepções da palavra inconsciente no quadro da Teoria da Sedução Generalizada* (2003), a mensagem na SAF sempre é enigmática, em um primeiro momento, e somente no *après-coup* que ela se reativará enquanto mensagem implantada ou intrometida, ou seja, somente após as primeiras tentativas traduções, que esta mensagem originária será passível ou não de ser metabolizada. Este esquema de tradução em dois tempos é o mesmo apresentado em relação ao modelo do trauma freudiano. A mensagem em um primeiro momento é simplesmente inscrita ou implantada, sem nenhuma compreensão. Ela se depositaria em uma fina camada da consciência ou sob a pele (ego corpo). Em seguida, a mensagem passa a ser revivificada a partir do interior, agindo enquanto um corpo estranho, impondo ao sujeito uma necessidade de integrá-lo e controlá-lo.

Esta tradução, ou tentativa de tradução, dará origem ao pré-consciente da criança - “essencialmente o eu – corresponde à maneira pela qual o sujeito se constitui, representa sua história. A tradução das mensagens do outro adulto é essencialmente uma historicização mais ou menos coerente.” (Laplanche, 2003, p. 407). Porém, os restos de mensagens não traduzidas darão origem ao inconsciente recalcado (sexual), no sentido freudiano. Laplanche (2003) assinala, ainda, que o inconsciente da criança não corresponde em igualdade ao inconsciente do adulto, pois o sexual sofre um duplo metabolismo: “deformação na mensagem comprometida no adulto e depois, na criança receptora, trabalho da tradução que remaneja completamente a mensagem implantada.” (p. 407).

A mensagem enigmática, quando é parcialmente traduzida, segundo Laplanche (2003), serve para explicarmos o inconsciente sexual – recalcado - (normal ou neurótico), porém há que se pensar na possibilidade de existirem mensagens que não sofrem nenhum tipo de tradução, ou seja, há um fracasso radical da tradução e as mensagens permanecem em estado

bruto, sem nenhuma alteração. Estas mensagens explicam o que o autor denomina de inconsciente encravado. Esta instância se deposita à flor da consciência e explica o funcionamento do psicótico e do *borderline*. Dentre as mensagens não traduzidas encontram-se as mensagens superegóicas.

Laplanche considera que:

Existiria, então, não somente na criança, mas em todo ser humano, uma espécie de estoque de mensagens não-traduzidas: algumas praticamente impossíveis de traduzir, outras na espera provisória de tradução. Tradução que só pode ser provocada por uma reatualização, por uma reativação. O inconsciente dito encravado pode, então, ser um lugar de estagnação, mas também um lugar de espera, uma espécie de "purgatório" das mensagens que esperam. (2003, p. 410).

O autor propõe, ainda, que podemos conceber o aparelho psíquico como dividido em instância consciente-pré-consciente, inconsciente recalcado e inconsciente encravado. Os inconscientes recalcado e encravado estariam separados pela barreira da clivagem, sendo que esta barreira permite certa permeabilidade, ou seja, as duas partes, apesar de serem desconhecidas uma em relação à outra, têm a possibilidade de realizar passagens entre seus conteúdos. Ressaltamos que, neste momento da teoria, Laplanche propõe que os conteúdos que se encontram no inconsciente encravado podem ser traduzidos e seus restos se depositariam no inconsciente recalcado, e também há, em contrapartida, a possibilidade de haver uma descompensação delirante (surto psicótico). (Laplanche, 2003).

O processo de tradução, destradição e retradição pode ser concebido enquanto uma passagem de conteúdos entre estes sistemas. Segundo Laplanche (2003), o processo da análise demanda uma destradição de conteúdos anteriormente traduzidos, visando uma nova retradição que seja mais completa e condizente com a realidade do sujeito. O movimento de destradição das mensagens aumentaria, assim, o estoque temporário de mensagens a retraduzir, havendo um retorno destas mensagens ao inconsciente encravado. Em seguida, a partir da retradição, haveria uma integração das mensagens no pré-consciente e seus restos cairiam no inconsciente recalcado.

Este movimento compreende o processo de temporalização, que ocorre *après-coup*, proposto por Laplanche (1999/2001). Segundo o autor a temporalização humana só pode ser compreendida a partir do conceito de mensagem enigmática que demanda uma tradução e só pode existir a partir do outro humano. O autor pontua que “a meu ver, o *après-coup* é

impensável sem um modelo de tradução: pressupõe que algo é proferido pelo outro e que *après-coup*, é retraduzido e reinterpretado.” (Laplanche, 1999/2001, p. 59).

Laplanche (2003) discorre, ainda, acerca do que ele denominou de inconsciente mito – simbólico, o qual se encontra fora da tópica psíquica e compreende, de forma geral, os mitos e os esquemas narrativos pré-formados fornecidos pelo meio cultural, os neo-códigos. Estes, para o autor, assim como as informações transmitidas de pais para filhos, são considerados assistentes de tradução fornecidos pela cultura e que estão disponíveis para que o pequeno infante possa se apropriar destes esquemas, ligando, simbolizando ou até mesmo traduzindo as mensagens enigmáticas traumatizantes advindas do mundo adulto.

Laplanche (2003) considera que os grandes complexos apresentados pela psicanálise, como o complexo de Édipo, complexo de castração, assassinato do pai, etc... podem ser compreendidos a partir do conceito de inconsciente mito-simbólico, sendo enquadrados nos esquemas narrativos fornecidos pela cultura e que servem ao homem, numa situação cultural dada, como algo organizador e ordenador, ajudando-o no processo de historicizar o seu destino, ou seja, não devem ser considerados como algo universal e central para a psicanálise. De acordo com Laplanche, “é preciso situar tais estruturas não do lado do recaiado, mas do lado do recaiante; não do lado do sexual primário, mas do lado do que vem ordená-lo e, finalmente, dessexualizá-lo...” (2003, p. 415). Desta forma, para o autor, a psicanálise deveria se ater em como estas estruturas ativas coletivas, sejam elas gerais ou episódicas, inscrevem-se no aparelho psíquico e quais influências elas podem exercer em seu funcionamento. Esta noção pode nos ajudar a pensar no processo de elaboração do trauma de tortura e sua relação com o meio social, como veremos mais adiante.

2.2.2. A TSG e seus desdobramentos possíveis: o trauma e sua relação com o pulsional desligado

Nesta sessão propomos, de forma breve, algumas considerações acerca das possíveis relações entre o trauma e o pulsional desligado.

Laplanche (1993/1997), em seu livro intitulado *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*, apresenta o que ele considera como os desvios teóricos encontrados no pensamento freudiano. Estes desvios, segundo ele, advêm da complexidade do próprio objeto de estudo e outros podem ser considerados como recalcamientos teóricos por parte de Freud. Há, de acordo com o autor, três grandes desvios na obra freudiana e iremos nos remeter ao

biologicismo da sexualidade. Assim apresentaremos o que Laplanche considera sendo da ordem do biológico e o que é estritamente da ordem do sexual.

Laplanche (1993/1997) indica que no texto de Freud intitulado *O eu e o id* (1924/2010) há uma tendência por parte do autor de ofuscar a sexualidade dando a ela uma concepção biológica, concepção esta totalmente oposta àquela apresentada nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996). Freud, em *O eu e o id*, apresenta o isso enquanto uma instância primeira ou primordial não recalçada. Esta concepção pressupõe que o sujeito psíquico vem ao mundo dotado de sexualidade/inconsciente e que este sujeito se abrirá para o mundo a partir dele próprio. Isto é o que Laplanche (1992/1996) considera como o pensamento ptolomaico do freudismo:

Freud se exprime assim: tudo o que é consciente foi primeiramente inconsciente; ou ainda: o consciente emerge pouco a pouco do inconsciente [...] Formulações de emergência que assimilam o inconsciente a um substrato (biológico?) preexistente, do qual o inconsciente se diferenciaria pouco a pouco como sistema de superfície. Este é o perigo, a par de sua fecundidade, da noção de id que elevará ao máximo o risco de tal concepção. (Laplanche, 1981/1992, p. 63).

Laplanche considera que “a hipótese de um Isso não-recalçado implica a possibilidade de marcas psíquicas hereditárias das experiências arcaicas, visão lamarquiana que contrasta estranhamente tanto com o darwinismo freudiano quanto com o triunfo do neodarwinismo.” (1988, p. 16). Neste ponto fica evidente, também, a importância que a noção do recalque originário enquanto constituinte do inconsciente possui nas formulações teóricas psicanalíticas propostas por Laplanche. “O inconsciente, uma vez, constituído pelo recalque, é realmente um isso, torna-se uma segunda natureza que ‘nos age’.” (1988, p. 17). Laplanche (2003) complementa afirmando que se “a noção de *isso* conserva um sentido, é o de caracterizar o inconsciente recalçado que, por sua alteridade, *se torna* verdadeiramente ‘alguma coisa em nós’, ‘um corpo estranho interno’, um ‘*isso*’.” (p. 406).

É importante, para Laplanche (1988), situarmos e diferenciarmos as noções de autoconservação e de pulsão. O autor propõe um esquema que comporta, de um lado, as funções de autoconservação (antigas “pulsões do ego” para Freud), e de outro, as pulsões sexuais que se dividem em pulsões sexuais de vida – que, por sua vez, dividem-se em libido objetal e libido do ego – e pulsões sexuais de morte.

O autor define a autoconservação enquanto algo primário que abarca a abertura inicial do sujeito em relação a seu meio, esta abertura se dá a partir da percepção e das atividades motoras; é parcialmente falha; não participa do conflito psíquico e não é recalçada. Por outro lado, temos as pulsões sexuais de vida e de morte, que Laplanche (1988) propõe serem opostas entre si a partir do ponto de vista energético, de sua finalidade, de sua relação com o ego e de seu objeto-fonte.

As pulsões sexuais de vida funcionam segundo o princípio da energia ligada (princípio de constância); seu fim é a síntese, a manutenção ou a constituição de unidades e laços, são conformes ao eu; seu objeto-fonte é um objeto “total”, regulador. *As pulsões sexuais de morte* funcionam segundo o princípio da energia livre (princípio do zero); seu fim é a descarga pulsional total, ao preço do aniquilamento do objeto; são hostis ao eu ao qual tentam desestabilizar; seu objeto-fonte é um aspecto clivado, unilateral, um indício de objeto. (Laplanche, 1988, p. 24).

Laplanche (1988) salienta que esta oposição só pode ser concebida se ambas as pulsões possuírem uma energia libidinal comum. Desta maneira, compreende-se que os processos de energia livre ou primários e os processos de energia ligada ou secundários podem coexistir a partir de formas intermediárias e passagens possíveis. O que nos remete ao pensamento de Freud em *O eu e o id* (1924/2010), quando o autor propõe que as pulsões de vida e de morte podem trabalhar enquanto duas energias fusionadas, mas havendo a possibilidade de des fusão completa de ambas.

Diante do exposto, na visão de Laplanche (1987/1992), toda pulsão é sexual e o único elemento possível de ser recalçado é a sexualidade e não a autoconservação. O autor considera que em nosso psiquismo atuam as pulsões sexuais de vida e as pulsões sexuais de morte e que o inconsciente é estritamente sexual.

Pois bem, qual seria, então, a relação entre a pulsão sexual de morte (pulsional desligado) e o trauma?

O artigo de Carvalho (2012), intitulado: *Sofrimento psíquico, acontecimento traumático e angústia pulsional*, contribui bastante para essa discussão. Nele a autora busca compreender as possíveis relações entre o trauma psíquico e a sexualidade utilizando-se das ideias de Freud, Abraham, Ferenczi e Laplanche. Segundo Carvalho (2012), Abraham foi um dos primeiros autores da psicanálise que buscou compreender as neuroses de guerra sob o pano de fundo da sexualidade. Abraham (1918/2010 citado por Carvalho, 2012) considera que

nos casos de situações extremas, como as guerras ou acontecimentos traumáticos extremos, os indivíduos são conduzidos a renunciar àquelas representações que dão suporte ao narcisismo dos sujeitos envolvidos. Segundo ele, “no caso da guerra, em particular, as situações de agressão às quais o sujeito é submetido e também aquelas que ele tem que perpetrar acirram as ameaças das pulsões parciais masoquistas e sádicas, o que também vem desequilibrar o narcisismo.” (citado por Carvalho, 2012, p. 490).

Cardoso (2011) assinala que o acontecimento traumático “poderia funcionar, em casos singulares, como elemento desencadeador, no espaço interno, da irrupção de um pulsional des-ligado, sem representação ou recalçamento possível, processo correlativo a um estado de desestruturação narcísica.” (p. 72). Aqui pontuamos que o desequilíbrio narcísico se dá pelo excesso do traumático que não encontra vias de escoamento.

Carvalho (2012) busca, também, nas ideias de Ferenczi as relações entre trauma e narcisismo. Segundo Ferenczi (1918/2011 citado por Carvalho, 2012) “o sujeito traumatizado teria perdido sua autoconfiança e por isso retira seu investimento libidinal e seu interesse dos objetos para reinvestir o Eu.” (p. 492). Carvalho (2012) diz ainda que o narcisismo surge na tentativa de atenuar a destruição do ego que teve suas barreiras ou fronteiras comprometidas.

Em sua articulação, a autora assinala que o que há de comum nas situações traumáticas, sejam elas quais forem, é a “ruptura do tecido de representações que até então sustentavam o Eu.” (Carvalho, 2012, p. 493), ou seja, àquelas ligações / traduções mais arcaicas que vêm sendo realizadas desde a constituição psíquica do sujeito. Assim, para a autora a demanda do ego seria justamente buscar recompor/religar/traduzir estes desligamentos, estas rupturas provocadas pelo excesso do traumático. A invasão externa do trauma se transformaria em invasão interna advinda das excitações pulsionais oriundas do trauma originário.

Laplanche (1999) afirma que a instância egóica é a responsável pelo processo de tradução – destradição – retradição (temporalização) e este movimento ocorre a partir de duas modalidades principais: “ligação através da imagem narcísica por um lado, ligação através dos sistemas mito-simbólicos por outro.” (p. 11-12). Porém, segundo Carvalho (2012), essa tentativa de temporalização, no caso das vítimas de acontecimentos traumáticos, é impedida ou dificultada nas duas modalidades, pois, como vimos anteriormente, o ego da vítima encontra-se em estado de desestruturação narcísica e ainda tem que lidar com o excesso que o invade, já pelas vias do mito-simbólico, sabemos que as histórias de violências perpetradas são, na maioria das vezes, esquecidas, não passando pelo reconhecimento social e a devida elaboração. Nas palavras da autora, a instância egóica, então, “é completamente

posta fora de ação, pelo próprio choque, com o excesso de excitação que ele introduz. Num segundo momento, aquele da repetição das impressões traumáticas que não leva, todavia, à sua transcrição, faltam os assistentes de tradução.” (Carvalho, 2012, p. 495).

Para finalizar, Carvalho (2012) busca relacionar os acontecimentos traumáticos com o sexual sob a luz da TSG.

...tais atos não deixarão de evocar mensagens sexuais, anteriormente implantadas ou intrometidas (Laplanche, 1992; 2007), que veiculam pulsões parciais perversas e polimorfos do outro, inclusive pulsões sádicas inconscientes.... Ante o ataque vindo de fora e aquele reativado no interior, o Ego, como instância tradutora e recalcante, deverá ser capaz de recompor suas fronteiras em um renovado trabalho de tradução para então retomar seu posto defensivo, deixando em um território estrangeiro interno os restos não-traduzidos ou até mesmo aquelas mensagens rebeldes a qualquer tentativa de tradução. (p. 496).

Considerando o acima exposto, encontramos na leitura que Andrade (2011) faz acerca do masoquismo originário, a partir das ideias de Laplanche, a seguinte hipótese: “o masoquismo consiste numa resposta (tradução) narcísica e defensiva, complementar e diametralmente oposta ao enigma lançado por um adulto cujas mensagens sexuais inconscientes revelaram traços predominantemente sádicos, no contexto da sedução inerente a relação criança-adulto.” (p. 56-57).

Em consonância com as ideias de Andrade (2011), apresentamos, ainda, a proposta de Conte (2002), que compreende a disposição masoquista como uma forma “de erotização deste primeiro momento traumático de intromissão de um ‘outro sujeito’ que engendra o excesso de excitação, correspondendo à pulsão de morte.... [o masoquismo] constitui o tempo inicial da pulsão e a forma precoce de trabalhar com a fusão pulsional.” (p. 90). Percebemos que aqui, a concepção de masoquismo originário, também, é entendida enquanto uma defesa arcaica. Podemos supor que o que é reativado na vítima de acontecimentos traumáticos, em seu aspecto defensivo, seria justamente estas primeiras defesas que visam à reestruturação do ego.

Temos, então, que frente a um acontecimento traumático o sujeito é submetido a um estado de absoluto desamparo, o que poderia necessariamente reatualizar a passividade experimentada na SAF. (Carvalho, 2012). Viñar (2005) já havia apontado que a tortura compreende um momento de reedição do desamparo originário, este que nos funda enquanto

humanos e que só conseguimos transpor com a presença do outro, que nos conforta, ampara e nos dá amor.

A partir desta discussão, a respeito do pulsional desligado e suas relações com o trauma, buscaremos trazer algumas considerações que podem ser relacionadas à situação de tortura.

Em nossa hipótese, assinalamos que as mensagens enigmáticas veiculadas nas práticas de tortura, seriam vivenciadas pela vítima enquanto intrometidas. Podemos supor, então, que se na SAF “na medida em que a situação *adulto-infans* é uma situação que reativa (no adulto) suas pulsões inconscientes infantis” (Laplanche, 2003, p. 405), este pulsional, veiculado nas origens, seria, sobretudo, relacionado ao pulsional desligado (pulsão sexual de morte) e compreenderia o potencial traumático e excessivo da SAF. A partir disso, supomos que o que é reativado na situação de tortura é justamente o pulsional desligado do torturador, que é reatualizado a partir das características da experiência de tortura, como a extrema passividade da vítima.

Em uma primeira análise, poderíamos pensar que em algumas vítimas de tortura o seu masoquismo erógeno poderia ser “despertado”, mas acreditamos que, muito mais do que um masoquismo erógeno, o que seria ativado no ego-corpo da vítima estaria mais relacionado com o masoquismo originário, no sentido anteriormente apresentado. Assim, compreendemos que o masoquismo seria a saída narcísica encontrada pelo ego para lidar com o excesso sádico, e segundo Andrade (2012) “o prazer reside não na dor, mas na capacidade de suportá-la, tanto para sobreviver psiquicamente a quadros de privação e maus tratos quanto para negar a dependência em relação àquele que faz sofrer.” (p. 454-455).

Assim, propomos que estas mensagens são, em sua maioria, habitadas por resquícios inconscientes advindos, sobretudo, de processos psíquicos relacionados ao funcionamento do pulsional desligado do torturador, aquilo que Carvalho (2012) aponta como pulsões parciais perversas polimorfos e até mesmo sádicas. No torturador este pulsional desligado seria reativado devido às próprias características da situação de tortura que, guardadas as devidas proporções, podem ser comparadas à SAF, principalmente, se relacionamos a figura do torturador com a do adulto.

Na vítima, propomos que este excesso atuaria na ruptura de representações já construídas pelo ego, ocasionando clivagens no psiquismo do torturado e estagnando determinadas funções psíquicas responsáveis pela defesa do ego. Esta cisão do ego seria correlata a um corpo estranho não metabolizado, não traduzido, que se depositaria no inconsciente encravado. O trauma, então, devido ao seu caráter disruptivo, que provoca

desligamentos, “corrosões”, ocasionaria o rompimento de traduções arcaicas relacionadas ao trauma originário da SAF, deixando o ego-torturado inundado por este pulsional desligado.

E como vimos anteriormente, o ego frente ao trauma trabalha no sentido da ligação de duas formas: através da imagem narcisista e através dos sistemas mito-simbólicos. Podemos pensar que o sujeito torturado tem dificuldades em realizar novas ligações tanto narcísicas, devido ao congelamento egoico que o impossibilita de traduzir e destraduzir, quanto em relação ao que é fornecido a partir dos ajudantes de tradução (sistema mito-simbólico), que podemos relacionar à história da ditadura civil-militar brasileira parcialmente apagada.

Porém, como propõe Laplanche este traumático pode ser revivido, em um segundo momento, e elaborado, fazendo com que o indivíduo busque novas traduções a partir da dialética tradutiva. Já Bleichmar (1993/1994) afirma que “o que não é possível de ser historizável (sic) deverá encontrar modo de ligação e de ressimbolização se pretendermos que o objeto não fique sempre entregue à compulsão de repetição, quer dizer, ao exercício da pulsão de morte.” (citado por Rodrigues, 2013 p. 38). E, como vimos anteriormente, a escrita apresenta-se como uma das possibilidades de ligação e simbolização, pois, embora traga à tona novamente o traumático, não é sua simples repetição, como no exercício da pulsão sexual de morte, mas sim um processo de integração e historicização.

3. A TORTURA E SEUS ASPECTOS SUBJETIVOS, SOCIAIS E TRANSGERACIONAIS

é penoso
a gente ser
ainda jovem
e quase velho
ainda vivo
e quase morto
quase livre
e tão preso

(Rezende, 2007, p. 164).

Como já foi dito, o presente capítulo pretende realizar uma “leitura” do trauma advindo da tortura ocorrida por motivos políticos. Sabemos que as práticas de tortura provocam consequências dolorosas tanto para as vítimas diretas, quanto para seus familiares e para toda a sociedade. Essas práticas podem desencadear graves consequências da ordem dos transtornos de estresse pós-traumático, próximo à neurose traumática. Porém, o trauma ocasionado por tortura política compreende, é claro, um cenário muito mais amplo que o individual, configurando-se como um trauma social e transgeracional.

Apresentamos um panorama geral dos estudos em psicologia e psicanálise acerca da temática e, para tanto, dividimos nosso capítulo em três seções. Abordamos o tema, primeiramente, a partir dos estudos acerca da tortura e suas implicações no âmbito individual e subjetivo, para em seguida discutir as relações do trauma de tortura e o meio social e, por fim, apresentamos estudos acerca do aspecto transgeracional do trauma de tortura.

Apesar da divisão do capítulo em três seções e cada uma delas abordar um aspecto diferente do trauma de tortura, esta demarcação é apenas didática, pois sabemos que as implicações do trauma de tortura, por vezes, coexistem. Acreditamos que esta particularidade de coexistência também denota uma característica do estudo em si e, por vezes, do próprio método psicanalítico. Este capítulo segue uma lógica que inicialmente parte de uma análise individual para, em seguida, generalizar algumas proposições para o âmbito cultural, como propõe Mello Neto (1994) “nada há que seja verdadeiramente estranho na aventura subjetiva humana, mesmo que vivamos entre a extrema singularidade e transcendência. É isso, pois, que permite.... propor generalidade ou, pelo menos, ressonância na nossa experiência” (p. 211).

3.1. A tortura e suas marcas no corpo, na memória e no viver.

De acordo com Martín (2005), “podemos afirmar que não há vítimas da tortura que não tenham sofrimentos devido às sequelas psicológicas e físicas.” (p. 439). As práticas de tortura englobam um cenário de extrema violência, que segue todo um planejamento com vistas a atacar a vítima tanto em seu aspecto físico quanto psíquico. De acordo com Pellegrino:

... a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve a cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. Através da tortura, o corpo torna-se nosso inimigo e nos persegue. É este o modelo básico no qual se apoia a ação de qualquer torturador. [...] Na tortura, o corpo volta-se contra nós, exigindo que falemos. [...] O projeto da tortura implica numa negação total – e totalitária - da pessoa, enquanto ser encarnado. [...] Nesta medida, o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto. (1988, p. 19-21).

O trauma decorrente das práticas de tortura é descrito por Viñar (2005) como um horror que o homem faz a outro homem, ação que pode ser definida como algo calculado, intencional e metódico, que uma parte da humanidade realiza em relação à outra parte da humanidade, sendo que neste terreno “o outro humano não é semelhante e sim o inimigo a ser destruído como uma praga ou uma enfermidade infecciosa, onde a meta é o extermínio.” (Viñar, 2005, p. 63). O autor recorre, ainda, a Freud, cujos postulados afirmam que enquanto a catástrofe natural promove a solidariedade dos pares, a catástrofe política vinda do outro humano induz ao ódio e ao rancor.

Viñar (2005) escreve sobre a *Especificidade da tortura como trauma*. Neste texto, o autor apresenta uma frase, retirada do livro *1984*, de George Orwell, que define bem o que é desencadeado a partir da tortura: “Não serei mais o mesmo,... serei outro... desconhecido poderei me reconhecer?” (Viñar, 2005, p. 60). Note-se que com essas poucas palavras o autor resume a cisão imposta ao Ego do afetado a partir do trauma, provocando a estranheza do ego-desconhecido. O autor propõe ainda que a tortura pode ser compreendida enquanto uma reedição do desamparo originário, que nos funda enquanto humanos e que só conseguimos transpor com a presença do outro, que nos conforta, ampara e nos dá amor.

Patsalides (s/d), ao discutir os procedimentos que envolvem o trabalho analítico com pacientes que sofreram tortura, aborda como a tortura é experimentada pelas vítimas. De acordo com a autora “o sujeito torturado é forçado a uma posição de puro objeto e perde seu senso de interioridade, intimidade e privacidade⁸” (s/d, p. 1, tradução nossa). A autora assinala que o caráter clandestino das práticas de tortura provoca na vítima as mais variadas perdas, como o nome, o lar, as roupas e a presença dos familiares e amigos. Quando aprisionadas permanecem em locais sem higienização nenhuma, por vezes são despertadas bruscamente para novos interrogatórios e acabam perdendo as noções de tempo e espaço. O medo e a privação são constantes, assim como a necessidade de contato e conforto. A vida da vítima se encontra nas mãos do torturador que, por vezes, é seu único contato possível. Muitas estabelecem um vínculo com seu algoz que agora se tornou a sua única fonte de esperança. Esta situação tem algumas características do que Ferenczi (1933/1992) fala sobre a identificação da criança com seu agressor.

Quiroga e Jaranson (2005), em sua revisão de literatura sobre a tortura empregada por motivos políticos, apresentam autores que afirmam que o dano psicológico é muito mais persistente do que o próprio dano físico. Porém, tem-se dificuldade em diagnosticar o melhor tratamento para conseqüências de determinados tipos de tortura. Segundo os autores, as sintomatologias mais comuns em sobreviventes de tortura são o transtorno de estresse pós-traumático – TEPT – e a depressão, sendo que esta última está relacionada a casos de suicídio dos sobreviventes.

Estudos como o de Gómez (1985) e de Becker, Castillo, Gomez, Kovalskys e Lyra (1990) compreendem a experiência da tortura como evidentemente traumática. Nela, a vítima é sujeitada a uma série de ameaças, seja contra ela própria, seja contra a vida de familiares ou amigos próximos, de modo que, além de suportar os inúmeros procedimentos da tortura corporal, também é obrigada a lidar com situações de extrema tortura psicológica.

Gómez (1985) e Quiroga e Jaranson (2005) propõem que o impacto da tortura na saúde mental do indivíduo depende de vários fatores que estão relacionados ao momento da vivência de tortura. Dentre eles, podemos citar as características objetivas da situação e a biografia, as características subjetivas, a resistência física e a consciência política do afetado.

Os estudos de Becker (et al., 1990) são decorrentes de atendimentos psicoterápicos realizados com pacientes que passaram pela experiência traumática de tortura e descrevem as sintomatologias mais evidentes, tanto nos casos em que os atendimentos foram realizados em

⁸ “The subject that, under torture, was forced into the position of pure object has lost his or her sense of interiority, intimacy, and privacy.”

até 1 ano após a experiência de tortura, quanto nos atendimentos do período de 1 a 15 anos após a experiência. Dentre as manifestações psíquicas presentes nos primeiros casos, os autores destacam: “reações depressivas; reações agressivas; transtornos do sonho (insônia, pesadelos); episódios psicóticos transitórios; reações de angústia com diversas manifestações como: dificuldades de concentração, confusão e culpa; alterações no processo de luto.” (Becker et al., 1990, p. 46). Foram evidenciados, também, transtornos no funcionamento familiar e transtornos de conduta. As manifestações somáticas mais evidentes são: “fraturas e danos na coluna vertebral; inflamação e destruição parcial dos órgãos sexuais; infecções crônicas; fungos; outras estão ligadas a situações prolongadas de estresse, tais como cefaleias, alterações da pressão arterial, transtornos gastrointestinais, etc.” (Becker et al., 1990, p. 46). Sintomas semelhantes aos citados anteriormente também foram descritos nos estudos de Gómez (1985), Quiroga e Jaranson (2005) e Costanzo e Guerrity (2009).

Já os pacientes atendidos, no estudo de Becker (et al., 1990), entre 1 a 15 anos após a experiência de tortura, apresentaram um empobrecimento vital que é expresso na alteração das relações afetivas, familiares e matrimoniais, aliado às dificuldades nas relações sociais e interpessoais. Estas pessoas têm dificuldades em compartilhar e falar sobre a experiência vivenciada e, concomitantemente, sofrem de um bloqueio das emoções. São comuns o silêncio e a negação do ocorrido, predominando o isolamento e o comportamento evasivo.

A revisão bibliográfica elaborada por Costanzo e Gerrity (2009) acerca da temática, descreve de forma semelhante os principais sintomas psicológicos apresentados anteriormente. Além disso, os pesquisadores apontam para estudos que aproximam a experiência de tortura ao TEPT. Segundo eles, o diagnóstico de TEPT pode ajudar no tratamento das vítimas de tortura a partir da identificação de níveis de dissociação experimentados pela vítima: dissociação primária, secundária e terciária. Estes níveis de dissociação podem estar relacionados às diferenças dos sintomas das vítimas estudadas por Becker (et al., 1990) em relação ao período entre o acontecimento traumático e o início do tratamento.

A dissociação primária, segundo Maia, Moreira e Fernandes (2009), contempla as situações traumáticas nas quais as vítimas são incapazes de compreender conscientemente o que está de fato acontecendo. Assim, há uma intromissão de elementos fragmentados na memória da vítima que tenta integrá-los, primeiramente, a partir da percepção e são, justamente, estas representações capturadas pelos órgãos dos sentidos que estão diretamente relacionadas ao acontecimento traumático e que retornam em forma de *flashbacks*. As autoras consideram ainda que “os elementos sensoriais e emocionais do acontecimento podem não ser

integrados na memória e na identidade pessoal e permanecerem isolados da consciência; a experiência é separada em elementos somatossensoriais isolados, sem integração numa narrativa pessoal.” (Maia, Moreira & Fernandes, p. 2, 2009).

Já a dissociação secundária, de acordo com as autoras, pode ser evidenciada nas vítimas de acontecimentos traumáticos quando elas, no instante traumático, relatam terem experimentado um distanciamento mental do que está acontecendo, ou seja, elas sentem como se estivessem apenas observando de fora o que está ocorrendo. Este fenômeno pode amortizar, momentaneamente, o impacto do trauma, limitar a sua dor e evitar que estas vivências cheguem à consciência. As consequências desta dissociação são a despersonalização, a perda das noções corporais, de tempo e de espaço. (Maia, Moreira & Fernandes, 2009).

Segundo Maia, Moreira e Fernandes (2009), a dissociação primária busca, a partir da não integração da experiência traumática, fazer com que a vítima funcione como se nada tivesse acontecido, até porque nada foi compreendido. Enquanto a dissociação secundária isola os sentimentos e emoções experimentados durante o acontecimento traumático, tornando a vítima apática. Por último, a “dissociação terciária refere-se a perturbações psicológicas de natureza essencialmente dissociativa, como a amnésia dissociativa, a fuga dissociativa, a perturbação dissociativa da identidade e a perturbação de despersonalização.” (Maia, Moreira & Fernandes, p. 3, 2009).

De acordo com o Manual Merck a “amnésia dissociativa é uma incapacidade de recuperar informação pessoal importante, geralmente de natureza estressante ou traumática, a qual é muito generalizada para que possa considerar-se como um esquecimento individual.” (seção 7 cap. 90, 2009). Já a “fuga dissociativa consiste numa ou em mais saídas de uma pessoa da sua casa repentina, inesperada e deliberadamente, durante as quais não se recorda de uma parte ou da totalidade da sua vida passada e não sabe quem é.” (seção 7 cap. 90, 2009). A perturbação dissociativa da identidade “é uma situação na qual alternam no controle do comportamento da pessoa duas ou mais identidades ou personalidades e na qual se verificam episódios de amnésia.” (seção 7 cap. 90, 2009). Para finalizar a “perturbação de despersonalização caracteriza-se por sentimentos persistentes ou recorrentes de estar separado do próprio corpo e dos seus processos mentais.” (seção 7 cap. 90. 2009).

Podemos pensar que estas dissociações podem estar mais presentes nas vítimas que, no estudo de Becker (et al., 1990), foram atendidas de 1 a 15 anos após a experiência traumática do que naquelas que foram atendidas até 1 ano. Podemos supor que o processo de historicização ou temporalização da experiência traumática ocorre mais facilmente quando as

vítimas recebem tratamento o quanto antes possível. As dissociações, apesar de suas características psiquiátricas, nos auxiliam a pensar nos mecanismos de defesa utilizados pelas vítimas de situações traumáticas como a tortura. Porém, não podemos esquecer de que a tortura gera implicações individuais, sociais e transgeracionais.

Assim, estudos como de Becker (et al., 1990), que aproximam o trauma sofrido por indivíduos que experimentaram a tortura com a ideia de trauma em situações extremas proposta por Bettelheim (1943), são necessários, pois esta forma de pensar o trauma psíquico possibilita a diferenciação dos traumas provocados sem uma intenção vinculada, ou seja, traumas provocados por catástrofes naturais ou acidentais, como, por exemplo, um Tsunami e um acidente de carro, daqueles traumas provocados de forma intencional, como a utilização da tortura enquanto uma prática política de Segurança Nacional. As autoras pontuam que a concepção de estresse pós-traumático não compreende a distinção entre as situações traumáticas evidentemente intencionais daquelas acidentais ou advindas de catástrofes naturais.

Porém, segundo Becker (et al. 1990), a ideia proposta por Bettelheim evidencia a intencionalidade atribuída ao processo de causação do traumático e o seu caráter extremo e isto possibilita a diferenciação daquilo da ordem do acidental ou natural. As autoras pontuam que a tortura se caracteriza como a destruição do sujeito enquanto pessoa e, também, a sua aniquilação enquanto militante político. Assim, compreende-se a tortura no seio de uma intenção deliberadamente política que visa anular toda e qualquer manifestação contrária a partir da violência e repressão que objetivam coibir novas ações contrárias à política vigente.

Basoglu (2009 citado por Costanzo & Gerrity, 2009), assim como Bettelheim, diferencia a tortura de outros eventos traumáticos, pois na prática de tortura há “(a) intenção; (b) finalidade (extrair informações ou a própria punição); (c) a vítima é subjugada a vários eventos traumáticos; e (d) há a busca deliberada de manipular e controlar a vítima deixando-a em um estado de impotência.” (p. 193, tradução nossa⁹).

Nesse mesmo sentido, Rodrigues (2013), citando Herman (2004), pontua que:

diferentemente do que acontece nos desastres naturais, em que o ouvinte se simpatiza com as vítimas diante do “feito de Deus”, nas atrocidades, provocadas pelo homem, fica-se em conflito entre ficar ao lado da vítima ou do perpetrador, pois

⁹(a) intent; (b) purpose (e.g., to extract information, or apply punishment); (c) exposures to multiple, unpredictable, uncontrollable, and potentially traumatic events; and (d) deliberate attempts to remove control from the person and induce a state of total helplessness.

o último atende ao desejo de negar o acontecimento, de não ouvir ou dizer nada. A vítima, pelo contrário, exige de seu ouvinte que compartilhe suas dores e, tal como ela, seja testemunho das atrocidades causadas pelo homem. (p. 51-52).

Costanzo e Gerrity (2009) apresentam autores que, em suas pesquisas, buscam compreender as consequências da tortura levando em conta os diagnósticos psiquiátricos e as influências culturais de cada experiência. Estes autores, assim como Becker (et al., 1990), alertam que além dos aspectos citados temos que levar em consideração o impacto da tortura em seu âmbito psicológico e verificar qual a função desta prática na sociedade e como ela influencia o meio social. De acordo com o levantamento realizado por estes autores, com base em artigos dos últimos 15 anos, os pacientes diagnosticados com TEPT podem desenvolver alterações neurobiológicas. Dentre estas mudanças, podem ocorrer:

(a) alterações hormonais que modificam a capacidade do indivíduo de responder ao estresse; (b) alterações em neurotransmissores relacionados à atenção; (c) desequilíbrios no sistema noradrenérgico; (d) aumento na excitação psicofisiológica; e (e) possibilidade de alterações no hipocampo, relacionado ao mecanismo da memória. (Costanzo e Gerrity, 2009, p. 190-191, tradução nossa¹⁰).

Assim, pudemos perceber o quanto as práticas de tortura alteram o funcionamento psíquico, físico e relacional das vítimas. Apresentamos, de forma breve, autores que abordam o trauma de tortura e suas consequências diretas na vítima desta experiência, assim como suas consequentes marcas físicas e psíquicas. Buscaremos, no próximo tópico, discorrer sobre a tortura como trauma social.

¹⁰(a) changes in the body's ability to respond to stress through alterations in stress hormones; (b) changes in attention and arousal through changes in neurotransmitter system; (c) development of an imbalance in the noradrenergic system; Torture and Interrogation(d) heightened psychophysiologic arousal and reactivity; and (e) possible changes in the hippocampus, an area of the brain related to contextual memory.

3.2. A tortura enquanto trauma social

Após este percurso acerca do trauma concebido na subjetividade do torturado, podemos agora caminhar no terreno da tortura enquanto trauma social, para melhor compreendermos a amplitude e complexidade do tema estudado.

Martín (2005) realizou um estudo acerca das sequelas psicológicas da tortura e aponta que a não responsabilização dos agentes e mandantes da tortura, bem como as leis de anistia e a negação do reconhecimento social e jurídico dos danos sofridos, podem implicar na retraumatização ou na reativação do trauma. Acerca disso, Kolker (2010) pontua que:

...estamos tratando de um passado que não passou, que a impunidade das torturas passadas autoriza as torturas do presente e, que, portanto, esta questão não poderia ser resolvida entre o Estado e os afetados diretos através de “medidas compensatórias”. Ainda que não paremos de insistir que é justamente o não esclarecimento oficial desses crimes e o silenciamento sobre essa parte da história brasileira que fazem com que essa luta não tenha fim, que o passado não cesse de atualizar-se e de produzir incessantes retraumatizações ou de renovar a produção de torturáveis e matáveis... (p. 173).

A autora compreende a tortura enquanto um problema que a princípio é individual, mas que deve ser entendido no seio da sociedade civil, visando não individualizar/privatizar o sofrimento traumático de cada sujeito. Esta concepção individualizante tende a aumentar a carga que recai sobre os afetados diretos, inviabilizando o processo de reparação, prevenção e construção de novas respostas políticas. (Kolker, 2010).

De acordo com Pastrana e Venegas (2001 citado por Rodríguez & Espinoza, 2006), o processo de retraumatização ocorre quando não há a possibilidade de elaboração do trauma, a partir do âmbito social, pois não ocorreram os processos de reparação, esclarecimento dos fatos e assunção destas práticas por parte do Estado. Quando isso ocorre, a vítima pode re-experimentar os sintomas quase com a mesma intensidade do evento traumático original, reatualizando tanto as sensações perceptivas e sensoriais como, também, os afetos, pensamentos e emoções derivados da experiência traumática.

A reparação de danos mais comum em países cujos governos desrespeitaram os direitos humanos é a compensação econômica. Porém, quando esta não é vinculada a um

processo de investigação, punição e esclarecimento dos fatos por parte do Estado, pode se transformar em apenas uma omissão da responsabilidade da sociedade em relação à vítima, pois com o ressarcimento econômico o Estado não se sente comprometido a investigar e esclarecer tais violações, o que acaba por banalizar todas as violações perpetradas anteriormente. (Coimbra, 2001).

Segundo Becker (et al., 1990), é muito comum que as vítimas de tortura compreendam as situações que elas experimentaram enquanto problemas privados e pessoais, dissociados de seu aspecto político e social, relativos ao acontecimento em si. Por vezes, o torturado não se vê como uma vítima da repressão, mas sim como um traidor, por não ter resistido ou por ter entregado um companheiro, assim como pode se sentir humilhado por não conseguir se proteger da tortura. De acordo com as autoras, esta privatização do sofrimento busca substituir a vivência de impotência absoluta (vivenciada no momento da tortura), por outra (privatização do sofrimento), que de certo modo reestabelece a potência e o controle outrora perdidos, pois o indivíduo busca dar conta de seu sofrimento por si só. O processo terapêutico, por sua vez, deve realocar este sofrimento ao plano social possibilitando, assim, o compartilhamento do trauma.

Perdomo (2011) também discorre acerca da elaboração do trauma de tortura no âmbito social e afirma que a partir da psicanálise podemos transformar os restos, as lembranças e as vivências fragmentárias em uma construção histórica, possibilitando um processo de identificação por parte das vítimas e da sociedade. Isto possibilitará a historicização destas experiências e a transformação do inenarrável e do inapreensível em algo verbalizado, propiciando “a abertura de um espaço onde os enigmas possam ser formulados e gerem, a partir de sua postulação, novas vias autoteorizantes e simbólicas, com os consequentes reflexos no coletivo.” (Perdomo, 2011, p. 17). O processo de historicização abre a possibilidade de transformar o sofrimento privado e individual em algo correlacionado ao coletivo e ao público. As palavras da autora nos remetem a pensar na própria proposta da TSG acerca da elaboração do trauma a partir do processo de autoteorização e o movimento de tradução, destratificação e retratificação, isto é, da temporalização.

Martín-Baró (1988) ressalta que a reconstrução do passado a partir de homenagens, músicas, teatro, cinema e poesia, têm por objetivo dar novo significado ao vivido, e que trazer estes fatos à tona possibilita dar um sentido coletivo para aqueles que sofrem e sofreram os traumas diretamente. Estas manifestações, que atuam na ordem do simbólico, devem ser

complementadas com a elaboração de documentos, de denúncias ou propostas de ações que responsabilizem as autoridades e torturadores deste período.¹¹

Podemos pontuar, a partir dos estudos de Quiroga e Jaranson (2005), outras consequências da tortura sobre o meio social. As vítimas que ficaram presas por motivos políticos, além da liberdade, perdem a oportunidade de se desenvolverem profissionalmente e pessoalmente. As dificuldades encontradas por aqueles que, além da prisão, foram torturados são ainda maiores, pois muitos têm problemas na ressocialização, perda de memória e dificuldade de concentração que dificultam o aprendizado e causa interferências na manutenção e permanência em um emprego fixo. Os que sofrem de depressão e TEPT se sentem impotentes até para procurarem um novo trabalho. No âmbito familiar é comum sintomas de raiva e irritabilidade sem motivos aparente, causando problemas nas relações familiares.

A partir dos textos apresentados podemos compreender que a relação entre o trauma de tortura e a sociedade pode ser entendida a partir de dois pontos de vista complementares. O primeiro no que tange ao trauma social que afeta a sociedade de forma geral e, o segundo, compreende a abertura para a elaboração do trauma a partir do reconhecimento social e da punição dos perpetradores.

3.3. O trauma de tortura e seu aspecto transgeracional

A complexidade social do trauma de tortura fez com que alguns teóricos se deparassem com seu aspecto transgeracional. De acordo com Rodríguez e Espinoza (2006), os estudos sobre a transgeracionalidade do trauma se iniciaram na década de 50, quando começou, na Alemanha, o processo de indenização das vítimas do Holocausto. Estes estudos verificaram que havia uma “sintomatologia específica dos sobreviventes, assim como de seus filhos, expressa nas manifestações de ordem psicológica como psicopatológica, propondo-se a hipótese de que os sobreviventes foram afetados em diversos graus por sua experiência traumática.” (p. 165-166).

Kordon e Edelman (2006), que têm uma longa experiência clínica atendendo filhos de vítimas do regime civil-militar, propõem algo semelhante. As autoras puderam concluir que, ao longo de suas experiências com diversos grupos que passaram por situações parecidas em

¹¹ E é neste campo, campo do simbólico, que podemos entender a instauração da *Comissão Nacional da Verdade* no Brasil.

diferentes lugares do mundo, a vivência traumática incide tanto nas vítimas quanto no campo social e seu impacto deixa marcas transgeracionais. Em suas práticas, essas autoras buscam desfazer o silêncio e o ocultamento do discurso social dominante e realizam um trabalho de construção de identidade com as vítimas, que necessariamente engloba tanto os aspectos subjetivos, como o pertencimento no âmbito social.

Diferentemente da proposta de Martín (2005), Kolker (2010) propõe que as vítimas de acontecimentos traumáticos, como a tortura, não necessariamente adoecem psiquicamente. Em casos como aqueles que ocorreram durante a ditadura civil-militar brasileira, na qual o agente traumático está transvestido na figura do Estado, o destino dado ao trauma depende dos recursos subjetivos e do apoio que a vítima recebeu de seus familiares, mas temos que levar em consideração, também, como a sociedade e o Estado respondem a estes acontecimentos. Quando o dano é reconhecido e ocorre um processo de responsabilização dos perpetradores, bem como a reparação das vítimas, há a possibilidade de elaboração e a inscrição desta história no âmbito social. Porém, quando há uma negação e um silêncio em torno das práticas de tortura, estas são legitimadas, continuando sem inscrição social e percebidas como algo pertencente somente às vítimas. Esta privatização do trauma funciona como um corpo estranho que se torna atemporal e, por vezes, é transmitido em estado bruto para as próximas gerações. Segundo a autora:

Para evitar o contato com a experiência da dor e do desamparo, as marcas psíquicas da violência são encapsuladas e dissociadas, e, no lugar da vivência traumática, o que subsiste são bolhas do tempo, zonas de silêncio, fragmentos de vida que não podem ser integrados aos demais. Dissociada, a vivência traumática é capturada num limbo atemporal e fica impedida de adquirir um estatuto de lembrança [...] Como presença ausente, ou ausência presente, o traumático pode, no entanto, irromper a qualquer momento, invadindo a cena, reativando o terror. Mas pode também manter-se enquistado e ser transmitido para as gerações posteriores. (Kolker, 2010, p. 184).

Pugent-Rene (1991 citado por Rodríguez & Espinoza, 2006) propõe que no seio familiar, no qual um ou mais sujeitos sofreram tortura sem a possibilidade de sua elaboração, representação e simbolização no âmbito social, podem ocorrer uma ruptura ou uma falha na transmissão da história familiar e social, gerando vazios e não ditos que ecoam nas próximas gerações como algo inominável. Esta experiência inenarrável é transmitida em estado bruto e

é inscrita no corpo e psiquismo dos filhos, podendo gerar interferências na dinâmica familiar e no desenvolvimento psíquico da nova geração.

As emoções, pensamentos e imagens que compõem o trauma dos pais, quando não trabalhados e elaborados, estão condenados a se transformarem em um segredo, permanecendo recalçados e sem significação/simbolização (ou tradução, sob a ótica da TSG), à espera de que este significado seja construído pelos familiares, podendo ser elaborados futuramente. De forma metafórica, podemos visualizar a imagem de uma garrafa com uma mensagem lançada ao mar, que só será encontrada e decifrada, traduzida, posteriormente. Porém, como os próprios pais não conseguiram dar nome a estas histórias elas se tornam indescritíveis para os filhos que não tiveram acesso direto às experiências. O trauma nas vítimas de tortura provoca uma clivagem do *self*, impossibilitando a elaboração por parte das vítimas. As partes não reconhecidas da experiência traumática retornam enquanto objetos parcialmente simbolizados, como fantasmas. (Tisseron, 1997 citado por Scapusio, Pache, Ortiz & Ruiz, 2009).

Abraham e Torok (2005 citado por Faúndez & Cornejo, 2010) propõem que as vivências não elaboradas, ou seja, que não foram incorporadas pelo psiquismo a partir do mecanismo de introjeção, causarão sofrimento psíquico, constituindo-se enquanto trauma psíquico e permanecem como um corpo estranho no ego. Os autores denominam este corpo estranho de cripta, que transmitirá o fantasma psíquico para o inconsciente do filho quando este entrar em contato com um pai portador desta cripta, incorporando a característica transgeracional do traumático. Para os autores os pais transmitem um saber não sabido para os filhos.

Na primeira geração, os conteúdos incluídos, enquistados no Eu, se encontram condenados ao segredo, sem gerar conflito mediante a repressão conservadora. O acontecimento se converterá em um indizível. Nunca deve ser revelado, não se pode falar sobre ele devido a dor e culpa que evocam. Na segunda geração, o segredo não pode ser objeto de representação verbal. O evento se torna impronunciável já que o portador do segredo tem um conhecimento intuitivo deste, mas ignora o seu conteúdo. Por último, na terceira geração [a cripta] se converte em impensável, algo que existe, mas é inacessível mentalmente, ninguém pode imaginar. (Faúndez & Cornejo, 2010, p. 39).

Dentre os estudos realizados no Brasil acerca da transgeracionalidade do trauma de tortura, podemos citar o trabalho de Cardoso, Calhau, Knijnik, Kolker e Vital (2009), que realizaram um estudo com filhos de vítimas da tortura. A partir dele, os pesquisadores puderam destacar duas características marcantes nestas famílias. Há uma espécie de tabu em relação à temática da tortura, devido à dor suscitada tanto nos filhos quanto nos pais, o que ocasiona um “silêncio ensurdecido” que é gerado pela presença do não dito. Outra característica frequente é a presença de um sentimento de culpa, por parte dos pais, por ter sobrevivido à tortura, predominando fantasias de que eles poderiam ter sido responsáveis por alguma situação indesejável – haja vista que muitas vezes a pessoa acabava entregando um companheiro ou, ainda, o fato de que esse sujeito se salvou e outros pereceram. O sentimento de culpa também está presente nos filhos, que se encontram em situações mais favoráveis que os pais, pois não viveram o terrorismo de estado.

A frequência de quadros psicopatológicos é evidente nos familiares de ex-torturados, sejam eles filhos, netos, sobrinhos e até mesmo enteados. É possível verificar sintomas de depressão, dificuldades de simbolização, síndrome do pânico, comportamentos compulsivos e queixas psicossomáticas. Estes jovens passam a produzir uma espécie de *acting out*, pois apenas atuam esta dor, utilizando do seu próprio corpo para isso, e caem num ciclo de repetição. (Kolker, 2010).

Estes jovens são rapazes ou moças que muitas vezes não conheceram seus pais ou quase não se lembram destes, que nasceram nas prisões, ou que fazem parte de famílias que sofreram com a morte ou desaparecimento de algum membro da família. Eles não conseguem dar algum sentido para estes acontecimentos. Há casos de filhos que estavam junto de seus pais quando eles foram presos, e também há filhos que presenciaram situações de sequestro e tortura e não sabiam o que estava acontecendo. Estes, por sua vez, não reconhecem que sua dor e sofrimento foram causados pelo Estado e, por vezes, percebem-se enquanto vítimas do abandono advindos das escolhas políticas de seus familiares. Também é comum a identificação enquanto vítimas e o enaltecimento dos familiares enquanto heróis. (Kolker, 2010). Supomos que esse tipo de idealização se reforça nas representações coletivas de heroísmo que são veiculadas pelo meio cultural, como uma espécie de pintura romântica dos movimentos de resistência, o que também pode funcionar como um ajudante de tradução.

3.4. Contribuições da TSG para o entendimento do trauma de tortura social e transgeracional

A elaboração do trauma de tortura pode ser pensada a partir do conceito de inconsciente mito-simbólico proposto por Laplanche (2003). Para o autor, este inconsciente não se encontra em nosso psiquismo individual, está fora da tópica psíquica. Esta proposta de inconsciente, como vimos, subentende os esquemas narrativos, mitos, folclores, artes, a história de um povo, etc, que estão presentes no meio cultural. De acordo com Laplanche (2003) o infante aproveita estes esquemas enquanto auxiliares ou ajudantes para a tradução das mensagens enigmáticas vindas do mundo adulto.

A partir deste conceito, percebemos que o sujeito traumatizado, pela tortura, necessita de um espaço social para poder iniciar um processo de historicização de suas vivências. Ele utilizará as ferramentas presentes na cultura para iniciar um processo de tradução destas experiências e, com isso, poderá vincular estas vivências a um contexto histórico-social. Podemos entender que as histórias não contadas provocam *fueros* ou vivências atemporais, não localizadas em seu devido contexto histórico. Na esteira destes fundamentos, há uma abertura para a compreensão do que alguns autores denominam de trauma social.

As considerações apresentadas acerca do trauma transgeracional nos remetem ao que Laplanche (2003) diz acerca das mensagens intrometidas (violentas), que são consideradas de difícil metabolização e tradução. Acreditamos que as mensagens destinadas às vítimas de tortura são em sua maioria experimentadas *après-coup* como intromissão. Estas mensagens têm como característica a dificuldade de elaboração e metabolização. O conceito de cripta, apresentado anteriormente, pode ser correlato às mensagens intrometidas que quando transmitidas aos filhos sem tradução, ocasionariam a transgeracionalidade do trauma.

Laplanche assinala que:

O fracasso da tradução pode ter por resultado especialmente uma transmissão tal qual, intergeracional, sem nenhuma metabolização. A questão do "intergeracional" seria a retomar perguntando-se quais são suas condições do ponto de vista da comunicação, do ponto de vista da estrutura mesma da mensagem, ou do ponto de vista do receptor desta transmissão. (2003, p. 409).

Podemos pensar, então, que os pais que sofreram com o terrorismo de Estado e passaram por experiências traumáticas, silenciando acerca do acontecido, não conseguem

fornecer, de maneira satisfatória, ajudantes de tradução a seus filhos para a elaboração destas mensagens intrometidas. É verdade que enquanto ajudantes de tradução para esses filhos, há livros, filmes, educação escolar. etc, mas pode faltar o discurso familiar, que se tornou reticente, de um lado, e, de outro, uma certificação dos fatos narrados, que viria, de fato, pela investigação. Desta forma, os filhos das vítimas de tortura de algum modo se encontram em um estado de desamparo tanto por parte dos pais quanto por parte do Estado. Tendo em vista a ideia de inconsciente mito-simbólico supomos que, devido à falta de investigação e ocultamento da verdade, estes filhos perdem, em parte, também o amparo das narrativas sociais que funcionam como ajuda para tradução e que possibilitam um processo de historicização do conteúdo traumático.

De acordo com Mello Neto (2012), as defesas relacionadas a um evento traumático que engloba toda uma sociedade, por vezes, são defesas grupais. A elaboração ou domínio destes traumas são possíveis a partir da possibilidade de escuta, bem como uma movimentação de elementos da cultura que permitam uma temporalização do evento traumático, ou seja, historicizar, narrar e recontar a história. O autor assinala que o trauma, seja ele social ou individual, “tem um destino melhor se a elaboração ocorre no plano da vida social.” (Mello Neto, 2012, p. 24).

O autor considera este “inconsciente” mito-simbólico como “uma espécie de latência, dos elementos culturais, que também necessitariam de interpretação” (Mello Neto, 2012, p. 4). É neste campo que compreendemos a elaboração do trauma dos torturados, a partir da *Comissão Nacional da Verdade* no Brasil. Entendendo que “do mesmo modo que o trauma comum, o enigma do outro adulto, enquanto traumático, tem a sua elaboração imbricada com o social-cultural ou, ainda, com o próprio outro”. (Mello Neto, 2012, p. 24). Desta forma, a historicização e publicação das experiências traumáticas atuam enquanto tentativa de elaboração por parte das vítimas, mas, também, como ajudantes de tradução tanto para pessoas que vivenciaram situações semelhantes quanto para seus familiares e para toda a sociedade.

Em nosso próximo capítulo estudaremos as narrativas autobiográficas que podem ser entendidas como tentativas de elaboração do trauma de tortura.

4. NARRATIVAS DO INDIZÍVEL – TESTEMUNHOS DO TRAUMÁTICO

Mas o abismo na realidade, é imenso entre a literatura e o choque, entre o argumento e a porrada; e o que responder à porrada, como contra-argumentar à descarga senão através do grito ou da rajada de fezes? (Fortes, 1988, p. 16).

No presente capítulo, apresentamos a análise dos livros elencados para nossa pesquisa, *Retrato Calado*, de Luiz Roberto Salinas Fortes, e *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares. Neste primeiro momento, trabalhamos as narrativas de testemunho de modo geral sem nos atermos a pontos pré-definidos e a partir disso elencamos alguns pontos que possam nos ajudar a compreender nossa temática. Os elementos abordados em nossa análise são aqueles que nos chamaram atenção, que nos suscitaram determinadas associações durante a leitura e que possibilitaram nossas interpretações.

Cabe aqui acrescentar que, para nossas análises, também levamos em consideração a análise dos livros anteriormente empreendida por Fernandes (2008), pois se trata de livros com muito material subjetivo, o que os faz interessantes para uma análise de inspiração psicanalítica. Desta forma, em alguns momentos de nossa discussão, partiremos da interpretação já realizada pelo autor, mas buscaremos desenvolver outros aspectos não mencionados que podem ser importantes para nossa pesquisa.

No entanto, antes de iniciarmos a análise, apresentamos o que alguns autores têm a dizer sobre a literatura e o seu papel no funcionamento psíquico. Não pretendemos com isso dar uma definição precisa do que pode ou não ser considerado como literatura de testemunho, mas sim abrir caminho para a investigação e a análise destes testemunhos e de suas relações com o trauma.

4.1. Literatura de testemunho, psicanálise e a função da escrita

O campo do testemunho é estudado, desde a década de 70, por várias áreas do conhecimento, como estudos literários, filosofia, psicologia, psicanálise, etnologia e história. De acordo com Seligmann-Silva (2005) e Marco (2004), o discurso acerca do testemunho tem

duas vertentes claras; a primeira se refere ao âmbito europeu e norte-americano, e tais discursos decorrem, principalmente, de reflexões acerca da *Shoah* e a outra vertente decorre de experiências históricas ocorridas nas ditaduras militares da América Latina.

Nos Estados Unidos e Europa, o campo testemunhal é abordado a partir de estudos literários, históricos e da psicanálise. Nesses estudos há uma reflexão acerca do teor testemunhal e a análise dos discursos testemunhais, pautada nestas vertentes, é compreendida a partir de características comuns que podem ser identificadas nas narrativas desta faceta literária. Assim, há que se pensar nas características da literalização e da fragmentação presentes nos discursos testemunhais. (Seligmann-Silva, 2005).

De acordo com Seligmann-Silva:

A literalização consiste na incapacidade de *traduzir* o vivido em imagens ou metáforas. A fragmentação de certo modo também literaliza a psique cindida do traumatizado e a apresenta ao leitor. A incapacidade de incorporar em uma cadeia contínua as imagens “vivas”, “exatas”, também marca a memória dos traumatizados. A tradução desses “nós de memória” [...] é o objetivo da terapia. O testemunho também é, de certo modo, uma tentativa de reunir os fragmentos do “passado” (que não passa), dando um nexo e um *contexto* aos mesmos. (2005, p. 87).

Seligmann-Silva (2005) também assinala que a “literatura de testemunho” não deve ser enquadrada em um gênero literário, mas deve ser compreendida enquanto uma face da literatura que representa a época de catástrofes vivenciadas no séc. XX. O testemunho assume, desta maneira, um compromisso de representar o real, que “não deve ser confundido com a ‘realidade’ tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o ‘real’ que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação.” (p. 85). O testemunho, segundo o autor, é considerado uma atividade elementar nos casos de vivências catastróficas ou situações radicais de violência, ou seja, os sobreviventes sentem uma necessidade, quase que intrínseca, de narrar o acontecimento traumático, embora por vezes isso não possa ser traduzido em palavras.

É também por esse caminho que Maldonado e Cardoso (2009) abordam a relação entre o trauma psíquico e sua narrativa enquanto algo paradoxal. Segundo essas autoras, isto se deve ao horror do traumático e a sua impossibilidade de representação no psiquismo, devido ao excesso de realidade, porém há uma necessidade “para aquele que experimentou uma

situação traumática poder relatar ao outro sua história, endereçar um testemunho à escuta de alguém que possa, com essa atitude, vir a promover a abertura de uma possibilidade de representação do ‘inominável’.” (p. 55). Por isso, narrar o trauma, por vezes, é algo muito difícil, por se tratar de apresentar em palavras aquilo da ordem do impensável, do inapreensível, de uma experiência de quase morte.

Seligmann-Silva (2000) citando Hartman (1996), apresenta que os “limites da representação [...] não advém de uma incapacidade técnica. A representação extremamente realista é possível: a questão é saber se ela é desejável e com que *voz* ela deve se dar; se ela nos auxilia no ‘trabalho do trauma’.” (p. 85), que buscará integrar a vivência traumática de uma forma menos patológica do que anteriormente.

Seligmann-Silva (2008) ressalta que:

A narrativa seria a picareta que poderia ajudar a derrubar este muro [entre o individual e o social e estabelecer uma relação com o outro]. A circulação das imagens do campo de concentração que se inscreveram como uma queimadura na memória do sobrevivente, na medida em que são aos poucos traduzidas, *Über-Setzte*, transpostas, para “os outros”, permite que o sobrevivente inicie seu trabalho de religamento ao mundo, de reconstrução da sua casa. Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer. (p. 66).

O autor traça um paralelo entre a noção de testemunho e a própria clínica psicanalítica, compreendendo a análise enquanto uma cena testemunhal. Desta maneira, podemos compreender que os sobreviventes, ao narrar sua história, assim como o paciente em análise, podem transformar o seu mundo em um lugar mais ameno, menos estranho. De acordo com Maldonado e Cardoso (2009), “numa análise, nunca entramos em contato com o acontecimento original, mas sim com a descrição que o paciente faz dele, e que já estaria sujeita aos efeitos de deformação da memória e do *après-coup*.” (p. 51).

Como já foi dito, Fernandes (2008) analisa os mesmos textos que nós e que queremos, por nosso lado, avançar um pouco mais. A tese do autor parte da hipótese de que os relatos de testemunho cumprem tarefas distintas, do ponto de vista histórico os relatos cumprem o papel de demarcar as experiências da violência de Estado, mas, também, surgem como necessidade de elaboração pessoal de eventos traumatizantes, por parte dos escritores. Fernandes (2008) busca através dos elementos discursivos identificar características do traumático. Assim, o autor em seu primeiro capítulo realiza uma longa revisão acerca da literatura testemunhal e o

que autores, como Freud, Walter Benjamin e Caruth, abordam o trauma, além de apresentar uma “breve história da introdução e difusão dos conceitos de literatura de testemunho e literatura do trauma no Brasil.” (Fernandes, 2008, p. 4). No segundo capítulo, o autor apresenta e analisa os relatos e depoimentos de ex-integrantes do governo e das forças armadas, com o intuito de investigar as estratégias do discurso dos perpetradores. Por fim, Fernandes (2008) em seu último capítulo apresenta a análise dos livros *Retrato Calado e Memórias do Esquecimento*, com a intenção de validar a sua hipótese inicial.

Fernandes (2008), citando Santner (1992), apresenta a relação entre o trabalho do luto e a vivência traumática, evidenciando o papel da elaboração da perda relacionada ao impacto do trauma, pois a vítima busca um reestabelecimento egóico que tem por objetivo integrar o traumático a partir da recordação e da repetição simbólica. O autor discorre sobre o trabalho de luto normal a partir da escrita e o que ele chama de “fetichismo narrativo” que decorre em uma recusa, consciente ou inconsciente, em elaborar o luto, permanecendo alguma identidade afetiva com o passado traumático.

Eventos coletivos são determinantes na construção da identidade social. Se, devido às suas características, acarretarem o surgimento não apenas de traumas individuais, mas massivos, cabe à coletividade a escolha por um dos dois caminhos descritos por Santner: o processo de luto ou o fetichismo. Ambos são expedientes através dos quais o grupo ou o indivíduo reconstrói sua identidade nos vestígios do trauma, embora apresentem consideráveis variações no que diz respeito à capacidade – ou vontade – de inclusão do evento traumático nessa reconstituição. (Fernandes, 2008, p. 31).

De acordo com Agamben (2005, citado por Endo, 2009) o testemunho é o “sistema das relações entre o dentro e o fora da língua, entre o dizível e o não dizível em toda língua; ou seja, entre uma potência de dizer e sua existência, entre uma possibilidade e uma impossibilidade de dizer.” (p. 151-152). A partir desta consideração, Endo (2009) busca relacionar o mecanismo do sonho traumático com a função do testemunho e propõe que há no ato de testemunhar uma possibilidade mais viável de ser fiel à realidade do sonho traumático, mas sem a intermitência da compulsão a repetição. Nas palavras de Endo (2009), o “testemunho chama o auxílio da escuta afetável pelo esforço do dizer e, nesse sentido, arrisca-se ao contingente, ao público e ao poder não ser.” (p. 347), deixando explícita a concepção de que o trauma deve ser, pelo menos em parte, elaborado em contato com o outro e com o meio social. Interessante visão que nos leva à compreensão da prioridade do outro da qual nos fala

Laplanche (1992/1996), esse outro que nos constitui, a partir do trauma originário, e que nos fornece elementos para elaboração e tradução destes enigmas originários é, também, o outro responsável por nos livrar do trauma.

De forma geral, podemos perceber que a proposta da psicanálise, em relação à literatura de testemunho, gira em torno da escrita enquanto uma das vias possíveis para a elaboração do trauma. Esta possibilita que as vivências traumáticas sejam compartilhadas com o meio social, desta forma ela se torna um interno-externo para quem escreve e abre novas vias de autoteorização e explicação para as vivências traumáticas. Dito isso, vamos, então, à análise do material.

4.2. Vestígios do trauma: a tortura em Retrato Calado.

Começamos nossa trajetória apresentando o livro de Luiz Roberto Salinas Fortes. O autor é natural de Araraquara – SP, nascido em 1937, em 1974 conclui seu doutorado em Filosofia e, em 1983, torna-se professor livre docente pela FFLCH - USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Seus estudos estavam relacionados, principalmente, à obra de Rousseau. O livro *Retrato Calado* foi publicado postumamente em 1988, já que o autor faleceu em 1987, vítima de um ataque cardíaco. (Luiz Roberto Salinas Fortes, s.d).

O livro conta com a apresentação da amiga e também professora de Filosofia Marilena Chauí, na qual a autora relata, a partir de sua visão, um pouco sobre como a vida de Fortes se alterou devido às vivências traumáticas das prisões e, sobretudo, das torturas:

Quantas vezes, vi Salinas apertar as têmporas – gesto último, que teve ao morrer – adivinhando uma dor sem nome, embora eu não soubesse que batia contra as grades sua própria cabeça, inscrição em seu corpo das barras das prisões onde tentaram roubar-lhe o espírito. Quantas vezes ouvi Fortes tropeçar na frase iniciada, tateando as palavras, perder o fio da meada e, não podendo alcançar meus ouvidos, tentar alcançar-me os olhos, lançando-me um olhar, misto de pasmo e agonia, fazendo-me adivinhar que a teia da tortura prendia-lhe a voz e voltava-lhe os olhos para cenas invisíveis aos meus. (Chauí, 1988, p.VI).

A forma como Chauí (1998), amiga próxima de Fortes, descreve a condição do autor nos é interessante, assim como também chamou a atenção de Fernandes (2008), pois ela

evidencia algumas características dos sujeitos traumatizados, como a dificuldade de verbalizar, de por em ação um pensamento a partir de palavras.

O prefácio é escrito por Antonio Candido, que descreve a estrutura na qual o livro é composto. O livro é escrito em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo aborda as duas primeiras detenções de Fortes, devido ao seu engajamento na luta contra a ditadura civil-militar, nos anos de 1970. O segundo capítulo do livro é um tanto quanto enigmático, pois o autor apresenta algumas páginas de seu diário pessoal, escritos na década de 50. O último capítulo discorre acerca de outras duas detenções em meados da década de 70, devido a um suposto envolvimento com o tráfico de drogas. (Candido, 1988).

Ainda segundo Candido, Fortes apresenta uma serenidade admirável, “como se ele procurasse desprender-se de si e encarar-se como outra pessoa, desdobrando-se a fim de que a reflexão pudesse extrair todo o significado possível daqueles momentos, não obstante tão pessoais e tão pessoalmente expostos.” (1988, p. XII). Quando pensamos psicanaliticamente nessa descrição apresentada por Candido, do modo de escrever de Fortes, podemos supor que, talvez, esse desprendimento e essa espécie de “despersonalização” não seja algo pensado conscientemente, mas que estejam aí atuando algumas formas de resistências e defesas que nos lançam de maneira implícita para o terreno do trauma e suas implicações. Podemos supor que este modo de escrever ilustra, de algum modo, o traumático da tortura que impõe uma cisão do ego do torturado.

O primeiro capítulo, denominado por Fortes (1988), de *Cena primitiva* já nos chama atenção, pois a cena primária/originária/primitiva para psicanálise compreende a observação de fato ou a fantasia de espiar a relação sexual entre os pais e, esta cena, é compreendida pela criança como um ato de violência por parte do pai. Para a psicanálise, a cena é considerada traumática e geradora de angústia para a criança. Acreditamos que o nome dado ao capítulo sintetiza a experiência de tortura, vivenciada por Fortes (1988), que é permeada pelo sexual, pela violência, pela angústia e o trauma. Podemos supor, também, que o nome simboliza a dificuldade do autor em rememorar estas experiências traumáticas geradoras de angústia.

Fortes (1988) inicia sua narrativa da seguinte forma:

O magricela sorri dentro do elevador. Sorri o magricela, irônico, dentro do elevador. O sorriso irônico acompanha o pequeno grupo no qual, obviamente contrafeito, desempenha o papel de paciente ao longo do trajeto tortuoso pelos pequenos corredores que ligam a sala de recepção da Ordem Social ao pequeno compartimento

usado como câmara de tortura, alguns andares acima no velho edifício do largo General Osório. (p. 9).

Fernandes (2008) identifica a reiteração de termos quando Fortes narra episódios mais traumáticos e assinala a resistência do autor em escrever sobre o que o angustia. Segundo ele o “sorriso irônico” pode ser interpretado como algo que deixa Fortes perplexo, pois percebe que o sorriso antecede o prazer sádico do torturador.

Nossa análise assemelha-se em alguns pontos com a proposta de Fernandes (2008). Pontuamos que neste excerto inicial podemos notar a repetição de algumas palavras. Fortes repete os termos “magricela”, “sorri”, “elevador”, “irônico” e “pequeno”. A repetição destas palavras nos chama a atenção e supomos que elas possam representar algumas características de pessoas que vivenciaram a tortura, pois devido à prisão e à tortura, elas se tornam magras, magricelas e, também, convivem com a ironia em perceber que aqueles que as maltratam são, nada mais, nada menos, que seus semelhantes que, porém, maltratam e torturam com um toque de sadismo e de sorriso, tornando o corpo e alma da vítima, pequenos. Repetir, também, é algo comum em vítimas de situações traumáticas e, pelo fato desta estar presente no início do livro, supomos o quanto narrar estas vivências pode ser difícil para o autor.

Assim como em Fernandes (2008), que assinala a presença da palavra “paciente”, interpretando-a como a percepção que Fortes tinha da sua posição passiva, como um paciente na qual são testadas as mais variadas terapias, inclusive a de choque, este termo também nos chamou a atenção, pois é utilizado em todo o livro quando Fortes descreve suas vivências de tortura, como, por exemplo, na página 41: “Perguntas. Gritos. Choques. Berros. Grunhidos. Choques. Perguntas. Passado algum tempo resolvem deixar que o paciente repouse um pouco e me dependuram, depositam o fardo no chão” (Fortes, 1988). O termo paciente é polissêmico, podendo significar: conformado, resignado, submisso; quem tem paciência; calmo e sereno; perseverante e persistente; padecente; doente; de acordo com a Filosofia, aquele que recebe ou sofre a ação de um agente e; também, há o sentido médico, como apontado por Fernandes (2008), de sofrer uma operação, um procedimento e neste caso o sujeito se submete a ação de um especialista na “arte” de torturar.

Pelo fato de o autor ser um estudioso de filosofia, acreditamos que a escolha do termo não foi por acaso. O termo resume com precisão as vivências da vítima de tortura, pois representa a submissão na qual a pessoa é sujeitada, a persistência em sobreviver e não delatar um companheiro, o padecimento do corpo e da alma, bem como seu adoecimento psíquico e físico e, por fim, representa aquele que é o sujeito passivo da ação.

Mais adiante, ao relatar a vivência de tortura, o autor narra:

Nu, completamente nu. Obrigam o paciente a sentar no chão. Amarram-me as mãos, que protegem com uma cobertura de pano, uma contra a outra. Forçam-no a manter os joelhos unidos, dobrados contra o peito e envolvidos pelos braços amarrados. No vão entre os braços e o joelho enfiam uma barra de ferro e penduram-na – penduram-me – em dois cavaletes. Rápidos, eficientes, bem treinados. (Fortes, 1988, p.10).

Aqui o termo paciente aparece novamente, mas podemos supor que, neste caso, além de representar o que consideramos anteriormente, ele pode atuar como uma tentativa de distanciamento do autor em relação à sua experiência, já que é utilizado na terceira pessoa do singular, oscilação da pessoa verbal do narrador, já apontada por Fernandes (2008). Outra forma de distanciamento presente no discurso do autor é a utilização dos pronomes oblíquos em primeira pessoa – “amarram-me” – e na terceira pessoa do singular – “forçam-no” –, oscilação essa que pode atuar enquanto defesa contra a angústia gerada ao rememorar a cena de tortura. Além disso, supomos que o “forçam-no” compreende o si mesmo do autor, como se ele estivesse participando da ação verbal. Ao transpormos estas considerações para a experiência de tortura, podemos supor que Fortes parece compreender alguma intuição de sua parcela de culpa por se encontrar nesta situação, pois de forma geral a maioria dos militantes sabia dos riscos.

Nesta passagem também está presente o tom irônico do autor, pois o magricela Fortes assume o papel de paciente que sofre uma operação, mas uma operação médica agride o paciente para o seu bem, já uma “operação” de tortura agride para o sofrimento. A ironia identificada na atitude dos torturadores que subjagam seus semelhantes também está presente no discurso de Fortes, sendo que o tom irônico e às vezes sarcástico permeia quase toda a narrativa do autor. Esta ironia representa, de forma clara, parece-nos, a tentativa de sair da posição passiva, na qual Fortes se encontrava na experiência de tortura, e se colocar em uma posição ativa. É assim que o autor discorre sobre sua experiência com a tortura: “... logo, logo seria dado ao protagonista que vos fala, a ocasião única, o privilégio imerecido de vir a conhecer o famoso instrumento de tortura já há muitos e muitos anos corriqueiramente utilizado por nossas forças policiais.” (1988, p. 9).

Para Fernandes (2008), porém, esta passagem compreende o constante “diálogo” empreendido pelo autor que, por vezes, parece se comunicar com o leitor. Para nós, essa tentativa de comunicação aparenta a necessidade de elaboração do trauma a partir do outro

humano, seja ele real ou abstrato. Como vimos, a elaboração do trauma é facilitada a partir da escuta e da empatia do outro humano.

Fortes (1988) discorre acerca da transformação provocada pela vivência de prisão e tortura, na qual o prisioneiro acaba se acostumando com as condições a ele impostas. Para tanto, o autor utiliza a palavra metamorfose, que tem como significado a transformação ou mudança de um ser em outro. Supomos que a transformação ocorre física e, sobretudo, psicologicamente, podendo representar uma tentativa de defesa contra o sofrimento. A vítima busca amortecer o sofrimento, advindo das condições ambientais, acostumando-se e ajustando-se a ele.

Fortes (1988) continua relatando sua metamorfose:

Depois dela, depois de termos ingressado no espaço da ficção oficial, passávamos para outra figura de espírito, para o delírio cujos breus parecem comprometidas as fronteiras entre o imaginário e o real [fronteiras do ego?]. Tudo teria sido então pura ficção? Tudo ficará por isso mesmo? A dor que continua doendo até hoje e que vai acabar por me matar se irrealiza, transmuda-se em simples “ocorrência” equívoca, suscetível a uma infinidade de interpretações, de versões das mais arbitrárias, embora a dor que vai me matar continue doendo, bem presente no meu corpo, ferida aberta latejando na memória. Daí a necessidade do registro rigoroso da experiência, da sua descrição, da constituição do material fenomenológico, da sua transcrição literária. Contra a ficção do Gênio Maligno oficial se impõe o minucioso relato histórico e é da boa mira neste alvo que depende o rigor do discurso. (p. 29).

Neste excerto podemos supor a presença do trauma de forma massiva na vida de Fortes. O autor descreve a dificuldade, comum em pessoas traumatizadas, de relatar a experiência. Supomos que devido ao excesso e à energia livre, o sujeito não consegue significar a sua dor, esta, por sua vez, transmuda-se, porém sem a possibilidade de estabelecer novas conexões. Contudo, a partir da escrita, a pessoa traumatizada pode tentar significar esta vivência e dar-lhe um sentido. Por isso a necessidade de registrar a experiência, de relatá-la, de retraduzi-la.

Já na terceira seção do primeiro capítulo, Fortes, agora livre da primeira prisão, interroga-se a respeito de suas possibilidades:

Deveria ter saído do país? Não sei. Partido para a clandestinidade e me comprometido com a luta armada, desta vez pra valer? Talvez. Mas, que perspectiva nos oferecia, que não a suicida [suicídio heroico?], a ação violenta contra o regime? Não estaríamos antes obrigados a resistir sobrevivendo, do que a morrer lançando a força contra a força neste combate desigual, desta forma, reforçando ainda mais o inimigo? ... Regime hipócrita e todo-poderoso de um lado. De outro, grupos de combatentes, decididos, mas amadorísticos, com escasso apoio popular, cegos pelas suas estreitas categorias teóricas ou pela fé ingênua nas virtudes do militantismo radical, acreditando que um assopro seria suficiente para conduzir à conflagração geral, à avassaladora explosão de massas enfurecidas, pondo abaixo o edifício da iniquidade. ... As prisões se sucediam. Não passava semana sem a notícia de uma nova queda; as organizações se desmoronavam. Entre uma dúvida e outra, o balanço, o esforço para extrair os ensinamentos da provação, o desengano, o trabalho de reconstrução. (1988, p. 33- 35).

Nesta passagem, Fortes demonstra ter conhecimento de que as prisões e as torturas não iriam acabar e que, mais cedo ou mais tarde, ele poderia voltar a ser preso. Porém, e apesar de tudo, a luta continuava e o autor é preso novamente. Supomos que, em um primeiro plano, é a ideologia que recobre e acoberta o pensamento do militante para continuar na luta contra o regime, atuando enquanto defesa e reconforto, na busca por um ideal maior. Fortes (1988) descreve o fascínio da ideologia:

Mas o que fascinava, já naquele momento, era certamente a impressão ou a promessa de que nos achávamos diante de algo novo, de uma “palavra nova dos tempos novos”, que iria ajudar-nos a arrebentar os quadros estreitos do medíocre cotidiano da província, escapar aos conformismos e ao pesado caminho de antemão traçado e que conduzia diretamente dos bancos colegiais até o... Rotary. (p. 53).

Esta fala de Fortes assemelha-se ao discurso da fé, em seu sentido religioso. Os militantes tinham fé na mudança, esperavam a terra prometida. A “palavra nova dos tempos novos” nos remete a pensar em um profeta. No militantismo radical, assim como no fanatismo religioso, há mecanismos de controle e ideologia, que partem da premissa de que existe um bem e um mal. Em ambos os casos, a ideologia justifica o uso da força, a doação à causa e, em última instância, a morte pelo ideal.

Mas, além da ideologia, podemos supor que haja também o desejo. Supomos que, em um segundo plano, mais profundo, possa existir, no caso de Fortes, um desejo talvez neurótico de destronar o pai, aqui representado pelos governantes da pátria mãe amada. Desejo de romper com a tirania, desejo por desafiar a morte e morrer, como herói?

O heroísmo está presente no discurso de Fortes e, junto à noção de herói, há um sentimento de culpa ou incapacidade. Vejamos uma passagem no começo do livro.

Terei falado demais? Terei sido um... *bunda-mole*?

-Herói ou covarde? Bunda-mole?

Bunda-mole: que expressão tão rica, de força tão formidável, que conquista não menos social e não menos notável, desta vez para a nossa antiga companheira, a língua portuguesa. Mas ainda é cedo, como diria Hegel, para responder todas essas perguntas que não deixam de impor e insistir o tempo todo. É certo que o herói perfeito jamais colocaria tais questões, o que significa, talvez, que pelo simples fato de enunciá-las já me denuncio como guerreiro pouco valente. Ou me desqualifico para as finais da copa do heroísmo. (Fortes, 1988, p. 12).

Aparentemente, Fortes acredita que os verdadeiros heróis são aqueles que pegaram em armas e foram para a luta armada e clandestina. O seu discurso nos passa uma sensação de que, ao mesmo tempo, ele gostaria de ter seguido a via armada, mas que no fim das contas ele não via sentido nisso. Talvez, o que estaria em jogo aqui seria o sentimento de que se ele tivesse pelo menos na luta armada, as justificativas para ser preso e torturado seriam mais plausíveis. Os motivos por ser preso e torturado seriam outros, quiçá mais heroicos. O bunda-mole representa o não herói, o covarde. Há que ressaltar, ainda, o caráter anal da palavra podendo representar que o bunda-mole seria o “viado”, o passivo, o “maricas”.

Outro elemento presente no discurso de Fortes é a ojeriza frente à autoridade em geral, que talvez seja comum no pensamento dos militantes de esquerda, no período de ditadura. Esta ojeriza frente à autoridade pode estar relacionada àquilo que falávamos, anteriormente, a respeito do desejo inconsciente de desafiar a figura paterna. Supomos que a ideologia recobre um desejo inconsciente de desafiar o pai, no caso dos militantes de esquerda e, por outro lado, no caso dos torturadores, a ideologia recobre o sadismo e a perversão que podem ser extravasados durante a tortura. Assim, a militância e a ideologia protegem os sujeitos ao ponto de acreditarem que não poderiam ser capturados e que se fossem, valeria a pena pela causa maior, enquanto que a ideologia presente no discurso e nas ações dos torturadores leva-

os a acreditar que não seriam responsabilizados pelos seus atos e que estariam ajudando a nação.

Ainda na terceira seção do primeiro capítulo, a partir da sequência do relato do autor, somos levados a pensar que há um sentimento inconsciente de culpa resultante de seus atos. O autor relata uma sessão de tortura e fala da sensação de coisificação relativa à experiência, à qual se segue um sentimento “esquisito”, como se ele tivesse de se desculpar com os torturadores. Desculpar-se, neste caso, pode estar relacionado à culpa resultante do desafio à autoridade que, em última instância, é a autoridade paterna. Podemos pontuar, ainda, que a tortura vinda, sobretudo, do Estado, manipula o sistema superego/ideal de ego/ego ideal, que tem como substrato o pai. Fortes (1988) se questiona acerca dos motivos pelos quais se encontra nesta situação de prisão e tortura: “Por que logo comigo tudo isso? Merda! Por que comigo?” (p. 45). Em seguida, diz ser um “filhinho de papai” com uma vida boa, de forma que podemos pensar que o sentimento de culpa pode vir, por exemplo, do questionamento: se eu sempre tive uma vida boa, graças a meu pai, por que então o desafiar? O preço do desafio foi caro, alto demais, e Fortes o atribui à sua “inconsequência, ingenuidade, burrice, falta de rigor ou irresponsabilidade.” (p. 45), assumindo, assim, toda a culpa pelos males que sofreu.

Mais adiante, em outra das sessões de tortura e eletrochoques, um de seus algozes, pergunta : “- Cê sofre do coração? E eu, cândida e idiotamente, respondi: Não!!! Não é mesmo incrível? Já era uma preparação para o depois das iluminações grátis, oferta gentil da casa.” (p. 47). O autor, ao ser questionado sobre um possível problema de saúde, que impossibilitaria os procedimentos de tortura, acaba por responder, de certa forma, que não havia nada que o impedisse de ser torturado. Talvez o que esteja em jogo aqui seja o desejo inconsciente de punição, devido à culpa frente ao confronto com a figura paterna, conforme assinalado anteriormente.

Novamente percebemos a presença de elementos relacionados à figura paterna quando, no início da quarta seção do capítulo 1, Fortes (1988) aproxima a figura do torturador a uma “voz paternal”. Também está presente a assimetria e a figura parental na alusão ao discurso como o de um paciente submetido à análise:

Chega então o momento mais difícil. Mais doloroso ainda? Como se fosse possível, pois é. Aqui chegado, senhor, empaco, difícil prosseguir, falta-me a voz. Um pouco de paciência, pois. É difícil, deitado aqui no divã, difícil é trazer de volta a consciência, ir buscar lá no fundo a voz paternal do Zildo, santo Izildinho agora tão bonzinho, que

me diz tudo bem, não fique nervoso, as coisas estão se esclarecendo e agora nós queremos apenas tua colaboração. Apenas... (p. 49).

De acordo com a análise de Fernandes (2008), a referência ao divã não é aleatória e, ao expor sua experiência, Fortes busca trazer explicações para o que viveu, sendo que a narrativa pode simbolizar a função da análise. Pontuamos ainda que, há neste excerto, também, duas características do trauma psíquico: a dificuldade de trazer à consciência a experiência traumática e seu aspecto inenarrável. Fortes relata sua dificuldade como um paciente em análise, deitado no divã. Sabemos que compartilhar a experiência traumática ajuda no processo de elaboração do trauma e, tanto a escrita do livro quanto a análise podem servir de auxiliares neste processo.

Podemos pensar ainda o que nos diz Laplanche (1987/1993) acerca da experiência de análise. Para esse autor, a análise é um processo que reatualiza algumas características da SAF, possibilitando a temporalização/historicização da vítima a partir da dialética tradutiva, sempre a partir do outro.

Fortes (1988) volta a relacionar a figura paternal a Zildo, agora comparado a um psicólogo:

Eu, atrás, demolido. Não sei quando chegamos ao destino, algum gesto de desespero mais aparente desperta no Zildo, fino psicólogo – ao qual não parecem escapar os movimentos mais sutis ou os mais imperceptíveis abalos na alma do réu -, o comentário: Olháí, hem, diz virando-se para mim, qualquer vacilação sua aqui e a gente te apaga e não sai nem no jornal, ninguém fica sabendo... (p. 50).

Neste trecho, a onipotência do torturador parece se instalar no interior de sua vítima e lê-la, como um psicólogo “lê” a alma. Eis aí claramente a figura de um outro que invade, como a alteridade que acomete a vítima, tornando-a impotente diante de seu algoz. Isso se assemelha ao que é vivido pela criança quando faz algo tido como errado: ela crê que nada escapa aos olhos do pai e que em seguida haverá punição. Aos poucos vemos atitudes regressivas no discurso de Fortes, pensamentos mágicos comuns na infância.

Fortes interrompe sua narrativa acerca de suas vivências do período de ditadura civil-militar, e introduz o segundo capítulo do livro, denominado *Suores Noturnos*, que tem como conteúdo trechos do diário pessoal do autor, escrito no período de 1959 a 1960. Candido (1988) assinala que este capítulo pode simbolizar o próprio autor enclausurado nas grades da

prisão e da tortura: “Forçando a nota, pode-se dizer que as páginas confessionais, postas no meio, simbolizam pela simples posição a pessoa apertada entre duas conjunturas repressoras.” (Candido, 1988, p. XI). Podemos supor que estas conjunturas repressoras poderiam representar tanto o Estado quanto a figura do pai, como propomos anteriormente.

A interpretação de Candido é interessante, em um primeiro momento, porém, quando lemos o livro na íntegra, o que nos chama a atenção é que este, por vezes, torna-se confuso devido suas idas e vindas. Não é apenas na estruturação dos capítulos que esta confusão acontece, mas também na própria narrativa do autor, que apresenta diversas “quebras” no discurso. Um exemplo disso ocorre quando Fortes inicia seu primeiro capítulo abordando sua segunda prisão, na qual ocorreram as torturas, quando pensava que ficaria detido apenas por 10 dias, como na OBAN. Porém, depois de duas páginas, interrompe a narrativa e retoma sua primeira prisão, na OBAN. As diversas prisões às quais o autor foi submetido aparecem indiscriminadamente misturadas em seu discurso, sem seguir uma ordem cronológica que acompanhe os acontecimentos, deixando-nos “perdidos” na leitura e compreensão dos fatos. Embora reconheçamos que esta forma de escrita possa representar um recurso estilístico de literatura adotado pelo autor, acreditamos que o que impera é a própria lógica do trauma psíquico, ou seja, há uma confusão temporal imposta pelo trauma, que mantém tudo funcionando no presente, sem uma temporalização “coerente”, o que acaba transparecendo na estruturação do livro. Esta falta de temporalidade histórica, que leva o discurso das vivências da ditadura aos pensamentos da juventude, também pode ser um recurso que imita a sessão de análise a partir de associações “livres”.

Fernandes (2008), em sua análise, também considera este capítulo interessante e acredita que estas páginas “não estão aleatoriamente distribuídas, nem foram anexadas ao relato memorialístico por capricho ou qualquer outro motivo” (p. 110). Segundo ele é possível, a partir deste capítulo, conhecer um pouco do lado mais íntimo de Fortes, mostrado a partir de suas dúvidas e inquietações no tempo de estudante, além de evidenciar sua condição melancólica. Desta forma, Fernandes (2008) considera que o verdadeiro motivo que leva Fortes a escrever seria a dor. Para o autor, este capítulo “revela-se um retrato antigo, que escancara as mudanças que o tempo produz, que dá a conhecer um homem o qual ainda não era quem viria a ser e que poderia ter sido outro, se outras tivessem sido as condições.” (Fernandes, 2008, p. 109).

Neste mesmo sentido, propomos que o resgate do passado pode, também, significar uma busca por explicações e compreensão do momento de vida atual de Fortes. Como em uma análise, ele busca lembrar, *après-coup*, estes escritos para compreender melhor sua

realidade atual, como se estivesse voltando ao passado para se perguntar: “aonde foi que eu errei?”, “como cheguei até aqui?”. Esta tentativa do autor em voltar no tempo, no sentido de repensar suas escolhas e até mesmo de lembrar-se de como era antes das experiências traumáticas, pode ser associada a uma necessidade de buscar um pouco do ego perdido devido à presença massiva no ego da alteridade, do torturador.

Temos nesse capítulo algumas divagações do autor, na época estudante do quarto ano de direito. Fortes se apresenta como um jovem com muitas dúvidas acerca de si mesmo e do futuro e, por vezes, deixa transparecer alguns elementos tidos por ele mesmo como neuróticos. Segue um excerto:

O que é que se passou comigo, afinal? O que é que ocorreu nestes últimos anos? É necessário fazer um balanço, levar esta figura psicologista da consciência até o fim, para depois me livrar dela. De um lado, os créditos. De outro, os débitos. Mas a própria metáfora contábil não oculta a irremovível culpabilidade neurótica que persegue há anos, que bloqueia os passos, que me tira o tapete, que me sabotas as forças, que me brocha a vontade? (Fortes, 1988, p. 61).

Fortes vai descrevendo alguns pensamentos acerca do mundo e dele mesmo. Descreve-se enquanto alguém “absolutamente oco. Sem passado nenhum. Sem futuro?” (p. 61). A confusão interior do autor permeia todo o capítulo, ficando evidente em alguns trechos como: “O futuro me parece um abismo. Tenho medo. Acho que sempre fui assim, pensando bem [...] Até hoje ainda não consegui me dar completamente a alguma coisa, por este motivo, parece que elas fogem de mim. Não sei onde é o meu lugar certo.” (p. 64). Podemos supor que a confusão, as dúvidas e a busca de respostas levaram Fortes ao estudo da Filosofia e do socialismo. Talvez, o ideário marxista-leninista tenha servido para preencher o vazio existencial apresentado por ele, sendo uma forma de dar sentido à sua vida.

No início deste capítulo, Fortes (1988) também se questiona acerca dos motivos de sua escrita: “Como explicar, então, essa necessidade imperiosa de expressão que de mim toma conta de repente? E, afinal expressão de quê?” (p. 61). Podemos supor que estes questionamentos remetem a algo não elaborado nas vivências de Fortes, pulsando para ser traduzido. Este algo não elaborado poderia dizer respeito a um trauma anterior. Neste caso, podemos supor que o trauma relacionado à tortura reatualizaria um possível trauma anterior, que não tenha sido bem elaborado. Devido à característica do traumático em se manter atual, no registro da compulsão a repetição, e de não se tornar passado, o trauma anterior se

mesclaria com o presente e com os traumas advindos das vivências de tortura, necessitando novas traduções. Assim, ao escrever suas vivências, Fortes busca traduzir não apenas o trauma de tortura, já que inclui seus diários pessoais na narrativa. Supomos que ocorra a ação retroativa para elaboração do trauma, que ocorre em dois tempos, ou seja, a tradução do suposto trauma anterior (primeiro tempo) é desencadeada a partir da tentativa de elaboração do trauma de tortura (segundo tempo).

A hipótese de um possível trauma anterior pode ser sustentada a partir do relato da lembrança constante de Fortes acerca de uma cena de sua infância, por volta dos oito ou nove anos, que se repetia por várias noites seguidas, que ele chama de “surto neurótico infantil”. O autor conta que quando criança tinha dificuldade em dormir no escuro e que era invadido por uma visão inesperada que lhe tomava o pensamento: se via morto dentro de uma sepultura e não compreendia como a alma poderia se desprender do corpo, mesmo fazendo “esforços sobre-humanos para compreender o enigma, suave e estremeceia e o fracasso da investigação obscura me arrancava lágrimas de pânico.” (p. 66). Segundo o autor, ele não sabia como se livrar do fantasma e “o choro baixinho logo se convertia em pranto convulsivo e quase grito.” (p. 66). Quando questionado pelos pais sobre o que havia ocorrido, respondia que tinha medo de ir para o inferno.

Nessa transcrição de seu diário, percebemos algo semelhante à culpa do neurótico, pois Fortes era acometido por uma angústia muito intensa, desencadeada por suas visões noturnas, chorando e gritando compulsivamente até a chegada dos pais, e sentia medo de ser punido, de ir para o inferno. Devido à repetição e excesso de angústia destas cenas, podemos aproximá-las dos sonhos traumáticos, comuns na neurose traumática.

Esta passagem do livro nos chama a atenção pelo próprio nome dado pelo autor, “surto neurótico infantil”¹², escolha que pode ser justificada pelo conhecimento que Fortes possui sobre a teoria psicanalítica, como fica claro a partir de algumas passagens de seu livro¹³, e

¹² Freud (1939/1996), em *Moisés e o monoteísmo*, afirma que “Um trauma na infância pode ser imediatamente seguido por um desencadeamento neurótico, uma neurose infantil, com uma abundância de esforços de defesa, e acompanhada pela formação de sintomas. Esta neurose pode durar tempo considerável e provocar perturbações acentuadas, mas pode também seguir um curso latente e não ser notada. Via de regra, as defesas levam a palma nisso; seja como for, alterações do ego, comparáveis a cicatrizes, são deixadas atrás. Só raramente uma neurose infantil prossegue, sem interrupção, numa neurose adulta. Muito mais frequentemente ela é sucedida por um período de desenvolvimento aparentemente não perturbado – curso de coisas apoiado ou tornado possível pela intervenção do período fisiológico de latência”. (p. 91-92).

¹³ Ver páginas 49, 68 e 105.

devido à sua própria formação. Ao recordar este episódio, Fortes está com 19 anos, de modo que podemos supor que aí está operando a latência do trauma, o *après-coup* de que nos fala Freud. A partir disso, consideramos que este surto neurótico possa estar relacionado a um trauma infantil, não necessariamente um trauma atual, mas algo que pulsa para ser traduzido. Pois, segundo o autor, este episódio “contém certamente muito material, traz certamente oculto nele muitas pistas para a explicação do ulterior evoluir. A ele devo retornar. E insistir. Tentar decifrá-lo.” (p. 67).

Já ao final deste capítulo, o autor acrescenta uma nota sobre seu diário, escrita cinco anos depois, na qual diz estar amadurecido e mais lúcido. No entanto, reconhece que há algo inabalável em seu interior, mesmo tendo se libertado de muitos fantasmas, não há como se libertar de si mesmo.

No terceiro capítulo, denominado *Repetição*, Fortes retoma sua vida de prisioneiro, desta vez falando sobre suas duas outras prisões, agora por um suposto envolvimento com o tráfico de drogas, e também discorre sobre seu exílio em Paris. O autor trata sua narrativa como um “exorcismo” e como um “vômito” engasgado. E, como num exorcismo, sua tentativa é realmente expurgar os seus demônios, travestidos de torturadores, de experiências traumáticas que o invadiram de forma massiva. Para Fernandes (2008), Fortes tem consciência das transformações do trauma em sua vida e busca a partir da escrita “acertar contas consigo mesmo, para livrar-se do fardo que carrega.” (p. 114).

Mas seus demônios o perseguem mesmo no exílio:

E os delírios vão me fazendo, de tempos em tempos, esquecer de tudo isso. Mas como esquecer? O meu tempo livre, agora, na nova vida das ruas estrangeiras, mas familiares, fazendo-me deslembrar um pouco dos fantasmas polimorfos, que de novo voltam a me afetar, delimitar, despedaçar, corroer, doer. (1988, p. 90).

Fernandes (2008) analisa esta passagem abordando a ambiguidade que há no que diz respeito à necessidade de fornecer um relato da versão dos acontecimentos vivenciados pelo autor e, ao mesmo tempo, a sua vontade de esquecer estes momentos difíceis, de que eles tenham sido apenas delírios, apenas um sonho, ou seja, nos fala da ambivalência do traumático, também assinalada por Maldonado e Cardoso (2009). Aqui, podemos notar o aspecto disruptivo do trauma de tortura, como algo que corrói de dentro pra fora, que desestabiliza as fronteiras egoicas devido à presença massiva de alteridade.

Após esta passagem, Fortes apresenta uma carta sua enviada a um amigo no Brasil. A carta quebra totalmente a narrativa e o discurso do autor que, após apresentá-la, retoma o relato de suas sessões de tortura. A carta, aí inserida, parece ser uma tentativa de preparar o terreno para o que se segue: sua experiência traumática. Aparentemente, o capítulo se apresenta como o discurso de um paciente em análise, que dificilmente vai direto ao ponto que o angustia.

Retomando a narrativa sobre seu exílio na França, Fortes fala sobre um “sonho de prisão”, que ocorre de forma recorrente. No sonho, ele é abordado inicialmente por policiais franceses, mas que, no desenrolar do sonho, transformam-se em possíveis torturadores e afirmam que o caso de Fortes é muito mais grave do que aparenta. Segundo ele: “Uma das características do sonho é um grande realismo. O alarido aumenta, crescendo. Um dos tiras conta qualquer coisa obscura aos outros e todos parecem ficar muito mais excitados, cada vez mais ameaçadores, quando acordo...” (Fortes, 1988, p. 103). Temos aqui a repetição da experiência traumática no sonho. Compreendemos que a repetição é necessária, pois atua enquanto um *start* para que o ego inicie o processo de tradução e ligação do excesso que transborda o psiquismo. Mas é preciso ir além da repetição, e buscar novas vias autoteorizantes, que proporcionem traduções melhor integradas.

Acreditamos que uma das saídas encontradas por Fortes é a aceitação da realidade, do trauma que ele considera, de forma interessante, como um delírio circular: “Mas, antes, é preciso tomar consciência do real. Aceitar calmamente este real que parece um delírio circular, ele também.” (p. 103).

4.3. A persistência do traumático na memória: Memórias do Esquecimento

Passaremos, agora, para a análise da segunda obra elencada: *Memórias do esquecimento*, escrita pelo jornalista Flávio Tavares (2005). O autor nasceu em 1934, natural de Lajeado – RS e, desde muito cedo, já se envolvia no mundo da política. Foi presidente do grêmio estudantil em um colégio de Porto Alegre. Perdeu seu pai logo cedo, vítima de um infarto fulminante. Ao terminar o colégio cursou direito na PUC e se engajou cada vez mais na política, sendo eleito o presidente da União Estadual dos Estudantes. Apesar da formação em Direito, foi escrevendo artigos que descobriu sua veia jornalística, embora não tivesse formação na área. (Tavares, 2006).

A partir do jornalismo teve contato com diversas figuras da esquerda militante, dentre elas Ernesto “Che” Guevara e Leonel Brizola, de quem se tornou amigo. Tavares foi colunista de política do jornal *A Última Hora* de Brasília até 1968 e, enquanto militante de esquerda, realizou críticas ao governo autoritário e logo entrou na luta armada. Foi preso pela primeira vez em 1967, envolvido com a estruturação das guerrilhas camponesas idealizadas por Brizola. Foi solto após sete meses de prisão e, como não conseguiu retomar a carreira de jornalista, retornou à luta armada. Preso novamente em 1969, Tavares relata que foi “conhecer a tortura, que eu duvidava que acontecesse daquela forma. Desconfiava que era propaganda da esquerda para desmoralizar os militares.” (2006, s.p.). Foi solto após trinta dias, pois era um dos 15 nomes presentes na lista de troca com o embaixador americano, Charles Burke Elbrick, sequestrado em ação conjunta dos movimentos da esquerda armada.

Viveu o exílio no México até 1974 e depois se mudou para a Argentina, em 1977. Neste período se manteve vinculado à atividade jornalística e em uma visita ao Uruguai foi preso novamente. Passou por inúmeras torturas físicas e psicológicas, incluindo duas simulações de fuzilamento. Foi solto e em 1978 se exilou em Lisboa. Apenas em 1979, com a lei da Anistia, pode retornar ao Brasil. (Tavares, 2006).

Após este resumo da biografia de Tavares, cabe agora apresentarmos um resumo de seu texto, originalmente publicado em 1999, cerca de 20 anos após o autor retornar do exílio. A 5ª edição publicada em 2005, que tomamos como instrumento de análise, passou por revisão e ampliação. Segundo Tavares, “sem nada cortar nem podar das edições antigas, acrescentei aqui novos episódios, situações ou protagonistas.” (2005, p. 11). O livro é dividido em: introdução; primeira parte com 11 capítulos; segunda parte com 12 capítulos; Epílogo e Anexos.

De forma geral, o que nos chamou a atenção em seu texto como um todo foi a desconexão cronológica apresentada na narrativa de Tavares. O vai-e-vem cronológico empreendido no discurso de Tavares (2005), segundo Fernandes (2008), pode estar associado ao próprio registro mnêmico, pois, como o autor deixa claro no título do livro, são memórias, memórias estas por vezes fragmentadas. Assim como na narrativa de Fortes (1988)¹⁴, a forma desconexa e atemporal com que o autor narra sua história pode ser associada à atuação do traumático, pois sabemos que as vivências do trauma se presentificam de forma atemporal, por não terem sido elaboradas e re-locadas em seu devido momento histórico, ou seja, não foram historicizadas, traduzidas, ficando à mercê da compulsão a repetição. A ferramenta da

¹⁴ Com as mesmas ressalvas de que esta desordenação cronológica possa ser um recurso estilístico de literatura.

escrita auxilia na ordenação do pensamento, mas também é a partir da escrita que o inconsciente aflora. Por meio desta “desordenação” cronológica é que podemos perceber os vestígios do inconsciente e do trauma.

A introdução, denominada de *Primeiras Visões*, aparentemente é uma carta destinada a uma pessoa amada por Tavares, porém, é evidente que a carta é destinada a todos os leitores que, de certa forma, irão compartilhar das experiências do autor a partir da leitura. O escrever sempre é destinado para alguém, e o tom confessional dado à introdução demarca um pouco da intimidade, da busca em estabelecer um vínculo com o leitor, estabelecer ligações.

Neste primeiro momento, o autor conta sobre a dificuldade encontrada para escrever suas memórias: “são 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem [...] Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer.” (Tavares, 2005, p. 13). Ao mesmo tempo, o autor se interroga sobre os motivos de sua escrita e o porquê de rememorar tantas lembranças de sofrimento e dor, e afirma: “Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre [...] A única solução é não esquecer.” (Tavares, 2005, p. 15). Há aqui, novamente, o paradoxo do trauma: lembrar para esquecer, ou melhor, lembrar para elaborar ou estabelecer novas traduções. Já para Fernandes (2008), as lembranças traumáticas que acompanharam a vida de Tavares por longos 30 anos o permitiu realizar uma análise dos fatos de modo mais reflexivo, embora esta demora, também, possa indicar a dificuldade em lembrar este passado sombrio. Para nós, podemos supor que este distanciamento possibilitou um longo trabalho de temporalização e historicização da vivência traumática, ou seja, podemos perceber na escrita de Tavares alguns elementos que podemos considerar como novas traduções realizadas pelo autor sobre sua experiência traumática.

Na primeira parte do livro, o capítulo I é denominado *Exílio no Sonho*. Nele, o autor relata um sonho, sentido como extremamente angustiante, que ele teve inúmeras vezes enquanto esteve exilado:

Ao longo dos meus dez anos de exílio, um sonho acompanhou-me de tempos em tempos, intermitente. Repetia-se sempre igual, com pequenas variantes. Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos como um parafuso solto. E como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a parafusá-lo, encaixando-o entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, no seu lugar de sempre. Sonhei no México, em 1969, com meu pênis saindo-me pelas mãos, seguro na palma esquerda, com os dedos da mão

direita buscando sentir, aflitos, se ele ainda pulsava, se o sangue nele corria, se meu sexo ainda vivia. (Tavares, 2005, p. 19).

Segundo Fernandes (2008) o sonho é relatado no livro “porque, certamente, o autor sabe da sua importância para o efeito que o texto tem no leitor. Carregando o simbolismo das realizações oníricas, essa emasculação constantemente repetida representa e atualiza a impotência dos torturados em poder dos torturadores.” (p. 124). Para nós, devido às suas características específicas e repetição, o sonho de Tavares pode ser considerado traumático. O interessante no discurso do autor é que, ao mesmo tempo em que relata o sonho, ele busca algumas explicações e soluções. Supomos que ao relatar o sonho o sujeito já traz uma tradução primeira acerca dele ou, talvez, o sonho já seja uma tradução e, ao buscar explicações e uma solução, esteja buscando novas traduções. Com isso, abre-se uma nova via de ligação do excesso presente no sonho traumático.

Tavares (2005) relata que o sonho o perseguia no exílio, mas afirma que “na Argentina, o único país de exílio que eu escolhi voluntariamente, houve momentos em que o pesadelo apagou-se.” (p. 19) e sobre o seu segundo exílio nos diz “finalmente libertado no Uruguai, recuperei em Portugal a sensação de dispor de mim e da minha vida como cidadão livre. E pouco a pouco o sonho pesadelo voltou. Atenuado, mas voltou. E só se apagou com o retorno ao Brasil.” (p. 22). O que nos chama a atenção aqui é o fato de o pesadelo se apagar quando há a escolha voluntária do autor em viver em determinado país. Talvez haja aí um desejo de retomar uma posição ativa perante sua vida, que foi perdida até mesmo no sonho. O retorno ao Brasil pode simbolizar a retomada do controle, da liberdade e da pátria.

A viagem ao exílio no México, a bordo do *Hércules 56*¹⁵, assim como sua primeira prisão e as experiências nas sessões de choque elétrico são relatadas por Tavares (2005). Segundo o autor, “o choque elétrico não se aplica com intenções assassinas, mas para triturar o prisioneiro, esmigalhá-lo, reduzindo-o a uma condição de inferioridade e impotência absoluta, física e psicológica. Eles não pretendiam matar, nem nos matar.” (Tavares, 2005, p. 34-35). Esta constatação de Tavares nos parece uma nova tradução, realizada depois da vivência de tortura, pois, no momento em que ela ocorre, a morte é uma realidade próxima e, por vezes, o desejo da vítima para cessar seu martírio é a própria morte.

O título do quinto capítulo, denominado *Os esquizofrênicos*, chama-nos a atenção, já que nele Tavares discorre acerca da vida do militante da luta armada no período de ditadura.

¹⁵ Trata-se do avião que a Força Aérea Brasileira (FAB) designou para o transporte dos 15 presos políticos libertos a partir da negociação referente ao sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick.

A escolha do título parece estar pautada na visão atual que Tavares tem sobre a luta armada, já uma tradução, que não poderia ter sido realizada à época. Teriam sido eles esquizofrênicos por lutarem contra o sistema? De acordo com o autor:

E esse tudo fazer pela “causa” se tornara uma obsessão, uma razão de viver que nos cegava a tudo mais. Não jogávamos fora a ética, e era por estar nela que fazíamos da “causa” a única causa e consequência de tudo. Mas, ao ser a razão única do nosso mundo, a “causa” nos retirava do mundo e da vida. (2005. p. 72).

A partir do discurso de Tavares, vemos a ideologia exercendo sua função de proteção dos ideais socialistas, mas, ao mesmo tempo, comprometendo a vida individual de cada sujeito. Esta visão assemelha-se à compreensão que tivemos a partir do discurso de Fortes (1988), analisado anteriormente. A causa socialista se torna como uma religião que ao mesmo tempo cega e conforta. Porém, o lado da cegueira, apesar de estar latente, só pode ser visto em um segundo momento, no futuro. Até então os militantes eram convictos sobre a causa e buscavam de fato a cegueira enquanto defesa.

Já no capítulo oito, *Com a morte na pele*, o autor narra um episódio no qual é trancafiado em uma cela junto a um cadáver. O corpo era de um militante conhecido por Tavares, Roberto Cietto, cujo nome de guerra era Simão, que foi assassinado pelos torturadores por não falar absolutamente nada. “Sinto-me paralisado. Um torpor e um vazio tomam conta de mim. Não penso nem raciocino. Ele está morto como um morto mesmo: estirado no chão. Eu estou morto de cócoras, como um vivo...” (Tavares, 2005, p. 113). Este encontro com a morte e com o morto fez com que Tavares se lembrasse da morte de seu pai: “Esta é a segunda vez que fico frente a um morto. Na primeira, tinha 15 anos e toquei a face do meu pai, estendido no caixão...” (p. 114). O que nos chama a atenção aqui é o encadeamento da narrativa do autor. Ele narra o encontro com a morte de um companheiro de luta e em seguida a morte do pai. O que poderiam significar estas mortes para Tavares? Podemos supor que elas poderiam significar a morte simbólica dos ideais perseguidos pelo autor, o ideal da luta contra o sistema, simbolizado pela morte do companheiro, e o ideal de homem, com a morte do pai, demandando de Tavares a elaboração do luto por essas perdas, conforme discutiremos no próximo capítulo.

No entanto, há outras interpretações possíveis, que podemos pensar a partir da seguinte passagem do texto de Tavares (2005):

Frente ao meu pai inesperadamente morto, senti a impotência da adolescência, que se julga viril, sábio e forte, mas que não é nada. Quase 20 anos depois, frente ao corpo de Simão, senti-me o derrotado absoluto: tinham me posto ali porque já não podiam me torturar de outra forma que não fosse a da própria morte, pois é a morte própria que se sente quando se é impotente para evitar a morte alheia a nossa frente. (p. 114).

Acreditamos que esta impotência descrita pelo autor parece caracterizar o sentimento de castração vivenciado quando da interdição do pai. Neste sentido, a lembrança da morte do pai é também a lembrança da autoridade que este exerce, simbolizada pela figura do torturador, e a morte do companheiro de luta, um igual, reafirma que esta é uma luta que não se pode vencer.

A segunda parte se inicia com Tavares narrando os bastidores do golpe civil-militar. Neste momento da narrativa podemos perceber um pouco a veia jornalística do autor, pois, aparentemente, o que ele traz em seu discurso são informações acerca do golpe civil-militar, lembrando, de algum modo, o jornalismo investigativo. Estas características do discurso estão claramente presentes nos dois primeiros capítulos da segunda parte. Já no terceiro capítulo, denominado *A reação moral*, o autor vai discorrer sobre os motivos de ter ingressado na luta armada contra a ditadura:

Em junho de 1964, menos de dois meses e meio após o golpe militar, fiz 30 anos e me senti um velho despedaçado, massacrado pelo peso de ser obrigado a calar-se e pela sensação de começar a viver entre muros, observado, vigiado, fiscalizado. E, portanto, mandado. O isolamento de Brasília [...] talvez agravasse ainda mais essa sensação de não-ter-feito-nada. De ter-me tornado um inútil [...] Daí em diante, o caminho para aderir ou participar da resistência tornou-se cada vez mais curto e mais natural. De fato, não fiz uma opção política: tive uma reação moral. (Tavares, 2005, p. 185).

Do ponto de vista de Fernandes (2008) esta passagem evidencia a mudança de atitude de Tavares (2005) frente às imposições da ditadura. No entanto, para nós, a reação moral de que fala Tavares reflete, sim, a sua posição política. Porque sendo a moral regida pelas configurações sociais e culturais de cada população, com a instauração da ditadura, os costumes e a moral democrática foram pulverizados. Desta forma, podemos dizer que havia a moral dos militares e a moral dos militantes, cada uma respaldada por um ideário político. Temos que pensar aqui o porquê dessa justificativa, que pode estar sendo empregada como

uma forma de não se responsabilizar, de se julgar inocente ou de afirmar não haver outras opções. Podemos notar aqui a inquietude do autor frente à autoridade e a tirania no caso dos militares. Sabemos que a autoridade, em última instância, é representada pela figura paterna e especulamos que, no caso de Tavares, esta reação e relação frente à autoridade poderiam simbolizar um pouco de suas experiências e conflitos pessoais em relação a seu pai.

Tavares (2005), no capítulo *O Atentado*, ensaia algumas considerações a respeito da “lógica” da tortura:

A tortura – como a ameaça – não é uma invenção a esmo e, nela, não há qualquer acaso. É um sofisticado método de incriminação da vítima e nisso está sua lógica e, por isso, se recorre a ela e é ela a deusa absoluta do despostas. Primeiro se tortura ou se ameaça. Depois se interroga. A lógica é precisamente esta: destruir o prisioneiro e tornar natural o medo. O interrogatório guiado pelo terror e pelo medo é que não tem lógica humana. O que se pode tirar de uma pessoa desfeita, sem ânimo, sem metas e sem mitos, que sentiu o gosto ou pressentiu o delírio da destruição ou da morte? O que se tira de um derrotado absoluto? Talvez algo de verdade, sim, mas muito mais a fantasia delirante sobre algum dado verdadeiro e isolado que não representa verdade alguma, muito menos uma revelação merecedora de investigação. (p. 245).

Trinta anos depois da vivência traumática é muito possível que o efeito do *après-coup* tenha possibilitado novas vias de teorização e compreensão da experiência de tortura. Esta compreensão apresentada de forma lúcida e categórica pelo autor surge a partir do processo de autoteorização e de busca de novas traduções para compreender sua experiência traumática. Percebemos, também, que o autor se questiona sobre a falta de lógica humana em utilizar o método da tortura. Talvez, o que escapa ao entendimento seja o sexual, o inconsciente, que permeia a experiência da tortura, e que por sinal é extremamente humano. Assim sendo, a tortura rompe a lógica consciente de mera investigação e, devido à característica da situação, acreditamos que o que esteja operando, no sentido psicológico, seja o pulsional desligado, a sexualidade perversa polimórfica reatualizada pela experiência.

Outra característica da tortura apontada por Tavares (2005) se refere à transformação da vítima em um ser autômato, alheio a suas escolhas:

A derrota tem momentos de enfado, de uma extrema fadiga em que o vencido obedece a tudo, como um autômato, até mesmo para se libertar do peso do fracasso. O

prisioneiro político jamais se sente culpado e é consciente de que não praticou nenhum crime, mas mesmo assim pode ser subjugado pelo inquisidor. (p. 246).

Como vimos, a tortura atua desestruturando tanto o corpo quanto o psiquismo da vítima, colocando-a numa situação na qual sua vida se encontra nas mãos do torturador. Desta forma, suas ações passam a buscar apenas a sobrevivência, podendo a vítima ser comparada a um autômato, como faz Tavares (2005). Em outras palavras, a sexualidade desligada do torturador invade o psiquismo da vítima, comprometendo a integridade do ego, forçando o sujeito a lançar mão de defesas arcaicas que, nas origens, atuaram como estruturantes da instância egóica. Estas defesas, conforme discutimos anteriormente, estão relacionadas ao masoquismo originário presente na SAF, que correspondem às primeiras defesas narcísicas empreendidas pelo ego em formação.

No decorrer de sua narrativa, Tavares (2005) volta ao ano de 1967-68, destinando um capítulo ao relato dos bastidores da ditadura civil-militar brasileira, do contexto político mundial, e fala um pouco sobre seu trabalho como jornalista. Já no capítulo seguinte, Tavares discorre sobre experiências vivenciadas pelos militantes, nos anos de 1965-67. Após estes dois capítulos, que parecem um tanto descontextualizados, o capítulo seguinte, *Morrer em terra alheia*, traz algumas passagens presumivelmente traumáticas vividas pelo autor:

Nessa viagem ao ventre da tragédia, ainda não contei tudo. Nada disse da derradeira prisão, ou sequestro, em que eu fui o sequestrado no estrangeiro, em 1977, em pleno exílio. Nada contei do exílio em si, dos anos em que fui um fantasma, uma ilusão do que quisera ser. Sim, porque no exílio sonhamos mais do que vivemos. O que somos hoje continua a ser o que fomos ontem. (Tavares, 2005, p. 269).

Supomos que os dois capítulos anteriores sejam necessários para “preparar o terreno” para que, em seguida, o autor aborde experiências difíceis de serem narradas. Como em uma análise na qual o paciente não diz tudo no começo, mas que aos poucos vai apresentando informações, por vezes, muito importantes para o andamento do trabalho. Algo semelhante ao já mencionado na análise do livro de Fortes (1988).

Morrer em terra alheia é um capítulo no qual Tavares fala sobre quando no exílio mudou-se do México para a Argentina. O autor viveu no México de 1969 até 1974, quando surgiu uma oportunidade de se mudar para a Argentina e ficar mais próximo do Brasil. Segundo ele: “O México tinha sido, porém, o país imposto, aonde eu chegara sem escolha e,

ademais, era terra distante, lá na América do Norte.” (Tavares, 2005, p. 270). Tavares conta, também, que seu amigo Gláuber Rocha o convenceu de que seu lugar era na Argentina, dizendo que: “Quem vai para o poder na Argentina é a esquerda peronista, é a nossa gente. Lá só se fala em socialismo-nacional!”. (p. 271). O autor então se muda para Argentina em 1974 e passa a trabalhar como correspondente do jornal *Excelsior*, do México. Em 1975 passa a escrever colunas para o *Estado de São Paulo* e em 1976 ocorre o golpe militar na Argentina, “que depôs Isabelita e colocou no poder a Junta militar presidida pelo general Jorge Videla.” (Tavares, 2005, p. 275).

Tavares afirma que “uma dezena de brasileiros tinham ‘desaparecido’ ainda no tempo de Isabelita, mas fazíamos de conta que nada tinha a ver conosco.” (2005, p. 275). Mesmo assim, continua com suas atividades como correspondente dos dois jornais e em 1977, ao viajar a trabalho para Montevidéu, é sequestrado no aeroporto. E assim, como um ladrão que retorna à cena do crime, Tavares volta a viver novamente tudo aquilo que viveu quando estava preso no Brasil. O que nos chama a atenção é que, durante sua narrativa, ele busca argumentos para mostrar que seria uma boa escolha ir morar na Argentina, porém Tavares é impulsionado a se aproximar novamente do perigo. Estamos no terreno da compulsão a repetição:

O exílio já não me protegia, ao contrário, era agora o meu acusador, e tudo recomeçava, mais traumático ainda que em 1969 no Rio. Nessa noite gelada no inverno de Montevidéu, o inesperado de tudo fez-me sofrer mais do que oito anos antes. No Brasil, estávamos em rebelião e a prisão e a tortura eram um risco calculado, ao qual nos expúnhamos. (Tavares, 2005, p. 281-282).

No período em que ficou preso no Uruguai, Tavares, além de ter sido novamente torturado, também foi vítima de duas simulações de fuzilamento, sobre as quais comenta: “Simulados? Agora, mais de 20 anos depois, sei que tudo foi uma simulação porque estou vivo, mas naquela madrugada de 15 de julho de 1977, eu fui executado em terra alheia e morri.” (Tavares, 2005, p. 281). Esta morte da qual nos fala Tavares talvez represente a perda dos ideais pelos quais lutou ou simplesmente a perda da inocência ou da ingenuidade. Tavares finaliza seu livro com o capítulo denominado *De tudo o que passou*, no qual discorre sobre o próprio livro e seus motivos. Aqui o tom confessional chega ao seu auge:

Agora que chego ao fim, pergunto-me o que me angustiou mais: ter vivido o que vivi ou ter lembrado, aqui, tudo o que quis esquecer? Do que contei, tentei não tirar conclusões e preferi que a narrativa concluísse por si mesma, nessas histórias que não inventei e que foram tão-só refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa. Vivida – não inventada –, essa história deixou marcas, cicatrizes, neuroses, patologias da alma e corpo, às vezes diagnosticáveis até no olhar das vítimas – uma mirada atormentada, medrosa e deslumbrada. Ou tímida, recolhida e encapsulada em si mesma. (Tavares, 2005, p. 289).

Neste excerto, presenciamos novamente o paradoxo que envolve as narrativas de experiências traumáticas. Para esquecer, para recalcar, é preciso lembrar, traduzir e reelaborar. Desta maneira, o processo da escrita se defronta com a dificuldade e angústia em descrever situações traumáticas que, ao serem lembradas, reatualizam-se, causando a angústia de que fala Tavares (2005).

Neste capítulo final, o autor ensaia algumas respostas para os questionamentos que realizou ao longo do livro, respostas que supomos serem as novas traduções das experiências traumáticas, viabilizadas pela escrita. Buscando entender este episódio de sua história, o papel que toma para si e para os companheiros é o de vítima:

E nós? Nós fomos vítimas da ditadura, sim, mas, também, vítimas de nós mesmos, da nossa pressa infantil e dos nossos dogmas, que não eram infalíveis, mas inventados. Vítimas da apressada doação e da nossa ingênua generosidade, dessa rebeldia inata que não nos deixava passivos frente à mistificação. Vítimas do medo da sociedade por inteiro, ou – mais que tudo – vítimas da prostituição política, ou vítimas do medo oportunista do emergente setor empresarial de negócios, que se serviu do Estado e se apoiou nos favores dos burocratas que mandavam no Estado para multiplicar a fortuna pessoal. Vítimas, enfim, fomos todos nós desse medo geral que se apossou da nação, que transtornou cada qual e fez que praticamente todos enterrassem a cabeça na areia para não ver ao redor. Na parte que nos cabe, nos enfiámos na areia e nos cegamos, também, pensando que, assim, fugíamos desse medo geral. (Tavares, 2005, p. 291 – 292).

No entanto, suas palavras finais, que demarcam o fim do relato comovente daquele que sentiu e sente na pele os anos de chumbo, Tavares, carregado de emoção e, ao mesmo

tempo, serenidade, apresenta de forma lúcida a culpa da vítima. Aqui a culpa se relaciona à revolta e ao fato de ter sido derrotado e, ao mesmo tempo, pode servir de justificativa para esconder a culpa e a responsabilidade de ter se deixado levar a essa tragédia e, é neste sentido, que esta culpa nos parece ter algo de neurótico. Assumir a responsabilidade de sua história, por sua vez, aparenta a presença de um bom nível de elaboração que, para ser construído, demanda um exercício de auto-interrogação, cujo fim não pode ser alcançado. E é por isso que ao final do livro, Tavares novamente se questiona, anunciando um novo começo, novas traduções.

5. NUANCES DA TORTURA: O DISRUPTIVO, A PASSIVIDADE E A TRADUÇÃO

O horror, tal qual a dor, é algo único e intransferível. E é isto que conto aqui. Perdoai-me se a rudeza choca, faz lacrimejar ou escandaliza: nada foi obra minha. Sou apenas o narrador contando o que sentiu ou viveu. (Tavares, 2005, p. 11).

A partir da análise realizada anteriormente, compreendemos que o terreno do trauma psíquico, devido às suas vicissitudes, seus sintomas e suas consequências, bem como suas causas, deve ser compreendido, em última instância, a partir da constituição psíquica de cada sujeito que foi submetido à tortura. Ou seja, temos que considerar a subjetividade e as experiências vivenciadas anteriormente ao trauma, assim como a constituição e o desenvolvimento psíquico de cada sujeito, que, dependendo de suas experiências, responderá de maneiras diferentes a tais vivências. Estes fatores nos mostram que o trauma psíquico é perpassado por diferentes vetores que podem ocasionar a formação de sintomas mais ou menos graves, porém, o trauma psíquico, na maioria das vezes, deixará vestígios.

As análises individuais de cada uma das narrativas nos possibilitaram levantar alguns pontos específicos, comuns em ambos os casos, que nos ajudaram a compreender melhor o trauma psíquico vivenciado por vítimas de torturas físicas e psicológicas ocorridos no período de ditadura civil-militar brasileira. Estes pontos foram organizados em forma de categorias, que apresentamos a seguir.

5.1. O sexual da tortura e seu aspecto disruptivo

A tortura é uma criação do homem para sujeitar o outro homem, a tortura também é essencialmente humana. Freud, em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996), já havia ressaltado o caráter perverso polimorfo intrínseco ao ser humano, características que não são apagadas em nosso desenvolvimento cultural enquanto homens e sujeitos do conhecimento. Estas características do sexual perverso polimorfo se mantêm, metamorfoseiam-se, são recalçadas para o melhor convívio em sociedade. Freud (1930/2010), em *O mal-estar na civilização*, também já havia dito que é necessário que contenhamos

nossos impulsos, principalmente as pulsões de morte, e nossos desejos para nos mantermos em sociedade.

Porém, no período de ditadura civil-militar no Brasil, foi declarada a guerra “interna” contra o comunismo, sendo que o indivíduo que era contra o sistema era considerado inimigo da pátria, e sabemos que a ideologia da Guerra “facilita”, abre uma brecha para que nosso pulsional desligado possa atuar contra o outro, que já não é mais um semelhante e sim um inimigo. É este pulsional desligado, que faz do outro um inimigo, que deixa Fortes perplexo ao perceber a ironia que antecede o prazer sádico do torturador, conforme aponta Fernandes (2008), assim como “ao descobrir que o opressor não é o outro absoluto, apenas outro ser humano, embaralhando as ideias claras e distintas de bem e mal, vício e virtude, enigma de que não pode dar conta tudo quanto sonha nossa vã filosofia.”, como escreve Chauí (1988, p. VII).

Ao relatar a rotina da vida na prisão, Fortes (1988) traz situações permeadas pelo sexual perverso polimórfico:

E lá vem o PM de plantão, que aciona a descarga instalada no muro do corredor ao lado de fora da cela. Perder a liberdade é também ser privado de qualquer controle sobre os odores próprios e alheios, dos companheiros amontoados nos aromáticos aposentos. Às vezes o guarda demora, não ouve ou anda ocupado demais em conversa fiada com outros comparsas. Infantilização impiedosa e indesejável intimidade, quase cumplicidade entre vítima e algoz, empenhados na mesma tarefa de reprodução cotidiana da celestial mecânica. Promiscuidade infamante, elemento a mais no processo de trituração: como resistir? (p. 23).

Neste excerto, podemos perceber o quanto a vivência na prisão se baseia na dependência. O prisioneiro fica à mercê das vontades de quem o vigia. Há aí uma relação estabelecida, mas o diálogo é desigual. Relação de extrema dependência e assimetria, que faz com que o sujeito se sinta infantilizado. Sabemos que, nas origens, há uma situação desigual entre adulto e criança, na qual o que está em jogo é a sexualidade transbordante do adulto frente à passividade e à inabilidade da criança em conter este excesso sexual. No excerto acima, claramente, a situação é vivenciada como algo excessivo por parte de Fortes: “infantilização impiedosa e indesejável”. Há, ainda, a presença do sexual que se entremostra a partir das fezes, da analidade. Podemos supor que esta posição infantil desencadeie uma regressão, já que, de forma inconsciente, algumas vivências infantis podem ser rememoradas.

Outro exemplo trazido por Fortes (1988) diz respeito a um investigador que gostava de se exhibir:

Há um investigador, corpulento e careca, sempre com um terno azul-marinho, gravata e tudo, que gosta, quase todas as noites, de se exhibir gratuitamente para os presos políticos, embora disfarçado e parecendo entretido exclusivamente com suas vítimas [...] Depois, o careca divertia-se, junto com os colegas, enquanto mandava a prisioneira varrer o pátio interno do pavilhão, dizendo que mais tarde ia comer a negra e já ficando de cuecas em meio à algazarra geral. (p. 24).

Novamente, a sexualidade aparece, e o que nos é interessante, aqui, é a ordenação do relato do autor, que primeiramente fala sobre a infantilização e a dependência vividas enquanto prisioneiro e, em seguida, aborda o exibicionismo do investigador ao maltratar suas vítimas. Sabemos que se há um exibicionista, existe também um *voyeur*. Neste caso, os prisioneiros, inclusive Fortes, estão submetidos ao exibicionismo do investigador, mas, ao mesmo tempo, também participam da cena ao observá-lo. Temos aqui presente, situações comuns da infância que envolvem o mostrar e o ver, e a analidade, que abordamos anteriormente. Assim, ao trazer elementos da sexualidade infantil, o que está em jogo na situação de prisão-tortura é o sexual em sua forma mais perverso-polimórfica.

Tavares (2005) também relata uma cena cujos elementos remetem ao sexual, da qual é expectador:

Os tapas continuaram, o torturador cada vez mais perto, mais perto, até encostar a cara na cara de Ivan, o corpo no corpo de Ivan, sempre lhe dando mais golpes, cada vez unindo mais rosto com rosto, quase beijando a vítima, cheirando-lhe o pescoço, como se aquilo não fosse tortura, mas o êxtase do torturador estuprando o prisioneiro pelos ouvidos. Naqueles longos minutos, olhos esbugalhados, respiração arfante, tocando com a boca a boca da vítima, o torturador não pôde esconder que buscava o paroxismo. De pronto, estremeceu como se chegasse à ejaculação, àquela simples ejaculação que um homem tem com alguém que não ama e que só molha as cuecas e em seguida produz asco. Ou arrependimento. Ou pena. (p. 94).

Nesta cena, o caráter sexual que permeia a experiência de tortura fica evidente. O torturador aqui está gozando de forma sádica, como aponta Fernandes (2008). Qual seria a

mensagem enigmática transmitida para a vítima? Supomos que o perverso polimórfico do torturador é reatualizado na situação de tortura e as mensagens que ele envia são sobretudo intrometidas. Acreditamos que a intromissão aqui se dê a partir do pulsional desligado que subjuga o corpo da vítima de forma parcial. O sexual da tortura é excessivo e, embora o adulto já seja dotado de defesas egóicas, supomos que, em um primeiro momento, nada é traduzido.

A vítima é sujeitada a uma passividade extrema em que não possui controle do seu corpo e dos seus sentidos, e pode se questionar “o que ele quer de mim, além de me torturar?” No decorrer do livro de Tavares (2005), percebemos que ele busca traduções ou novas formas de compreensão da tortura, talvez buscando respostas para esta pergunta, como podemos perceber quando o autor afirma que: “eles não são assassinos, apenas torturadores, o estágio mais alto do Sadismo” (p. 35). Mais adiante, em um excerto já apresentado, Tavares (2005) descreve uma cena de tortura: “... cada vez unindo mais rosto com rosto, quase beijando a vítima, cheirando-lhe o pescoço, como se aquilo não fosse [somente] tortura, mas o êxtase do torturador estuprando o prisioneiro pelos ouvidos.” (p. 94), na qual o sexual está presente na forma de sadismo, ou seja, além da tortura o algoz procura o prazer.

Tavares (2005) relata que um dos momentos mais ultrajantes é ter que se despir frente aos torturadores “e a primeira reação, instintiva, é gritar, num ingênuo gesto de defesa: ‘Não me bota a mão. Deixa que eu tiro.’” (p. 39). Segundo ele, este é:

O momento da mútua corrupção entre a vítima e o algoz. Na crença de que se defende, o prisioneiro obedece e se despe. Nunca chega a tirar as cuecas ou as calcinhas e o sutiã (que são arrancados depois), mas de fato se desnuda, como o torturador quer. O preso se dobra ao carrasco, na ilusão inconsciente de tentar corrompê-lo e atenuar a tortura seguinte, que desconhece mas intui. E o carrasco corrompe mostrando poder, para que se saiba que ele comanda a vida do prisioneiro e pode torturar mais ou torturar menos. (Tavares, 2005, p. 39-40).

Tem-se aí uma tradução da relação entre torturador e torturado, a partir da qual podemos traçar um paralelo com a SAF, estabelecida entre a criança e o adulto. O sexual está presente em ambas as situações e há, também, um sujeito ativo e outro passivo, embora na SAF a criança não compreenda essa passividade frente ao adulto, enquanto que a vítima de tortura sabe e percebe a sua impotência frente ao torturador e à situação.

A corrupção mútua apontada por Tavares (2005), que pode representar a perda da inocência, também está presente no discurso de Fortes (1988):

Há algo que se rompe, pois não é impunemente que se passa pela experiência da prisão, assim como não se passa impune pela experiência de prender e torturar. Contaminação recíproca. Perda de “inocência” de um e de outro lado e profunda crise ideológica de ambos os lados, cujas repercussões até hoje persistem. (p. 28).

Nesta passagem, também apresentada por Fernandes (2008)¹⁶, podemos traçar um paralelo entre esta corrupção e a SAF. Na SAF a criança desperta o inconsciente sexual do adulto, ao passo que o adulto lhe envia mensagens enigmáticas, traumáticas por excelência. Na situação de tortura, o que é despertado no torturador frente a passividade da vítima é, também, a sexualidade infantil perverso-polimórfica, pois se trata de um prazer parcial que transmite o pulsional desligado, extremamente traumático para a vítima, embora esta última já tenha inconsciente constituído.

O excesso que advém das práticas de tortura também se deve à forma parcial como a sexualidade é intrometida no corpo e no psiquismo da vítima. Esta intromissão se dá literalmente pelas vias anais e orais conforme descreve Tavares (2005) acerca dos choques elétricos:

Aos poucos, surgem as variantes do sadismo: molham o chão para que o efeito se amplie da planta dos pés à cabeça, num tremor profundo, e, logo, o cabo metálico chega ao rosto e ao contorno dos olhos, aos ouvidos, às gengivas e à língua. Na sala de torturas, o prisioneiro está sempre nu ou seminú (só de cuecas ou calcinhas) e isto, que em si mesmo já é uma humilhação, facilita o requinte maior do choque elétrico: nos homens, amarrar os fios no pênis, e nas mulheres, introduzir o cabo metálico na vagina. E em ambos, como alternativa final, o choque elétrico no ânus. (p. 39).

Na experiência de tortura, o psiquismo do torturado é invadido por um excesso de alteridade, de forma que os elementos do sexual desligado veiculados pelo torturador permanecem impregnados na psique da vítima, encravados, não traduzidos, à espera de tradução. Esta necessidade de traduzir o excessivo da experiência de tortura é tanta, que

¹⁶ O autor afirma que Fortes tem consciência das transformações psíquicas decorrentes da experiência de tortura e este busca amenizar seu sofrimento a partir da escrita.

Fortes (1988) a compara a um exorcismo, que ilustra a profanação da alma do sujeito e faz pensar em algo como outra entidade atuando no interior do indivíduo:

E hoje o exorcismo que se renova a cada instante, a cada hora, a cada dia, a cada semana, a cada mês, a cada ano, a esperança que rejuvenesce de quebrar as grades, voar, essas grades que continuam, imaginárias, a me comprimir o cérebro. Sonho em reconquistar a integridade e a liberdade, será possível? Como contornar a lógica da tendência se o sabotador, com toda sua malícia, instalou-se dentro da cabeça, enfiou-se no interior do interior, sugando os esforços e comprometendo a objetividade do pensamento? (p. 100).

Fernandes (2008) ao apresentar este excerto discorre sobre a ambiguidade presente no processo da escrita, ou seja, a necessidade de lembrar para esquecer, e associa a noção exorcismo ao desejo de Fortes de livrar-se de um fardo que carrega. Para nós, se pensarmos na lógica do *après-coup*, é de se supor que a mensagem é revivificada como encravada, porém há a tentativa de elaboração/tradução a partir da escrita, bem como um movimento de interrogar-se que abordaremos mais adiante. Vejamos que neste relato é bastante presente a noção econômica do trauma, este último que, devido ao seu excesso, obriga o ego a lançar mão de defesas e buscar, a qualquer custo, eliminar ou ligar esta energia desligada.

Esta noção de uma entidade que age no interior do indivíduo enquanto corpo estranho nos aproxima da proposta de Cardoso (2000) a respeito do superego, que pode nos ajudar a compreender o mecanismo do trauma psíquico:

Considerar o superego como um “corpo estranho” rebelde ao esquema de metabolização-recalcamento, como um *enclave*, significa, por um lado, desprende-lo do sistema do ego; por outro, distingui-lo do recalcado, do id. Esta dupla consequência vem inaugurar uma outra direção na metapsicologia do superego. (p. 33).

A ideia da autora é conceber o superego enquanto um herdeiro do trauma originário e não do complexo de Édipo, como propõe Freud. Desta maneira, o superego estaria do lado do fracasso radical de tradução, nada seria traduzido e permaneceria no inconsciente encravado. Os estados traumáticos, por sua vez, representam um fracasso em traduzir, já os enclaves se formariam a partir de um fracasso de tradução. (Cardoso, 2000).

Diante da impossibilidade de traduzir e de des-traduzir, o sistema do ego transborda. Esse transbordamento corresponde, de fato, à ação da des-ligação, esta última implicando não apenas que o sistema egóico seja transtornado, mas também que o ego volte contra si mesmo os aspectos que o atacam. O ego aqui é passivo em relação ao superego, em relação a esse representante da “realidade da mensagem”. (Cardoso, 2000, p. 34).

A partir deste modelo, podemos propor algumas considerações para a compreensão do mecanismo do trauma. É bastante aceitável que o sujeito frente ao trauma também se encontre em um estado que o impossibilite de traduzir e destraduzir, isto se deve ao excesso traumático que invade o psiquismo e ocasiona o transbordamento do ego. Desta forma, o ego se encontra desprovido de defesas frente ao desligamento pulsional ocasionado pelo trauma, este último agora vivido do interior (autotrauma). Podemos pensar que no instante traumático, o psiquismo é inundado pelo pulsional desligado, que compromete a integridade do ego, que, sem recursos para lidar com ele, precisa recorrer a mecanismos de defesa mais arcaicos relacionados à estruturação egoica. De acordo com Carvalho (2012), “face ao acontecimento traumático, o sujeito encontra-se completamente desamparado, o que reproduz necessariamente a situação de passividade originária.” (p. 96). Assim, compreendemos que o que ocorre é uma regressão à fase de constituição psíquica, semelhante ao momento do trauma originário, na qual o ego lança mão de defesas narcísicas, tais como o masoquismo originário, a fim de estabelecer barreiras frente ao excesso.

5.2. Impotência e passividade frente ao trauma

As vivências de tortura são semelhantes porque a técnica de tortura segue uma padronização e o fim é sempre o mesmo: quebrar o sujeito de fora pra dentro, romper defesas, sejam elas físicas ou psíquicas, causar desespero, espanto e horror. Visa, a partir da técnica, levar o sujeito a um estado em que confessar ou assumir determinado fato se torne quase instintivo, pois se resume em viver ou morrer. Talvez o caráter animalesco e desumano da tortura esteja aí. E é também daí que, em partes, decorre a sensação de desamparo e impotência frente ao trauma e ao torturador. Este desamparo pode vir sobretudo do fato de que o sujeito não pode, e sabe que não pode, fazer nada que o salve.

A sensação de impotência frente ao trauma permeia o primeiro capítulo do livro de Tavares (2005). Apresentamos aqui, novamente, o sonho aparentemente traumático relatado pelo autor em seus primeiros capítulos, pois ele nos ajuda a pensar sobre essa sensação que invade o ser do sujeito torturado:

Ao longo dos meus dez anos de exílio, um sonho acompanhou-me de tempos em tempos, intermitente. Repetia-se sempre igual, com pequenas variantes. Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos como um parafuso solto. E como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a parafusá-lo, encaixando-o entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, no seu lugar de sempre. Sonhei no México, em 1969, com meu pênis saindo-me pelas mãos, seguro na palma esquerda, com os dedos da mão direita buscando sentir, aflitos, se ele ainda pulsava, se o sangue nele corria, se meu sexo ainda vivia. (p. 19).

Este excerto nos toca de forma tal que podemos perceber de modo concreto, digamos, o quão invasivo pode ser o trauma de tortura. Estes são os sonhos traumáticos, os mesmos que Freud (1920/2010) abordou em *Além do princípio do prazer*, ao estudar o trauma dos combatentes da Primeira Guerra Mundial. Assim como Fernandes (2008), supomos que o pênis solto e que escapa às mãos parece ter um sentido quase evidente de castração. De fato, essa última é feita de todas as maneiras na tortura, seja de forma simbólica, seja de forma concreta. Mas o pênis escapando-lhe pode muito bem relacionar-se com não ser dono de seu próprio destino, pois agora fora invadido pelo torturador, o que não deixa de ter a ver também com castração.

A impotência da vítima é proporcional à onipotência do torturador. Este último se encontra em uma posição de controle e sujeita a vítima psíquica e fisicamente. Quando não há o risco de morte da vítima, é ele quem decide quando parar ou continuar a tortura. É o torturador que controla a vida e a morte da pessoa, muitas vezes, até impede a vítima de cometer suicídio.

A impotência frente ao trauma de tortura é inerente à própria situação de tortura, na qual há sempre uma vítima indefesa submetida às mais variadas sevícias no corpo. A impotência é sentida no corpo com a debilidade física que a tortura provoca, mas, sobretudo, é sentida no psiquismo a partir do trauma, dos sonhos traumáticos e da compulsão a repetição. Podemos aproximar esta situação de impotência e passividade com a noção de trauma originário, que todos nós vivenciamos, e que Laplanche (1987/1992) relaciona ao momento

da SAF. Nas origens do psiquismo, o infante também é impotente frente à invasão do inconsciente sexual do adulto e, também, frente a qualquer abuso corporal que o adulto pode lhe infringir. É neste sentido que a relação é permeada pela atividade-passividade.

Temos que ressaltar, porém, que assim como a criança, que nas origens é passiva, o sujeito vítima de tortura buscará traduzir e elaborar este excesso advindo do trauma, como a criança o faz com suas pesquisas e curiosidades. Mas há uma diferença: temos que considerar o caráter violento da tortura que culmina com a intromissão da mensagem que impossibilita ou dificulta o processo ativo de tradução e faz com que o sujeito não saia da passividade.

Tavares continua relatando a experiência dos sonhos

Pouco a pouco, o sonho repetido fez que eu sonhasse também que já havia me habituado com o pesadelo e que até confiava nele. Sonhava, então, com a solução do sonho da noite anterior, como minha capacidade de novamente parafusar e encaixar meu sexo, e me esvaía em ansiedade. Algumas vezes eu o ajustava apertando a carne nos lados, como terra fofa ao redor de uma planta num vaso úmido. A respiração subia ou descia à medida que meus olhos, fechados no sono do sonho, nele identificavam uma cor vermelho-encarnada, significando que meu sexo vivia e podia voltar a seu lugar. (2005, p. 20).

O sonho em si já implica na tentativa de traduções e podemos perceber que Tavares apresenta soluções para o sonho e o interpreta, construindo um significado. Aqui podemos demarcar, então, o papel ativo do autor, que assume uma posição de hermeneuta, com a função de ressignificar/elaborar a vivência traumática. Muitos encontram a saída na escrita, no relato, a partir de depoimentos e fazendo terapia. Como vimos, anteriormente, a elaboração é facilitada com e a partir do reconhecimento social, neste sentido envolve sempre o outro. No caso do escritor, escreve-se para um público, o que já implica o social, ou seja, a escrita sempre é endereçada a alguém. Desta forma, ela compreende uma relação entre autor - leitor e estabelece um vínculo, possibilitando dar um sentido ao desligado, representa-lo a partir do texto.

No próximo excerto, percebemos outra função da escrita:

No entanto, eles quase tinham conseguido me quebrar, restando-me agora, como único recurso, como único antídoto e contraveneno, a metralhadora de escrever, o alinhamento das palavras, o arado sobre a folha branca, a inscrição como resposta. É

aqui, neste exato momento, que trava a luta. Cada traço inscrito é um tiro, é um golpe, il n'y a de bombe que le livre, cada linha é lança, gume, faca que penetra na carne dura do inimigo vário. Plural... (Fortes, 1988, p. 102).

Percebemos que Fortes (1988), aqui, utiliza sua escrita como forma de se colocar em uma posição ativa, mesmo após a vivência de impotência e passividade frente ao trauma. De certa forma, a escrita permite que ele possa se vingar do seu carrasco, que agora tortura-o a partir de seu interior.

Podemos supor, também, que a impotência é vivenciada pelas vítimas de tortura frente ao regime ditatorial que se impõe como imbatível e destece todas as ilusões da instauração de um regime socialista. Supomos que quando estas ilusões, que amparam o militante, são desfeitas/destraduzidas, o sujeito vivencia a passividade frente ao luto e ao desligamento pulsional.

Podemos perceber, no relato de Fortes (1988), este destecer de ilusões:

Assim também, entre aquelas quatro paredes encardidas da sala minúscula, a cada físgada elétrica vai-se tecendo a argumentação virulenta cuja eficácia faz desabar as ilusões que ainda nutríamos sobre a realidade da vida nacional; a socrática representação desmorona, as entranhas do regime se entremostam, pulverizando os malabarismos ideológicos dominantes. (p. 15).

Este desabar de ilusões do qual nos fala Fortes (1988) remete a pensar no momento de “demolição” descrito por Viñar (1992). Segundo o autor, a “demolição é a experiência do desmoronamento e da loucura ... que desloca o indivíduo de seu mundo amado e investido para o colocar diante de um buraco sinistro, repleto de vergonha, de humilhação, de urina, de horror, de dor, de excrementos.” (p. 47). Esta demolição faz com que o mundo interno/externo do indivíduo torturado, que era antes por ele investido, se transforme em um objeto de rejeição, temor e até mesmo vergonha. Percebemos que o engajamento político dos indivíduos influencia no modo como eles enfrentam a tortura, podemos dizer que quanto mais engajado era o sujeito nas lutas contra a ditadura, mais ele sofre com este momento de desilusão e perda de tudo que um dia acreditou. A explicação se dá pelo próprio nível de investimento libidinal do qual o sujeito lança mão ao adentrar no mundo do fanatismo político. Este investimento resulta, muitas vezes, em abandonar a família, abandonar o próprio nome e viver em clandestinidade.

Para compreender melhor podemos comparar tal situação com o que Freud (1917/2010) descreve em *Luto e Melancolia*. O autor afirma: “Via de regra, luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc. Sob as mesmas influências observamos, em algumas pessoas, melancolia em vez de luto.” (p. 128). Percebemos que, segundo o autor, a perda de ideais (os ideais comunistas), a perda de liberdade (no cárcere) e a perda da pátria (exílio) desencadeiam processos de luto que, por vezes, se tornam patológicos (se transformando em melancolia devido a uma predisposição psíquica). Desta maneira, compreendemos que as vítimas de tortura passam por uma série de processos de luto, luto pelo corpo que não é mais o mesmo, luto pela perda de ideais, luto pela perda de liberdade e o luto pela perda da pátria, a partir do exílio, quando é esse o caso.

O processo de luto, de acordo com Freud (1917/2010), é compreendido economicamente da seguinte forma: há a perda de um objeto amado, altamente investido, isto demandará a retirada das conexões estabelecidas com esse objeto. Porém, essa retirada do investimento, já realizado, não ocorre de maneira simples, pois geralmente o ser humano tem dificuldades em abandonar essa posição libidinal. Por vezes, o sujeito é tão apegado ao objeto perdido que chega a se afastar da realidade. Porém, o normal é que a realidade impere. O processo de luto ocorre de maneira lenta e demorada, demandando um grande investimento de tempo e trabalho psíquico. Neste longo período do processo de luto o objeto perdido permanece vivo na psique, fazendo com que todas as conexões com o objeto sejam superinvestidas, para que, em seguida, ocorra o desligamento libidinal. Laplanche (1992/1996, citado por Rodrigues, 2013) compara o processo de luto ao mito de Penélope, que tecia e destecia seu sudário a espera de Ulisses, e o entende enquanto um movimento de destruição-tradição

Temos que pensar que o processo de luto, no caso dos militantes, se dá em um segundo tempo, o tempo em que o sujeito começa a pensar o quão utópica foi a sua militância contra o regime.

Regime hipócrita e todo poderoso de um lado. De outro, grupos de combatentes decididos, mas amadorísticos, com escasso apoio popular, cegos pelas suas estreitas categorias teóricas ou pela fé ingênua nas virtudes do militantismo radical, acreditando que um assopro seria suficiente para conduzir à conflagração geral, à avassaladora explosão das massas enfurecidas, pondo abaixo o edifício da iniquidade. (Fortes, 1988, p. 34).

O sujeito, ao repensar, em um segundo tempo, a militância e toda a ideologia que a envolve e o protege de certa forma, passa a reconhecer que tudo aquilo foi em vão, que todas as experiências, traumáticas, não tiveram efeito contra o sistema e que tudo não passou de utopia. Todo aquele investimento na causa se esvai, junto com as traduções amparadas no ideário marxista. A partir disso, a tendência psíquica é a destruição, a retirada do investimento libidinal destes objetos. É desta maneira que podemos considerar que além das vivências traumáticas da tortura e todas as suas consequências devastadoras para o psiquismo, a vítima ainda tem que lidar com o luto das crenças de um mundo socialista.

Retomando a metáfora do “exorcismo” empregada por Fortes (1988), na qual o trauma pode ser compreendido enquanto um excesso de alteridade que subjuga o indivíduo em seu âmago, temos o quão impregnada se torna a alma da vítima com a presença do demoníaco. Ponto esse que nos faz refletir acerca do pulsional desligado presente no processo do próprio luto, pois este também visa desfazer conexões com o objeto, seja ele real ou imaginário. Assim, podemos supor que a situação de tortura faz com que o indivíduo tenha que lidar de duas formas com pulsional desligado, seja a partir do trauma ou a partir do processo de luto.

5.3. Interrogar-se para traduzir: a filosofia do trauma

Nas narrativas analisadas, percebemos a necessidade dos autores de recontar suas histórias a partir da escrita e historicizá-las a seu modo. Esta necessidade se dá por meio da pulsão que se impõe ao sujeito e lhe impulsiona a traduzir, mas estas características de imposição e de insistência deixam aparente o caráter intrometido da mensagem, que podemos comparar ao que emerge enquanto, como nos diz Laplanche (1987/1992), imperativo categórico vindo do superego, do tipo decifra-me ou te devoro. E, de acordo com Cardoso (2011), “aquilo que não pode ser traduzido tende a se repetir como um imperativo, o que em muito difere da condição propriamente neurótica.” (p. 78).

Mas como traduzir, se o imperativo não se transmuda em nada, senão nele mesmo? Como fugir do ciclo de repetição?

A escrita é um caminho na tentativa de elaboração do traumático, mas, para se chegar até ela, há que se abrir novas vias autoteorizantes. Em ambos os livros por nós analisados, percebemos de forma recorrente e repetitiva a presença de muitos pontos de interrogação e

perguntas realizadas pelos autores durante a narrativa. Este fato nos chamou a atenção. Para que tantos questionamentos? Por que tantas perguntas (por vezes, sem respostas)?

Na introdução de seu livro, Tavares apresenta vários questionamentos acerca dos motivos que o levaram a escrever:

Por que lembrar o major torturador, os interrogatórios dias e noites adentro? Por que trazer de volta aquele sabor metálico do choque elétrico na gengiva, que me ficou na boca meses a fio? Por que lembrar a prisão em Brasília ou no Rio de Janeiro ou nos quartéis de Juiz de Fora? Para que recordar aquelas reuniões clandestinas, intermináveis, em que debatíamos na ansiedade de nos aproximávamos uns aos outros como irmãos que brigam, se irritam e se odeiam na fraternidade do perigo? (2005, p. 13-14).

Fortes também se questiona sobre os motivos de sua escrita, e propõe algumas respostas:

A única coisa que sou capaz de dizer no momento é que se as escrevo – as memórias – é para dar a mim mesmo, conceder-me em benefício próprio, uma ‘ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA’, já que ninguém me concede. Por que não? Quem impede? Uso deste espaço para não deixar que tudo se perca, se evapore. E continuo dizendo dessa forma canhestra e imprecisa, infiel e abstrata. O fato é que tudo mudou, que era o mundo antes, o meu, bem diferente. E tudo vai ficar por isso mesmo? Eles torturaram, mataram, destruíram, tripudiaram, achincalharam, humilharam e continuam aí, juízes finais, são eles que decidem o que é certo ou errado, o que é bom ou mau. (1988, p. 80-81).

Fernandes (2008) afirma que os motivos da escrita de Fortes advêm da obrigação do registro histórico, de sua necessidade pessoal de elaboração e da vontade de esquecer estas experiências. Assim, percebemos que no processo de escrita, para que possa traduzir e elaborar, o sujeito precisa rememorar e narrar o trauma. É aí que se encontra o paradoxo do trauma: para esquecer é preciso, primeiro, rememorar. Embora o que o escritor busque seja esta anistia de que nos fala Fortes (1988), que permitirá o esquecimento da figura do torturador que invade o psiquismo do torturado, esta só é possível a partir da lembrança e da revivescência do trauma. Revivescência esta que não pode ser sua simples repetição, mas a

repetição que abre caminho para o novo, para novas traduções possíveis, que dê novos sentidos ao que é da ordem do encravado.

Acreditamos que a abertura deste novo caminho se inicie a partir do processo de auto-interrogação. Podemos comparar o interrogar-se com a curiosidade infantil, processo de autoteorização que corresponde às primeiras traduções por parte do infante. No adulto torturado, a dificuldade em iniciar o processo tradutivo é maior, devido à intromissão da mensagem, que se encontra em estado bruto no psiquismo, em decorrência da violência do trauma. É a partir da auto-interrogação que o sujeito é impulsionado a procurar respostas a estas mensagens. Assim, propomos que o interrogar-se é necessário para a tradução, ou seja, o processo de questionamento se relaciona com a capacidade do sujeito em iniciar o processo de tradução para, em seguida, buscar metabolizar a mensagem intrometida. Estas mensagens, que se encontrariam no “limbo” proposto por Laplanche (2003), seriam reativadas, impulsionando o sujeito a realizar traduções pré-conscientes, que confeririam novas significações para aquilo que até então era inominável. Desta forma, a escrita atua como uma ferramenta que contribui para a elaboração do trauma, pois envolve um processo mental que ajuda o sujeito a elaborar questões, fazer conexões e realizar ligações.

No decorrer de suas construções narrativas, os autores vão tecendo questionamentos e, ao mesmo tempo, formulando algumas respostas e elaborando traduções mais complexas. No entanto, percebemos que os autores deixam muitos de seus questionamentos e respostas em aberto, sem os concluir. Acreditamos que, embora a escrita contribua com o processo de elaboração, algumas das interrogações permanecerão sem respostas, pois o que está sendo questionado é da ordem do inconsciente, do encravado. E também, como propõe Laplanche (1987/1992), sabemos que a tradução é um processo que nos acompanha a vida toda, pois da tradução sempre sobram restos, que continuam a nos impulsionar para novas traduções.

Assim, percebemos que Tavares, ao final de seu texto, embora já apresente um nível de elaboração estruturado, continua a interrogar-se:

De onde me vem esse ardor de perigo, essa paixão pela morte que não morri? Por ser um sobrevivente? Ou, ao contrário, cultivei a morte, corri perigos que todos acharam absurdos, me expus onde nada exigia exposição, exatamente porque fui sempre um neurótico, comprometido com a morte ou, pelo menos, com o risco exacerbado e gratuito?

Terei namorado sempre a morte? Sem coragem para o suicídio – esta aflição dos adolescentes e jovens da minha geração no sul do Brasil -, terei optado por esse

caminho da luta armada, mesmo quase sem armas, porque isso disfarçava tudo, principalmente a falta de coragem para me matar de forma mais direta, desiludido de uma sociedade falsa e injusta ou (mais fútil e mais simples) deprimido pela frustração amorosa de jovem?

Ou sou o nihilista que sou, íntimo das mortes que sofri (e que safei), exatamente porque vi e senti tudo de perto e, mais que de perto e não só na retina, também nas entranhas? Ou está tudo na mente, na consciência, e este namoro, fruto da depressão crônica, é o que me restou da loucura de ser gente e não poder ser santo, muito menos deus? Ou foi tudo paranoia e só paranoia, como diria a psicanálise?

Ou, mais simples, tudo foi lúdica aventura, essa volúpia pelo perigo e pelo frio (que me seduz até hoje) e que a nossa entrega da juventude transformou na ilusão da utopia? (2005, p. 292-293).

Esses questionamentos abrem caminho para traduções outras, talvez mais complexas e profundas, que continuarão a impulsionar o autor no caminho da autoteorização.

Por fim, podemos depreender que o modo como este interrogar-se vai ocorrer dependerá da forma como se deu a vivência traumática, dos recursos psíquicos do sujeito e dos assistentes de tradução presentes em seu meio cultural, social e familiar. Neste sentido, consideramos as traduções produzidas por Tavares (2005) mais elaboradas, em relação àquelas apresentadas por Fortes (1988), fato que pode estar associado ao tempo em que cada uma das narrativas foi escrita, evidenciando a ação do *après-coup*, já que Tavares iniciou seu processo de escrita com um distanciamento de quase 30 anos em relação à vivência traumática, enquanto Fortes, presumimos, o fez poucos anos após as experiências de tortura.

Acreditamos que nem todas as pessoas que passaram por situações traumáticas como a tortura irão realizar um processo de auto-interrogação como o percorrido pelos autores das narrativas que analisamos. Muitas pessoas podem chegar a este processo a partir da ajuda encontrada em seu meio social, outras encontrarão uma saída a partir da análise, muitos buscam na escrita um amparo, outros continuam na militância, na política, e há aqueles que realmente sucumbem às mazelas do trauma de tortura e acabam enlouquecendo ou até mesmo cometendo suicídio, como no caso de Frei Tito de Alencar¹⁷.

¹⁷ Ver Livro Batismo de Sangue – Frei Betto.

6. PARA CONCLUIR: O QUE A TSG TEM A DIZER SOBRE O TRAUMA DE TORTURA?

Ao chegarmos ao final deste trabalho, consideramos importante retomar as hipóteses iniciais que serviram de balizadoras para o desenvolvimento do estudo. Tivemos como hipótese inicial a ideia de que a situação de tortura reatualiza elementos semelhantes à vivência da SAF. Porém, nos casos de tortura, as mensagens emitidas seriam, em sua maioria, vivenciadas enquanto intromissão por parte de seu receptor, devido à característica violenta da situação. Estas mensagens se relacionam com a noção de inconsciente encravado, que corresponde à instância psíquica depositária das mensagens que não passaram pelo crivo da tradução, justamente pelo fato de terem sido intrometidas com violência. Outra hipótese que expomos aqui é a de que as narrativas de testemunho, escritas ou contadas por sobreviventes de tortura, podem dar início às primeiras traduções destas mensagens intrometidas. O escrever ou falar envolveria, então, o processo de temporalização ou elaboração das vivências traumáticas de tortura. Ressaltamos que são hipóteses aparentemente óbvias, mas que permitiram a abertura para tecermos novas considerações sobre o trauma e sobre a tortura.

A vivência de tortura pode ser comparada com a SAF a partir de algumas das características desta última, que são: uma relação originária, assimétrica, de atividade-passividade que ocorre entre uma criança e um adulto, traumática por excelência.

A situação originária compreende a relação entre infante e adulto enquanto uma relação assimétrica, na qual o adulto possui um psiquismo mais completo, mais integrado e ao mesmo tempo cindido, pois já está “dotado” de inconsciente, defesas elaboradas, ego id e superego, enquanto que a criança se encontra em um processo bastante inicial de desenvolvimento psíquico. A relação entre torturadores e torturado, por sua vez, é estabelecida entre adultos, “dotados” de inconsciente. Mas há uma forte assimetria, como foi visto, que decorre da impotência da vítima de tortura frente ao trauma, já que o estado de debilitação do corpo do sujeito torturado provoca, também, a debilidade de seu psiquismo, que se encontra sobrecarregado devido ao excesso com o qual tem de lidar. As defesas do ego, então, já não funcionam da mesma maneira que antes da tortura, já que, tal como vimos, o indivíduo responde ao trauma a partir de defesas psíquicas mais arcaicas, como o masoquismo originário, que visam a reestruturação egoica.

Em relação à situação de atividade-passividade, dissemos anteriormente que a criança recebe passivamente as mensagens enigmáticas advindas do adulto, que se encontra em uma posição ativa. Na criança, porém, em um segundo momento, a partir de suas primeiras

traduções, inicia-se um processo de atividade em relação às mensagens, buscando metabolizar os significantes advindos da relação originária. A criança é, sobretudo, passiva frente à realidade da mensagem. Podemos acrescentar aqui, que a criança é totalmente dependente do adulto para sua sobrevivência e desenvolvimento físico e psíquico, pois, é o adulto quem a ampara tanto no aspecto autoconservativo, quanto no psíquico, ao lhe fornecer os assistentes de tradução necessários.

As práticas de tortura também são perpassadas por uma relação de atividade-passividade e podemos conceber que a vítima ocupa uma posição passiva, pois o torturador impõe ao torturado uma dependência extrema, na qual o torturador é onipotente e pode fazer o que quiser com a vítima, até mesmo decidir se ela morre ou vive. O torturado também pode ser colocado em uma posição infantil, quase fetal, quando posto no pau-de-arara e, muitas vezes, o algoz leva sua vítima a não possuir mais controle sobre as suas necessidades fisiológicas, pois, devido aos eletrochoques, muitos urinam e defecam nestes momentos. A vítima de tortura se encontra totalmente sujeitada ao torturador. Ao lado da vítima o sentimento de impotência impera, embora muitos busquem outros artifícios para se manterem ativos na situação, com tentativas de manipular os torturadores, dando a eles informações falsas ou não lhes contando absolutamente nada.

A relação originária (SAF) também é considerada uma situação traumática por excelência, haja vista as implicações das mensagens enigmáticas no psiquismo do infante. Nas práticas de tortura podemos conceber que a relação também é, no mínimo, traumática, porém temos que considerar que as mensagens recebidas nesta situação são, em sua maioria, vivenciadas *a posteriori* enquanto intromissão, devido à violência das práticas de tortura. Esta intromissão veicula, tal como já dissemos anteriormente, principalmente o pulsional desligado do torturador, que é reativado pelo polimórfico-perverso contido na própria situação de tortura, talvez até na própria ideia de tortura, que inunda o psiquismo da vítima atuando na desconstrução de traduções relativas à situação originária ou referente a traumas anteriores. Estas traduções ou ligações, quando desfeitas, são experimentadas pelo ego como algo excessivo, pois o que é veiculado é o pulsional desligado. Propomos também que o trauma, dito atual, reatualiza lembranças de traumas anteriores e, devido à especificidade da tortura, esta reatualização pode remeter a tempos mais arcaicos, ao período da SAF.

As mensagens intrometidas veiculadas na situação de tortura, quando não suficientemente traduzidas, podem ser retransmitidas de geração em geração. Desta forma, as crianças em contato com pais ou parentes vítimas de tortura acabam vivenciando este trauma, dito transgeracional. Sem ter condições de traduzir ou elaborar estes traumas no seio familiar,

devido ao silêncio que muitas famílias estabelecem, estas crianças também sofrem com o silenciamento de toda a sociedade, pois, no caso do Brasil, o processo de restauração da verdade e a investigação sobre os diversos crimes do período de ditadura civil-militar, iniciou suas atividades com a criação da *Comissão Nacional da Verdade*, há pouco mais de dois anos, ainda em andamento, e não se sabe se ela vai alcançar êxito em sua tarefa de desvendamento. Desta maneira, os filhos dos desaparecidos e presos políticos se encontram desamparados e sem acesso aos assistentes de tradução fornecidos pelos pais e familiares, mas também àqueles vindos do meio social e cultural, que constituem o inconsciente mito-simbólico. (Laplanche, 2003). Assim, acreditamos que os documentos e testemunhos escritos ou falados, durante o decorrer desta comissão, podem atuar tanto no nível de elaboração do traumático de cada sujeito vítima de tortura, quanto no âmbito social, fornecendo ajudantes de tradução necessários para que outras vítimas da repressão ditatorial busquem, a partir disso, elaborar seus traumas individuais.

Em nosso terceiro capítulo, discorreremos acerca da literatura de testemunho e seu papel enquanto possível instrumento de elaboração do trauma. Consideramos que a escrita auxilia neste processo, porém, percebemos que pode haver outro mecanismo que auxilia na elaboração do trauma. Acreditamos que o autointerrogar seria este auxiliar que, por sua vez, iniciaria o processo tradutivo possibilitando a abertura de novas vias autoteorizantes para lidar com o traumático. Propomos, então, que o interrogar-se seria uma pré-condição para traduzir e impulsionaria o sujeito a buscar respostas, rompendo com o “fetichismo narrativo” (Santner, 1992 citado por Fernandes, 1988), que caracterizamos pela recusa em traduzir. No entanto, acreditamos que nem todos que vivenciaram situações traumáticas possuem recursos para iniciar este processo autoteorizante, necessitando buscá-los por outras vias, que podem ser: a partir do meio social, da análise, da escrita, da militância, da política e, em última instância, do suicídio.

Para finalizar, um dos questionamentos que nos ajudaram a pensar a temática: Por que, de maneira geral, a tortura choca?

Por que nós a bestializamos, animalizamos para torná-la algo distante, algo desumano, e quando isso ocorre, há o recalque. E o que recalamos é a sexualidade em seu sentido demoníaco, seu sentido extremo e agressivo, aquilo de que Freud nos fala nos *Três Ensaio*s, o perverso-polimórfico e que em seu *Mal-estar*, ao nos advertir que, para convivermos em sociedade, há que existir o recalque pulsional.

Dito isso, podemos afirmar que a tortura é violenta, cruel e nojenta, sim, mas é acima de tudo humana, demasiado humana.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, F. C. B. (2011). A metapsicologia do masoquismo em Freud e Laplanche. *Estudos de Psicanálise*, (36), 55–68.
- Andrade, F. C. B. de. (2012). Masoquismo e mensagem enigmática: para que rimar amor e dor?. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 453-462. Retrieved September 28, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000300011&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1413-73722012000300011.
- Azevedo, D. (2012). *Travessias torturadas: direitos humanos e ditadura no Brasil 1964 - 1985*. Natal: CDHMP.
- Alves, M. M. (1996). *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova.
- Betto, F. (1983). *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. (6ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brasil: nunca mais. (1985). *A tortura tomo V*. (Vol. 1). São Paulo: Arquidiocese de São Paulo.
- Becker, D., Castillo M. I., Gomez, E., Kovalskys, J., & Lira, E. (1990). Psicopatología y proceso psicoterapéutico de situaciones políticas traumáticas. En I. Martín-Baró, *Psicología social de la guerra: trauma y terapia* (pp. 46-52). San Salvador: UCA.
- Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos da pulsão, destinos do sujeito*. (K. B. Behr, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Trabalho original publicado em 1993).
- Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2009). *Direito à memória e à verdade: história de meninos e meninas marcados pela ditadura*. Brasília: Autor.
- Capiberibe, J. (2012). *O golpe militar de 1964*. Recuperado em 15 de maio, 2013, de <http://desarquivandobr.wordpress.com/2012/03/29/o-golpe-militar-de-1964/>
- Candido, A. (1988). Prefácio. In L. R. S. Fortes, *Retrato Calado* (pp. ix-xiii). São Paulo: Marco Zero.
- Cardoso, M. R. (2000). O superego: em busca de uma nova abordagem. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 3(2), 26-41.
- Cardoso, M. R. (2011). Das neuroses atuais às neuroses traumáticas: continuidade e ruptura. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 1(14), p. 70-82.

- Cardoso, C., Calhau, J., Knijnik, L., Kolker, T., & Vital, V. (2009). Efectos transgeneracionales de la violencia de Estado. En M. Lagos, V. Vital, B. Brinkmann, & M. Scapucio (Orgs.), *Daño transgeneracional: consecuencias de la represión política en el cono sur* (pp. 249-325). Santiago: LO M.
- Carvalho, M. T. de M., (2012). Sofrimento psíquico, acontecimento traumático e angústia pulsional. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 487-497.
- Chauí, M. (1988). Apresentação. In L. R. S. Fortes, *Retrato Calado* (pp. i-viii). São Paulo: Marco Zero.
- Conte, B. de S. (2002). *Prazer e dor: o masoquismo e a sexualidade*. Porto Alegre: Criação Humana.
- Coimbra, C. M. B. (2001). *Reparação do Crime de Tortura*. PDF. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www.slab.uff.br/textos/texto72.pdf>>.
- Costanzo, M. A., & Gerrity, E. (2009). The effects and effectiveness of using torture as an interrogation device: using research to inform the policy debate. *Social Issues and Policy Review*, 3(1), 179-210.
- Documentos revelados. Disponível em: www.documentosrevelados.com.br
- Endo, P. C. (2009). Violência, elaboração onírica e o horizonte testemunhal. *Temas em Psicologia*, 17(2), 343-349.
- Faúndez, X., & Cornejo, M. (2011). Aproximaciones al estudio de la Transmisión Transgeneracional del Trauma Psicosocial. *Revista de Psicología*, 19(2), 31-54 de: <http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RDP/article/viewArticle/17107/17837>
- Ferenczi, S. (1933). Confusão de língua entre os adultos e as crianças. A linguagem da ternura e da paixão. In S. Ferenczi, *Obras completas de Sándor Ferenczi*. (Vol. IV). (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1992).
- Fernandes, F. F. (2008). *A escrita da dor: testemunhos da ditadura militar*. Tese de doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Fortes, L. R. S. (1988). *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero.

- Freire, C. P. (2009). *As marcas da tortura engendrada pela ditadura militar brasileira*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação da escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Freud, S., & Breuer, J. (1996). Estudos sobre a histeria. In: S. Freud, *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. II). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1996). Carta 52. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. III). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S. (1996). Carta 69. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1897).
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996). Luto e Melancolia. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (1996). Moises e o monoteísmo. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1939).
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. XIV). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (2010). O eu e o Id. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. XVI). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. XVIII). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Gómez, E. (1985). La tortura como experiencia traumática: perspectivas del daño. *Seminario La Tortura en America Latina*. (pp. 117-122), Montevideo. de: <http://www.smu.org.uy/dpmc/pracmed/temas/ddhh/tortura/a59-63.pdf>
- Green, A. (1994). *O desligamento: psicanálise, antropologia e literatura*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971).

- Kehl, M. R. (2010). Tortura e Sintoma Social. In E. Teles & V. Safatle (Orgs.), *O que resta da ditadura* (pp. 123-132). São Paulo: Boitempo.
- Kolker, T. (2010). Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). *Tortura*. Brasília: Secretária de Direitos Humanos.
- Konder, R. (1978). *Tempo de Ameaça*. São Paulo: Alfa-Omega.
- Kordon, D., & Edelman, L. (2006). *Por-venires de la memoria*. Buenos Aires. Disponível em <http://www.eatip.org/textos/porveniresdelamemoria.pdf>
- Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes médicas. (Trabalho original publicado em 1970).
- Laplanche, J (1988). *A pulsão de morte na teoria da pulsão sexual*. In A. Green, P. Ikonen, J. Laplanche, E. Rechart, H. Segal, D. Widlöcher et al., *A pulsão de morte*. (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Escuta.
- Laplanche, J. (1992). *Problemáticas IV: O Inconsciente e o Id*. (A. Cabral, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1981).
- Laplanche, J (1992). *Novos fundamentos para psicanálise*. São Paulo: Martins fontes. (Trabalho original publicado em 1987).
- Laplanche, J. (1993). *A Tina: a transcendência da transferência*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987).
- Laplanche, J. (1996). *La prioridad del otro em psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1992).
- Laplanche, J. (1997). *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1993).
- Laplanche, J. (1999). Tres destinos del mensaje enigmático. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, (89), 157-173.
- Laplanche, J. (2001). Notas sobre el après-coup. In. J. Laplanche, *Entre seducción e inspiración: el hombre*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1999).

- Laplanche, J. (2003). Três acepções da palavra “inconsciente” no quadro da Teoria da Sedução Generalizada. *Revista de Psicanálise*, 10(3), 403-418.
- Laplanche, J. (2007). *Excertos de uma entrevista com Jean Laplanche*. (L. Maia, Trad.). *Estud. Psicanal.*, (30), 9-15. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010034372007000100002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-3437.
- Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. (1979, 28 de agosto). Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm
- Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. (2012, 16 de maio). Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm
- Luiz Roberto Salinas Fortes (s.d). *In Wikipédia*. Recuperado em 29 de setembro de 2014 de http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Roberto_Salinas_Fortes
- Maia, A. C., Moreira, S. H., & Fernandes, E. (2009). Adaptação para a língua portuguesa do Questionário de Experiências Dissociativas Peritraumáticas (QEDP) numa amostra de bombeiros. *Rev. Psiq. Clín.*, 36(1), 1-9.
- Maldonado, G., & Cardoso, M. R. (2009). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psicologia Clínica*, 21(1), 45-57. Recuperado em 02 de maio de 2014 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100004&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0103-56652009000100004.
- Manual Merck* (2009). Recuperado em 13 de outubro de 2014, de <http://www.manualmerck.net/>
- Marco, V. (2004). A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova*, (46), 45-68.
- Martens, F. (2007). Para una validación sócio-clínica de la teoría de la seducción generalizada. (L. Escardó, & D. Golergant, Trad.). *Alter*, 7. Recuperado em 28 de novembro de 2014 de <http://revistaalter.com/revista/para-una-validacion-socio-clinica-de-la-teoria-de-la-seducccion-generalizada/767/>
- Martín, A. G. (2005). As sequelas psicológicas da tortura. *Psicologia Ciência e Profissão*, 25(3), 434-449.

- Martín-Baró, I. (1988, abril/junho). La violència política y la guerra como causas em el país del trauma psicossocial en El Salvador. *Revista de Psicologia de El Salvador*, 7(28), 123-141.
- Mello Neto, G. A. R. (2012). *Trauma atual e teoria da sedução generalizada*. Projeto de Pesquisa (PPI – UEM), Maringá.
- Mello Neto, G. A. R. (1994). *O ardil da criança: o pensamento adulto sobre a criança, sob um enfoque psicanalítico*. Maringá: EDUEM.
- Mello, R., & Herzog, R. (2009). Trauma, clivagem e anestesia: uma perspectiva ferencziana. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 61(3), Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jul. 2013.
- Melo, M. T., & Ribeiro, P. C. (2006). Modelos do trauma em Freud e suas repercussões na psicanálise pós-freudiana. *Revista Percurso*, (37), s.p.
- Ministério Público Federal. (2013). *Brasil: nunca mais digit@l*. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>
- Naffah-Neto, A. (1985). *Poder, Vida e Morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do Terror*. São Paulo: Hucitec.
- Padilha, J. (Produtor e Diretor), & Prado, M. (Produtor). (2007). *Tropa de Elite*. [DVD]. São Paulo: Universal Pictures.
- Palmar, A. (Editor). (2014). *Documentos Revelados*. Consultado em setembro 30, 2007 em: <http://www.documentosrevelados.com.br/>
- Patsalides, B. (s.d.). Ethics of the unspeakable: torture survivors in psychoanalytic treatment. Disponível em: <http://www.apres-coup.org/mt/title/Ethics%20of%20the%20unspeakable-%20Torture%20survivors%20in%20psychoanalytic%20treatment.pdf>
- Pellegrino, H. (1988). Tortura Política. In H. Pellegrino, *A Burrice do Demônio* (pp. 19-21). Rio de Janeiro: Rocco.
- Perdomo, M. C. (2011). Abertura. In M. Cerruti (Org.). *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Primavera Editorial.
- Quiroga, J., & Jaranson, J. M. (2005). Politically-motivated torture and its survivors: a desk study review of the literature. *Torture*, 16(2-3), 1-112.

- Rezende, J. R. (2000). *Ousar Lutar: memórias da guerrilha que vivi*. Depoimento a Mouzar Benedito. São Paulo: Viramundo.
- Rodrigues, G. M. (2013). *Trauma, literatura de testemunho e suicídio: traduções possíveis*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Recuperado em 18 de setembro, 2014, de http://www.ppi.uem.br/Dissert/PPI_UEM_2013_GEISI.pdf
- Rodriguez, C., & Espinoza, A. (2006). A Memória enquistada: uma aproximação ao trauma transgeracional. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, 9(15), 159-180.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348.
- Rudge, A. M. (2003). Trauma e temporalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 6(4), 102-116. Recuperado em 15 de maio, 2013, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233018039008>
- Scapusio, M., Pache, S., Ortiz, M. C., & Ruiz, M. (2009). Efectos transgeneracionales del dano psicosocial ocasionado por el terrorismo de Estado. En M. Lagos, V. Vital, B. Brinkmann & M. Scapucio (Orgs.). *Daño transgeneracional: consecuencias de la represión política em el cono sur* (pp. 329-440). Santiago: LO M.
- Seligmann-Silva, M. (2000). A História como Trauma. In M. Seligmann-Silva & A. Nestrovski (Orgs.). *Catástrofe e Representação* (pp. 73-98). São Paulo: Escuta.
- Seligmann-Silva, M. (2005). Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, (30), 71-98.
- Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicol. clin.* 20(10), 65-82.
- Seligmann-Silva, M. (2012). Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil. In M. Seligmann-Silva, J. Ginzburg, & F. F. Hardman (Orgs.). *Escritas da violência* (pp. 64-85). Rio de Janeiro: Letras.
- Tamas, E. F. B. (2004). A tortura em presos políticos. *Proj. História*, 2(29), 637-646.
- Tapajós, R. (1977). *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Omega.
- Tavares, F. (2005). *Memórias do esquecimento*. (5a ed. rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Record.

- Tavares, F. (2006). *Socialista Libertário*. Recuperado em 12 de Novembro, 2013, de http://www.coletiva.net/site/perfil_detalhe.php?idPerfil=218
- Tavares, C. G. (Diretor). (2013). *O dia que durou 21 anos* [Documentário]. São Paulo: Pequini Filmes.
- Uchitel, M. (2011). *Neurose traumática: uma revisão crítica do conceito de trauma*. (Coleção Clínica Psicanalítica). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vieira, I. M. (1998). *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*. Maringá: EDUEM.
- Viñar, M. (1992). Pedro ou a demolição: um olhar psicanalítico sobre a tortura. In M. Viñar, & M. Viñar. *Exílio e tortura* (pp. 35-52). (W. B. Lisboa, Trad.). São Paulo: Escuta.
- Viñar, M.; Viñar, M., & Blejer, L. (1992). Reflexões sobre uma Clínica da Tortura. In M. Viñar, & M. Viñar. *Exílio e tortura* (pp. 133-149). (W. B. Lisboa, Trad.). São Paulo: Escuta.
- Viñar, M. (2005). Especificidade da tortura como trauma. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 39(1), 59-74.